

Gilda Maria Fiuza Löfgren Rodrigues

2º Ciclo de Estudos em Turismo

O Património Escolar e Novos Usos Turísticos:

A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima

Novembro de 2012

Orientadora: Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão
da Silva

Classificação:

Dissertação de Mestrado em Turismo



Gilda Maria Fiuza Löfgren Rodrigues

O Património Escolar e Novos Usos Turísticos:

A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima

Trabalho apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Turismo



Resumo

Pretende-se com este trabalho, abordar a temática da valorização do património escolar na ótica do turismo, mostrando em que medida tal património evolui para um recurso turístico. Como se desenvolve este processo, desde a perda do seu uso inicial, até à sua transformação em unidades de alojamento turístico.

O estudo de caso desenvolveu-se no concelho de Ponte de Lima, onde foram estudados cinco edifícios de escolas primárias reconvertidos em casas-abrigo, uma modalidade de alojamento turístico integrada na tipologia de Turismo de Natureza.

O turismo, sendo uma atividade económica, é considerado uma ferramenta que permite a recuperação e conservação do património cultural e natural, ao nível da conservação da natureza, do desenvolvimento local, da qualificação da oferta turística e da diversificação da atividade turística.

Enquadrando-se num território rural, ao reconvertermos este património escolar num recurso turístico estaremos a contribuir para a preservação da história e identidade de uma população rural, devolvendo o traço original do edifício e dando-lhe um novo uso.

Palavras-chave: Património Escolar – Patrimonialização – Valorização – Preservação – Turismo – Turismo no Espaço Rural – Turismo de Natureza – Alojamento.



Abstract

With this work, the intention is to approach the theme of valorization of the school heritage in tourism perspective, showing how the heritage evolves to a tourism resource. How this process is developed, since the loss of its initial use, until its transformation in units of tourism accommodation.

The case-study is developed in the county of Ponte de Lima, where it was been studied five buildings of primary schools converted in accommodation shelters, a genre of touristic accommodation integrated in the Tourism of Nature typology.

The tourism, being an economic activity, is considered a tool that allows the recovery and preservation of the cultural and natural heritage, at the nature conservation level, the local development, the touristic offer qualification and the touristic activity diversification.

Fitting into a rural territory, to convert this school heritage in a touristic resource we will be contributing to historic preservation and identity of the rural population, developing the original line of the building and giving it a new use.

Keywords: School Heritage – Heritage – Valorization – Preservation – Tourism – Rural Tourism – Nature Tourism – Accommodation.



Dedicatória

Aos meus pais.



Agradecimentos

Tendo finalizado esta etapa da minha vida académica, não poderia deixar de expor o meu agradecimento a todos os que me apoiaram e colaboraram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, dirijo os meus agradecimentos à Professora Doutora Maria Inês Amorim, pela sua orientação, atenta e rigorosa, bem como a sua disponibilidade que sempre me demonstrou, ao longo de todo o processo desta dissertação.

Aos professores do Mestrado de Turismo, pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso contribuindo para o meu crescimento académico e pessoal.

Agradeço, reiteradamente, à Dr^a. Ana Guerra e Bérita Dantas, respetivamente pelo auxílio da resposta a questões de âmbito municipal e turístico.

Ao Dr. Franclim Sousa, pela disponibilidade de me ter recebido para uma reunião, no âmbito da recolha de dados relativos a novos projetos municipais, bem como a informação de novos usos que estão sendo desenvolvidos nos edifícios escolares desativados.

Ao Eng^o. Pedro Pinto, pelos dados fornecidos no âmbito dos edifícios escolares, obras de requalificação e os investimentos necessários, além da permissão e visita ao interior de todas as casas-abrigo em estudo.

À Dr^a. Cristiana Freitas, na pesquisa de documentação de arquivo, referente à construção das escolas primárias retratadas neste trabalho.

À Eng^a. Sandra Pereira e sua equipa, pelos dados fornecidos, relacionados com a Área Protegida e com a gestão das casas de turismo de natureza, fornecendo ainda dados sobre a procura turística.

À Élia Lima, pelo diálogo sobre a construção de novos centros escolares no município.

Por fim, mas não menos importante, à minha avó e ao meu irmão, por estarem sempre do meu lado, pela paciência, preocupação e motivação ao longo do curso, bem como pelos valores transmitidos ao longo da minha vida.

O meu sincero agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação.



Índice

RESUMO	
ABSTRACT	III
DEDICATÓRIA.....	IV
AGRADECIMENTOS.....	 V
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS.....	IX
ÍNDICE DE MAPAS.....	 X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	 XII
NOTA INTRODUTÓRIA E METODOLÓGICA	 1
O TEMA.....	 1
OBJETIVOS	 3
FONTES E METODOLOGIAS	 4
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	 7
CAPÍTULO 1: QUADRO TEÓRICO.....	 9
1.1. CONCEITOS.....	 9
1.1.1. RELAÇÃO ENTRE PATRIMÓNIO E TURISMO	 9
1.1.2. O PATRIMÓNIO NO MUNDO RURAL.....	 11
1.1.3. O TURISMO NO DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES RURAIS	 15
1.1.4. A RELAÇÃO DE TURISMO E PATRIMÓNIO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	 21
1.1.5. OS IMPACTOS DO TURISMO	 22



CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DE PONTE DE LIMA 26

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	26
2.1.1. O VALE DO LIMA	26
2.1.2. PONTE DE LIMA	27
2.1.3. ACESSIBILIDADES	27
2.2. QUADRO GEOMORFOLÓGICO E CLIMÁTICO	29
2.3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-SOCIAL.....	31
2.3.1. O SETOR PRIMÁRIO	31
2.3.2. O SETOR SECUNDÁRIO	33
2.3.3. O SETOR TERCIÁRIO.....	34
2.3.4. A POPULAÇÃO	35
2.4. ENQUADRAMENTO PATRIMONIAL	38
2.4.1. RECURSOS NATURAIS.....	39
2.4.1.1. A ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DAS LAGOAS DE BERTIANDOS E S. PEDRO D'ARCOS (APPLBSPA)	40
2.4.1.2. PROJETOS MUNICIPAIS:	43
2.4.2. RECURSOS HISTÓRICOS	45
2.4.3. RECURSOS GASTRONÓMICOS	47
2.4.4. RECURSOS ARTESANAIS	47
2.4.5. FESTAS, FEIRAS E ROMARIAS	49

CAPÍTULO III: AS MODALIDADES DE TURISMO..... 51

3.1. O TURISMO NO ESPAÇO RURAL.....	51
3.2. O TURISMO DE NATUREZA	57

CAPÍTULO IV: O ALOJAMENTO TURÍSTICO..... 59

4.1. O EXEMPLO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ.....	59
4.2. AS CASAS-ABRIGO DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA	62
4.2.1. UM PERCURSO PELO PASSADO DOS EDIFÍCIOS	65
4.2.2. AS ATUAIS CASAS-ABRIGO	67
4.3. INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO CONCELHO	72



CONCLUSÃO	73
FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS.....	77
FONTES MANUSCRITAS:	77
ARQUIVO DE PONTE DE LIMA:	77
FONTES IMPRESSAS:	77
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS:.....	77
REFERÊNCIAS INE:.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	80
REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS	86
ANEXOS	88
ANEXO I: QUESTÕES SOBRE O ALOJAMENTO TURÍSTICO EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	
PRIMÁRIOS NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA:	89
ANEXO II: INQUÉRITO MUNICIPAL	92
ANEXO III: ESCOLA DA CABRAÇÃO	93
ANEXO IV: CARTAZES DOS EVENTOS DE PONTE DE LIMA.....	96



Índice de Fotografias

IMAGEM 1 POUPA. FONTE C.M. PONTE DE LIMA S/D: 18.....	41
IMAGEM 2 NÚCLEO RURAL DE CERQUIDO I. FONTE: GILDA RODRIGUES. TIRADA A 11DEZ11.....	44
IMAGEM 3 NÚCLEO RURAL DE CERQUIDO II. FONTE: GILDA RODRIGUES. TIRADA A 11DEZ11.....	44
IMAGEM 4 NÚCLEO RURAL DE CERQUIDO III. FONTE: GILDA RODRIGUES. TIRADA A 11DEZ11.....	44
IMAGEM 5 FACHADA DO MUSEU DOS TERCEIROS. FONTE: HTTP://WWW.MUSEUDOSTERCEIROS.COM	46
IMAGEM 6 LOGO DO MUSEU DO BRINQUEDO PORTUGUÊS. FONTE: WWW.CM-PONTEDELIMA.PT	46
IMAGEM 7 PEÇA DE CANTARIA. FONTE: WWW.ARTESMINHO.COM.	47
IMAGEM 8 BORDADO EM LINHO. FONTE: WWW.ARTESMINHO.COM.	48
IMAGEM 9 ILUMINAÇÕES DAS FEIRAS NOVAS. FONTE: GILDA RODRIGUES – TIRADA A 11/09/2010	49
IMAGEM 10 FEIRA DE PONTE DE LIMA. FONTE: GILDA RODRIGUES - TIRADA A 02/08/2010	49
IMAGEM 11 VACA DAS CORDAS. FONTE: GILDA RODRIGUES – TIRADA A 22/06/2011	50
IMAGEM 12 FACHADA PRINCIPAL ESCOLA DA CABRAÇÃO. FONTE: ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA.....	65
IMAGEM 13 FACHADA PRINCIPAL ESCOLA DA CABRAÇÃO. FONTE: GILDA RODRIGUES. TIRADA A 12AGO11.....	65
IMAGEM 14 ESBOÇO DAS OBRAS DE APROVEITAMENTO DA ESCOLA DA CABRAÇÃO. FONTE: ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA.....	66
IMAGEM 15 EXTERIOR DA CASA-ABRIGO DE S. MAMEDE. FOTO DE GILDA RODRIGUES, 21SET11	69
IMAGEM 16 CASA-ABRIGO DE LABRUJÓ. FONTE: HTTP://WWW.LAGOAS.CM-PONTEDELIMA.PT, ACEDIDO A 25ABR2012.....	70
IMAGEM 17 CAMARATA ALBERGUE DA VACARIÇA. FOTO DE GILDA RODRIGUES, 21SET11	70
IMAGEM 18 SLOGAN MUNICÍPIO. FONTE: HTTP://WWW.CM-PONTEDELIMA.PT/PESQUISA.PHP	72



Índice de Mapas

MAPA 1 CONCELHO DE PONTE E LIMA. FONTE: HTTP://MAPS.GOOGLE.COM , ACEDIDO A 20JAN12	28
MAPA 2 LOCALIZAÇÃO DAS FREGUESIAS DE CABRAÇÃO, RENDUFE E REFÓIOS DE LIMA. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES. FONTE: HTTP://MAPS.GOOGLE.COM , ACEDIDO A 20JAN12.	28
MAPA 3 MODELO DE ELEVAÇÃO DIGITAL DO TERRENO DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. FONTE: ALONSO (2008: 22).....	30
MAPA 4 LOCALIZAÇÃO DA APPLBSPA. FONTE C.M. PONTE DE LIMA S/D: 3.	40
MAPA 5 QUINTA DE PENTIEIROS. FONTE: RODRIGUES, G; PEREIRA, S; ALONSO, J. M. & VIEIRA, O. (2010: 93).	42
MAPA 6 LOCALIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS RURAIS DE ALFÂNDEGA DA FÉ. FONTE: HTTP://WWW.MAPAVENTURA.PT/ALOJAMENTO/ , ACEDIDO A 14AGO12.....	60



Índice de Tabelas

TABELA 1 POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E SEXO. ELABORAÇÃO POR: GILDA RODRIGUES. FONTE: INE, CENSOS - RESULTADOS PROVISÓRIOS 2011. [EM LINHA]. FORMATO XLS. DISPONÍVEL EM WWW.INE.PT.....	37
TABELA 2 CARACTERÍSTICAS DOS ALOJAMENTOS EM ESCOLAS PRIMÁRIAS NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ. ELABORADO POR GILDA RODRIGUES. FONTE: HTTP://WWW.MAPAVENTURA.PT/ALOJAMENTO, ACEDIDO A 05JAN12.	61
TABELA 3 CARACTERÍSTICAS DOS ALOJAMENTOS. ELABORADO POR GILDA RODRIGUES. FONTE: APLBSPA / C.M. DE PONTE DE LIMA	64



Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 POPULAÇÃO RESIDENTE DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES A PARTIR DA FONTE: AFMP, 2010: 291 & INE, 2011: 53	36
GRÁFICO 2 POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO, DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES A PARTIR DA FONTE: INE, 2011B: 53 & INE, 2002:107.	36
GRÁFICO 3 DADOS REFERENTES AO TURISMO DE HABITAÇÃO E TURISMO NO ESPAÇO RURAL. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES. FONTE: ANUÁRIO DAS ESTATÍSTICAS DO TURISMO 2010, 2011: 19. [EM LINHA] DISPONÍVEL EM HTTP://WWW.TURISMODEPORTUGAL.PT	55
GRÁFICO 4 Nº DE ESTABELECIMENTOS POR MODALIDADES. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES. FONTE: ANUÁRIO DAS ESTATÍSTICAS DO TURISMO 2010, 2011: 32. [EM LINHA] DISPONÍVEL EM HTTP://WWW.TURISMODEPORTUGAL.PT	56
GRÁFICO 5 Nº DE CAMAS POR MODALIDADES. ELABORAÇÃO: GILDA RODRIGUES. FONTE: ANUÁRIO DAS ESTATÍSTICAS DO TURISMO 2010, 2011: 33. [EM LINHA] DISPONÍVEL EM HTTP://WWW.TURISMODEPORTUGAL.PT.....	57
GRÁFICO 6 Nº HÓSPEDES DAS CASAS-ABRIGO NO ANO DE 2011. ELABORADO POR: GILDA RODRIGUES. FONTE: APLBSPA	69
GRÁFICO 7 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DOS LUGARES TURÍSTICOS. FONTE: BUTLER, 2006: 5.....	71



Nota Introdutória e Metodológica

O Tema

Património Escolar e novos usos turísticos: a Recuperação de Edifícios Escolares em Alojamento Turístico no Concelho de Ponte de Lima é o título da presente dissertação de mestrado, uma reflexão que abarcará dados relativos aos últimos cinco anos (2007-2012). A temática adquire justificação perante uma recente realidade que se pretende analisar, a da patrimonialização, ou seja, do surgimento de um processo de valorização de um património edificado abandonado, que perdeu o seu uso anterior, o do ensino primário (1º ciclo).

Assim, neste trabalho, será analisado o percurso de algumas escolas primárias, e o contexto que originou possibilidades de virem a ser recuperadas para um novo uso (o de alojamento turístico), diferente do seu inicial (o ensino). Esta abordagem é uma novidade em termos temáticos, na medida em que não se conhece um número significativo de estudos que tenham sido desenvolvidos até hoje. Não obstante, existem outros casos de património imóvel que perdera a sua função anterior para desempenhar papéis renovados no desenvolvimento turístico. São exemplos desta transformação os moinhos, os lagares de azeite ou os edifícios históricos, de arquitetura notável, nos quais se inserem atualmente as pousadas. Ou seja, este trabalho insere-se numa linha de investigação que procura analisar em que medida e de que forma o património imóvel ganhou novos usos, sejam eles quais forem, vocacionados para a indústria turística.

Os edifícios escolares, efetivamente, já têm sido requalificados para fins associativos (desportivos, de ensino ou folclóricos), em centros de dia, centros multiusos, arquivos municipais, restaurantes, sedes de juntas de freguesias ou para fins sociais (como se verá mais à frente). No caso concreto do município de Ponte de Lima, um dos projetos está relacionado com a reconversão em apartamentos de habitação social, através do “Projeto Casa Amiga”, uma forma de rentabilizar este tipo de equipamento municipal, mantendo sempre a traça original do edifício e respondendo às carências do concelho a nível habitacional (vide www.cm-pontedelima.pt, i) acedido a 31mar12).



Contudo, Ponte de Lima encontrou outras valências para este património edificado, pelo que pretendo que a memória patrimonial dos edifícios escolares, constitutiva de uma oportunidade de reconstrução, adquirindo novos usos, seja analisada no âmbito do setor do turismo. Ou seja, este estudo insere-se numa perspetiva de análise do processo de valorização do património em geral, e em particular da recuperação e reconversão de edifícios arquitetónicos cuja utilidade inicial não se relacionava com a atividade turística, mas que, não obstante, devido aos valores, características e localização dos mesmos, adquiriram esses fins.

O estudo de caso envolve antigos edifícios de escolas primárias, localizados nas freguesias da Cabração, de Rendufe e de Refóios do Lima, pertencentes ao concelho de Ponte de Lima. Ao todo, foram estudadas cinco escolas primárias (num universo de 59 edifícios escolares que foram ou estão em processo de recuperação para fins coletivos), reconvertidas em casas-abrigo, uma modalidade de alojamento turístico integrado no produto Turismo de Natureza.

Este recente produto turístico foi criado em 1998, com vista a desenvolver e preservar as áreas protegidas existentes no território português. Atualmente faz parte de um dos dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal, integrado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Não obstante, quer nas áreas protegidas, quer nos meios rurais, predominam dois tipos de empreendimentos turísticos, nomeadamente, o Turismo no Espaço Rural, doravante indicado por “TER” e o Turismo de Habitação. Este tipo de empreendimento surgiu no fim dos anos 70, sendo somente criada em 1986, a primeira legislação em Portugal. Ao longo dos anos, foi-se acrescentando legislação, que integrasse as várias tipologias de alojamento, vigorando, atualmente, a de 2008. O conceito de Turismo de Natureza surge em 1998, no âmbito do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNTN), visando a valorização e desenvolvimento potencial do património natural e cultural existente nas áreas protegidas. Tratou-se de uma parceria entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, inserida num conjunto de orientações políticas internacionais, pautadas pela procura do desenvolvimento sustentável destas áreas. O Turismo entraria, neste caso, como fator que permitiria a recuperação e conservação do património natural e cultural “apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística”. É de salientar que



embora as casas-abrigo, aqui desenvolvidas não se integram em áreas protegidas, são geridas pela entidade da Área Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro d'Arcos, doravante indicado por (APLBSPA), justificando um enquadramento deste espaço, como se lerá mais à frente.

Objetivos

Justificado o tema, definiram-se cinco objetivos base, que correspondem a um conjunto de questões base, norteadoras da dissertação. Tendo em consideração o alargamento dos conceitos de património, e o entendimento de este ser, antes de mais, um processo de valorização, pretende-se questionar qual a natureza desses processos aplicados à reutilização de um parque edificado. Ou seja, como evoluiu a reconversão das escolas primárias sem ocupação que, em grande parte, foram sendo abandonadas, à medida que a reforma no ensino básico foi sendo desenvolvida, com a criação dos novos centros escolares (década de 90 do século passado).

A questão fulcral a colocar é a de perceber em que medida tal património evolui para um recurso turístico. Que agentes participam neste processo, que mecanismos de valorização. Entender quando se torna património (se ganha valor) nas regiões rurais, dado que foi nestas que se evoluiu para um abandono populacional e consequentemente para o encerramento de escolas primárias. Mas, ao mesmo tempo, perceber como se insere este património edificado em espaços mais alargados de património natural, ou seja, como se desenvolve no contexto do Turismo de Natureza. Se o estudo de caso tem como base territorial um encaixe, na APLBSPA, coloca-se a hipótese de estas escolas primárias adquirem valência turística por estarem integradas no património da natureza. Daí tentar perceber-se como se articulam e de que forma é feita a sua gestão, tendo ou não consonância com a APLBSPA.

Em resumo, e de forma mais sistematizada, procurar-se-á avaliar como se articulam tipologias patrimoniais e turísticas, através dos seguintes objetivos, a serem tratados neste trabalho:

1. entender qual a importância do turismo no desenvolvimento das regiões rurais na vida da população local;



2. entender em que medida o turismo é um fator de revitalização do património abandonado;
3. entender como o turismo pode contribuir, especificamente, para a valorização do património escolar, demonstrando quais os processos e mecanismos utilizados e as justificações para valorizar esse património ao serviço do turismo;
4. entender como determinado património abandonado entrou na modalidade de casas-abrigo e como se realizou a sua integração no conjunto dos empreendimentos turísticos (como contam para o turismo em geral);
5. perceber em que medida este tipo de investimento de patrimonialização (porque se vai dar um novo uso diferente do original) interessou às populações locais, ou se, pelo contrário, estas não se identificam com as novas utilizações, como algo que lhes é alheio, externo.

Fontes e Metodologias

Para responder a estas questões de partida, procedi a uma recolha de informação em várias entidades tutelares, aquelas que, à partida, parecem envolvidas no processo de recuperação funcional das escolas primárias. A Delegação de Turismo de Ponte de Lima¹ permitiu obter informações acerca dos projetos que a câmara tem vindo a desenvolver no âmbito da recuperação das escolas primárias e do desenvolvimento das freguesias de montanha. Da autarquia, através do responsável pela divisão de manutenção², obtiveram-se dados sobre o número de edifícios escolares, obras de requalificação e os investimentos necessários, além de permissão para o acesso ao interior de todas as casas-abrigo em estudo.

A APLBSPA³, respondeu a várias questões previamente delineadas (ver anexo 1) relacionadas com a Área Protegida e com a gestão das casas de turismo de natureza, fornecendo ainda dados sobre a procura turística.

Já no Arquivo Municipal de Ponte de Lima⁴, pesquisou-se informação acerca da implantação das escolas primárias da Cabração, de Rendufe, de S. Mamede e da

¹ Noemadamente à Dr^a. Ana Guerra e Bérita Dantas

² Através do apoio do Eng. Pedro Pinto

³ Informações obtidas junto da Eng^a. Sandra Pereira e sua equipa



Vacariça. Procura-se perceber, através do acesso a plantas e processos relativos à sua requalificação e obras de manutenção ao longo das décadas, os mecanismos utilizados de diagnóstico das carências e necessidades existentes nas escolas primárias (isoladas e distantes da sede de concelho), junto do então Ministério das Obras Públicas – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Tornou-se um conjunto documental (manuscrito e impresso) fundamental não obstante, certos dados, mais específicos, como o ano da construção não estarem explicitados nesses mesmos documentos.

Ainda na câmara municipal, procedeu-se a uma reunião com o Vereador da Cultura⁵, no sentido de se conhecer, mais profundamente, os usos que estão a ser implementados nos edifícios escolares desativados, bem como conhecer projetos já em vigor e outros, a curto e médio prazo, com o objetivo de promover e atrair ao longo de todo o ano, um público diversificado ao concelho em estudo.

Em termos estatísticos, procedeu-se, diretamente, à recolha de dados no INE (Instituto Nacional de Estatística), no GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação), na ADRIL (Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima), na DGADR (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) e no Turismo de Portugal. Metodologicamente, como os dados se apresentavam agrupados e exigiam uma análise mais próxima e crítica da fonte impressa houve que elaborar quadros mais precisos. Os dados recolhidos correspondem ao intervalo de anos entre 2001 e 2011. O objetivo é o de procurar estabelecer a existência de algum paralelismo entre, por exemplo, o abandono da população e as oportunidades de reocupação dos edifícios. Por isso, reuniu-se informação relativa à população, tal como a avaliação da população residente segundo sexo, nível de instrução e grupo etário, à produção agrícola, pecuária e silvícola, as atividades do setor secundário e os serviços, dando relevância às atividades complementares ao setor turístico como o golfe, o hipismo ou atividades náuticas. Também ao nível educacional, destacam-se os centros escolares do 1º Ciclo do ensino básico, que, segundo informações colhidas ao longo do trabalho, foram construídos de raiz nos últimos anos, fazendo ligação à transformação dos edifícios de escolas primárias em unidades de alojamento.

⁴ Dr^a. Cristiana Freitas

⁵ Dr. Franclim Sousa



No decorrer desta pesquisa, a legislação que enquadra o processo patrimonial e turístico foi recolhida, de modo a se perceber como o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza tem crescido em termos de reconhecimento legal e de incentivo. Ou seja, perceber se um quadro legislativo criou condições para a montagem de iniciativas no terreno.

Todos os dados, qualitativos e quantitativos, serão objeto de tratamento estatístico (serial), procedendo-se à elaboração de tabelas e gráficos, tendo sido agrupado vários indicadores (demográficos, económicos, etc.).

A entrevista mostra-se, igualmente, uma boa ferramenta metodológica, dada a falta de dados estatísticos. Efetivamente, pesquisando informações sobre os centros escolares, no jornal “O Novo Panorama”, nº 61 de 26 de janeiro de 2012, o artigo “Ensino em Ponte de Lima: que futuro?” fez encetar conversa com a jornalista responsável⁶, para perceber em que moldes foi construído o artigo e para perceber o percurso de investigação realizado pela jornalista. Seria a forma de aferir a qualidade da informação e estabelecer comparabilidade com outros estudos, condição essencial em pesquisa que se procura seja consistente.

Utiliza-se ainda cartografia geo-referenciada (Sistema de Informação Geográfica) obtida através do sítio da Câmara Municipal de Ponte de Lima, nomeadamente cartas relativas ao plano diretor municipal (PDM). Neste material pode-se assinalar a localização das escolas primárias e respetivas freguesias, no quadro contextual do relevo, vias de comunicação, acessibilidades, procurando reconhecer a articulação deste território entre o litoral e o interior.

Como lastro problematizador, tornou-se incontornável a pesquisa bibliográfica, fundamental para desenvolver os conceitos e a relação do património com o turismo, de património rural, património cultural (a sua dimensão holística e agregadora) e de desenvolvimento, em particular, das regiões rurais.

⁶ Élia Lima



Estrutura da Dissertação

Tendo em consideração as questões e objetivos colocados, assim como as leituras, fontes e metodologia invocadas, a dissertação está organizada em quatro capítulos, estruturada em subcapítulos diversos.

No Capítulo I, será apresentado o quadro teórico do trabalho. Neles são referidos alguns conceitos importantes para a contextualização do mesmo, nomeadamente: a relação entre património e turismo e de que forma se articulam em vista a um desenvolvimento sustentável, especificamente – o património no mundo rural e o turismo no desenvolvimento das regiões rurais. Tendo em conta a relação do turismo de natureza e do turismo no espaço rural com as regiões rurais, pretende-se ainda mostrar se, através do lazer e da atividade turística, as comunidades locais, rurais e de montanha que, nas últimas décadas, foram vítimas de grandes transformações sociais, económicas, culturais e ambientais, se conseguirão desenvolver. É de salientar a atenção que se dará à emigração e ao êxodo rural, à diminuição da população ativa e ao aumento da população envelhecida, à diminuição da natalidade, ao abandono das práticas agrícolas tradicionais e consequentemente dos terrenos de lavradio, ao possível desinteresse pelos valores tradicionais rurais e pelas práticas sociais coletivas. Todos estes fatores parecem apontar para uma justificação do encerramento de escolas primárias e, por conseguinte, do abandono dos edifícios escolares.

No Capítulo II, tendo em conta a necessidade de contextualização do território onde se vai realizar o estudo caso, pareceu essencial proceder a uma caracterização do concelho de Ponte de Lima, através de um breve enquadramento territorial, bem como da análise do quadro geomorfológico e climático, do seu enquadramento económico-social, ambiental e patrimonial. Procura-se perceber se tais condições funcionaram como limitações e/ou oportunidades para a aplicação deste projeto de turismo de natureza.

No Capítulo III, é abordado o alojamento turístico, através da apresentação das modalidades de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Natureza. Ou seja, iremos proceder a uma recolha estatística das modalidades existentes ao nível do nacional, perceber que outros projetos foram desenvolvidos e que aplicabilidade ou limites na sustentabilidade de tais projetos.



Seguidamente, no Capítulo IV, e já no âmbito das escolas primárias transformadas em unidades de alojamento turístico, será apresentado, a título comparativo, o projeto de alojamento turístico em antigas escolas primárias referente ao município de Alfândega da Fé e, posteriormente, o caso concreto de Ponte de Lima. Por fim, será destacada a Área Protegida das Lagoas de Bertiandos e S. Pedro d'Arcos (APLBSPA). Procurar-se-á perceber como se implantou este projeto, que acolhimento e a que níveis, que turismo cultural, afinal, está em curso.



Capítulo 1: Quadro Teórico

1.1. Conceitos

1.1.1. *Relação entre Património e Turismo*

O conceito de Património esteve associado ao longo de vários anos e, de forma abrangente, ao que era histórico-construído. A partir da década de 60 do séc. XX, tendo em consideração a evolução dos conceitos (e da legislação ditada pela UNESCO⁷ e ICOMOS⁸), os componentes histórico-construídos passaram a constituir uma pequena fatia das várias tipologias de património. Gradualmente, de património histórico avança-se para a noção de património cultural, alargando o conjunto de atributos de valorização que caracterizam os bens patrimoniais (CHOAY, 1999: 12). Segundo Françoise Choay “um edifício não se torna histórico senão na condição de ser entendido como pertencendo simultaneamente a dois mundos, um presente e imediatamente dado, o outro passado e inapropriável” (CHOAY, 1999: 133), ou seja, qualquer bem patrimonial tem obrigatoriamente um passado, com determinado uso e função que, no presente, passa a ser valorizado como património, podendo manter o seu uso e função inicial ou adquirindo novos usos e funcionalidades.

A denominação de património é, assim, mais dependente do seu valor intrínseco do que da sua natureza física. Contudo, na visão economicista de António dos Santos Pereira “o património deixa de o ser para se transformar em recurso ou objeto de investimento e valor” (PEREIRA, 2010: 6), ou seja, as políticas de desenvolvimento local veem no património um recurso para ser rentabilizado por via do turismo. São exemplos, entre vários, os museus locais ou os sítios arqueológicos (SILVA, 2009: 41).

Devido a uma consciência conservacionista, que ainda prevalece, tudo que são valores do passado como monumentos, ruínas, folclore, tradição oral entre outros bens imateriais, definem-se como marcas de um “passado mitificado” como denomina Adília Alarcão (ALARCÃO, 2009: 11). São estas marcas que preservam e salvaguardam os bens culturais de um destino de destruição. Não obstante, também os bens naturais

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

⁸ Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios



como as florestas, fauna, flora, mares, rios, devem ser preservados, pois também são considerados património (cultural e natural). A mesma autora defende que “Salvaguardar exige conhecimento prévio do objeto de defesa e cuidado. Assim, vemos surgirem as grandes categorias patrimoniais (por sua vez subdivididas, dando lugar a diversas áreas de investigação e intervenção): património cultural material e património cultural imaterial; o primeiro, compreendendo património móvel e património imóvel, o segundo abrangendo lendas, cantares, usos e costumes, música popular, língua, etc.” (*Ibidem*).

Segundo o sociólogo Paulo Peixoto, o conceito de património é marcado por três etapas de surgimento. A primeira etapa defende o motivo pelo qual um bem é usado, na medida em que uma determinada sociedade necessita desse mesmo bem (material ou imaterial) para a sua sobrevivência. A segunda etapa diz respeito à tomada de consciência de que esse bem é património: o principal papel do bem deixa de estar em destaque, passando o seu significado a ser o motivo principal. A terceira e última etapa relaciona-se com a identidade patrimonial que esse bem adquire depois da tomada de consciência (PEIXOTO, 1998: 2). Ou seja, só se fala de património quando se toma consciência que um determinado bem é valioso a preservar.

Por outro lado, segundo Luís Saldanha Martins, o turismo “é encarado como elemento de estímulo à valorização dos recursos existentes de natureza ambiental, social, cultural e territorial. Tem funcionado, igualmente, como plataforma para o lançamento de intervenções no património arquitetónico e monumental, nos espaços públicos urbanos ou nas áreas de interesse natural”, bem como “tem servido ainda, como base de apoio a iniciativas de recuperação do património imaterial, afirmando-se a atividade turística muito para além da capacidade em gerar emprego e em redistribuir riqueza” (MARTINS, 2011: 16-17).

Na verdade, o turismo, tal como é conhecido nos dias de hoje, massificou-se a partir da década de 60, proporcionado pelo aumento dos tempos livres e maior disponibilidade financeira, bem como pela melhoria das vias de comunicação. Estes fatores contribuíram para a “democratização das viagens” (SILVA, 2009: 45).

Também em Portugal, um dos fatores sociais mais relevantes e de grandes transformações ao nível social diz respeito ao aumento da esperança média de vida, sendo que, em 2010, a esperança média da população residente portuguesa foi de 79,20



anos de idade (INE I.P 2010: 77). Este fator conduziu à necessidade de ocupar os tempos livres da população, contribuindo assim para o aparecimento de novas tipologias de turismo de lazer e cultural (Alarcão, 2009: 12).

Enfim, o turismo encarna várias finalidades, sendo de destacar a finalidade patrimonial, pois contribui para a proteção e valorização do meio ambiente e cultura, pois através do turismo é possível uma promoção e divulgação do bem patrimonial, contribuindo assim para novas experiências: a do conhecimento, de novas atitudes e valores (CUNHA, 2006: 322).

1.1.2. O Património no Mundo Rural

A procura pelo campo e pelo contacto com a natureza ganhou bastante interesse nomeadamente devido ao desenvolvimento tecnológico e de novas perspetivas políticas e sociais que foram surgindo ao longo da segunda metade do século XX traduzidas num processo simultâneo de urbanização crescente, de abandono dos campos (Alarcão, 2009: 12).

Após a Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos países industrializados sofreram grandes transformações: económicas, geográficas, sociais, entre outras. No que diz respeito às transformações dos espaços rurais, houve uma procura da população rural pelas cidades industrializadas e áreas suburbanas, contribuindo por um lado, para o crescimento das mesmas e, por outro, para o êxodo rural e consequentemente, despovoamento e abandono das áreas rurais (PEIXOTO, 1998: 1).

A partir dos anos 80, outro fator social relevante foi o aumento do cosmopolitismo social, dado o acesso mais global através das redes de comunicação, com a influência dos comportamentos urbanos no meio rural. Por outro lado, assinalam-se alterações a nível demográfico, económico e cultural. A nível demográfico devido à emigração e ao êxodo rural já mencionado, à diminuição da população e ao aumento do envelhecimento, à diminuição da taxa de natalidade (e o subsequente, encerramento de escolas primárias por falta de alunos de que falaremos mais à frente). A nível económico devido ao abandono das práticas agrícolas tradicionais de subsistência substituídas pela maquinaria agrícola e pela tendencial constituição de grandes propriedades que reduzem a necessidade de mão de obra, à inexistência de circuitos comerciais para escoamento do produto do lavrador rural, à especulação imobiliária,



nomeadamente dos terrenos próximos de centros urbanos ou redes rodoviárias. A nível cultural devido ao desinteresse pelos valores tradicionais rurais, desinteresse da relação geracional (passar os legados de pais para filhos), muitos destes já fixados em zonas urbanas ou fora do país, desinteresse pelas práticas sociais coletivas. Ao nível ambiental, as ameaças passam pelo abandono das terras, falta de manutenção das florestas (nomeadamente a sua limpeza), falta de manutenção do escoamento das águas pluviais, etc. (PEIXOTO, 1998: 03).

É neste contexto que a ideia de património rural representa uma ideia de ameaça, de algo que está em risco de perda e por isso, merece ser preservado. Em grande medida, se se refere às construções arquitetónicas rurais e aos produtos artesanais abandonados, cada vez mais, passa a abranger também, os elementos geográfico-paisagísticos bem como os produtos agrícolas locais. Contudo, quem lhes dá valor, quem lhes confere reconhecimento são as comunidades mais urbanas que, veem a Natureza como uma fuga à agitação das grandes superfícies comerciais, e veem nos produtos agrícolas uma forma mais saudável e genuína, tradicional, com a garantia de saberem de onde provêm. Segundo Luís Silva, património rural é “um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitetura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional” (SILVA, 2009: 40).

A descoberta de um património rural leva também à ideia de “lugar” que nos transporta a um ideal, às raízes, às origens de um dado território. Aqui, o conceito de património passa pela representação desses ideais, únicos e específicos do território em questão. Segundo Peixoto, “a instrumentalização e a criação de símbolos, características dos processos de patrimonização, põem em marcha uma descoberta do património pelos meios rurais” (PEIXOTO, 1998: 13).

Por isso, em muitos meios rurais, a valorização feita de fora, pelos que lhe são exteriores voltam a adquirir valor pelos próprios habitantes e que, de alguma forma, sempre ali estiveram. São elementos valorativos que o fazem lembrar um passado nostálgico, de todos os dias, mas que não se observa constantemente, que é visto pelos de fora: a água do ribeiro, o som de um moinho em funcionamento, o rebanho na montanha a pastar, etc, ou os sons que já não existem e se querem voltar a ouvir (a



recuperar). Muitas vezes, as histórias das aldeias rurais são remetidas através da oralidade, de geração em geração, não havendo muitos documentos escritos (PEREIRA, 2010: 6), sendo a memória a reconstituir uma identidade perdida.

Com a transformação do espaço rural surgem, entretanto, duas preocupações: o aumento das ameaças sobre o mundo rural e o surgimento de preocupações com o património. Com o abandono do mundo rural, surge uma ameaça de desaparecimento do mesmo que leva à ideia de património rural. Neste sentido, Paulo Peixoto constata “que o património para o ser tem primeiro de morrer” (PEIXOTO, 1998: 07). O mesmo autor defende que património rural “representa as ameaças que pairam sobre os meios rurais e as estratégias de conservação e de valorização de tudo aquilo que corre o risco de desaparecer... a ideia de património é, frequentemente, invocada em relação à ameaça do desaparecimento de recursos naturais e culturais, num cenário” (*Ibidem*: 06). Hoje em dia, quando se aborda o termo património rural, refere-se, especialmente “a bens comuns que deixaram de estar integrados nas práticas quotidianas dos camponeses” (*Ibidem*: 07).

Essa descoberta de património está associada à paisagem natural, a uma ruralidade abandonada, a um desaparecimento de práticas agropecuárias, a espaços despovoados e de elevado índice de envelhecimento, a construções rurais que, como um todo, se constitui numa mais-valia em termos culturais, económicos, ecológicos, ambientais e turísticos. Desta forma, o processo de patrimonialização de uma zona rural, facilmente se vai confundir com o processo de territorialização, devido às características que conferem cada um dos processos. Pode-se afirmar que ao património se confere uma nova vida, um novo uso, um novo objetivo, uma nova funcionalidade, de acordo com as necessidades que se vão criando pela sociedade atual. O território rural regenera-se através da “captação de novos residentes, visitantes, atividades económicas e mercados externos que absorvam os produtos da economia local” (*Ibidem*: 13).

O mesmo autor, no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, defende a ideia do impacto do desaparecimento do mundo rural que explicaria “uma descoberta do património pelos meios rurais que conduz a uma segunda via desses meios e, no limite, ao aparecimento de um outro mundo rural” (PEIXOTO, 2004: 02). Quanto mais isolado e com menor densidade populacional tiver esse meio rural, mais lentamente se farão sentir as transformações culturais que daí se sucede.



Cada vez mais, promovido também por uma noção abrangente do conceito de património, nota-se um emergir da ideia de gestão do património, face à ideia de conservação do património, no sentido em que se estudam estratégias à volta do património de forma a desenvolver uma região/comunidade/grupo social através da conservação e da utilização desses património para estes agentes. Ou seja, a conservação da tradição, da história e da memória vai para além do significado que o património possui: passa pela forma como se pode tirar partido desse património, no sentido em que se beneficie do investimento da conservação, respondendo às necessidades futuras dos agentes envolvidos (*Ibidem*). O mesmo autor refere ainda que “qualquer artefacto patrimonial necessita, para subsistir e perdurar, de ser alvo de uma reinvenção ou de uma reativação por indivíduos que o introduzem no seu quotidiano” (*Ibidem*: 13). É através da ideia de gestão do património que surgem estruturas profissionais que procuram sensibilizar a comunidade e autoridades para a questão do património. A estes profissionais compete os custos financeiros, as “ações de promoção e rentabilização do património recuperado”, bem como a “candidatura e reconhecimento formal dos bens patrimoniais” (*Ibidem*: 12).

O património contribui assim para um “ressurgimento” do espaço rural, no sentido em que é necessário repensar o meio rural, sendo implementados novos usos e simbologias do património, com novas funcionalidades que contribuam para a integração e o bem-estar da comunidade rural. Com o apoio do património rural, se poderá desenvolver e promover a comunidade local (*Ibidem*: 14).

O Turismo surge como uma atividade que contribui para a valorização do património em geral, e em particular para a recuperação e reconversão de edifícios arquitetónicos cuja utilidade inicial não se relacionava com esta atividade, mas, não obstante, devido aos valores, características e localização dos mesmos, foram transformados para atividades turísticas. Inserem-se neste grupo de património imóvel os edifícios de escolas primárias em zonas rurais, que foram desativados para o ensino e, por estarem fora do seu contexto inicial, foram aproveitados para unidades de alojamento turístico.

O Turismo, como atividade económica que é, vê nestes edifícios escolares uma marca de uma determinada época política, social, económica e de ensino de um Portugal Salazarista, porque grande parte destas escolas foram construídas naquele período e no



âmbito da política de ensino da época. É uma oportunidade turística (e não só, como já se escreveu na introdução) adaptá-los a alojamento do tipo casas-abrigo, mantendo os traços originais dos edifícios e adaptando-os às novas funcionalidades, com conforto e comodidade que o hóspede procura, devendo ficar em sintonia com o espaço envolvente, integrando-se o melhor possível na paisagem.

Sendo, na sua maioria, edifícios de linhas simples e sóbrias, são de fácil reconstrução e manutenção futura, bem como fáceis de adaptarem-se a novos usos e às normas de construção atuais, podendo ser usufruídos de forma pública, privada ou mista. Ao reconstruir-se, dever-se-á ter em conta o que Françoise Choay afirma: “modernizar não é então dar aspecto de novo, mas colocar no corpo das velhas construções um implante regenerador” (1999: 190).

Pretende-se que estas reconstruções sejam desenvolvidas com técnicas atuais, tendo o conforto e os objetos que hoje em dia são considerados necessários. Contudo, a adaptação aos novos usos deverá ter em conta a estética, a memória e o valor afetivo existente. Choay afirma ainda que “a reutilização é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial” (*Ibidem*: 191).

1.1.3. O Turismo no Desenvolvimento das Regiões Rurais

São muitos os trabalhos académicos que abordam a temática do desenvolvimento das regiões tendo em conta a realidade atrás referida, em particular a das últimas décadas do séc. XX, altura em que o meio rural foi sofrendo alterações profundas, nomeadamente devido ao crescimento das áreas urbanas que potencializaram o despovoamento e abandono do espaço rural.

No período histórico do Estado Novo, o meio rural era visto como alicerce às tradições socioculturais, na medida em que era um espaço conservador, de tradição, em oposição às ideias urbanizadas de modernidade (MARQUES; MARTINS, 1995: 212). A partir de 1960 inicia-se um processo de desruralização do país, tendo uma maior implementação a partir de 1986, quando Portugal integra a União Europeia, com a criação de “medidas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural, destinadas a promover o crescimento das áreas mais desfavorecidas do ponto de vista social e económico” (SILVA, 2009: 38). Os principais interventores destas medidas passam a ser os recursos endógenos e as populações locais, tendo em conta três fatores:



o potencial agrícola, realçando o investimento em produtos agro-biológicos e/ou de origem controlada (são exemplos os queijos ou os azeites); o património existente, quer sejam recursos naturais quer sejam histórico-construído; o turismo, no sentido de criar zonas turísticas em comunidades rurais (*Ibidem*: 39).

A partir da década de 90 surge uma tendência para a estagnação populacional dos centros urbanos e um regresso às áreas rurais da população, exceto nas áreas de montanha que, continuam sem grande poder atrativo para o retorno da população. Surge uma nova abordagem ao meio rural que defende a requalificação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Desta forma, há uma reanimação das áreas rurais, dando-se destaque à mitificação dos campos, ao retorno da infância relacionado com a memória dos nossos antepassados, às práticas agrícolas tradicionais e à preservação do património do mundo rural, surgindo o turismo como fator de desenvolvimento. Juntam-se à preservação do mundo rural as questões ambientais, em que o desenvolvimento rural deve ser entendido não só nas componentes agrícolas, mas também nas questões do património rural e ambiental (MARQUES; FERNANDES, 2001: 349). Desta forma, o meio rural deixa de ser entendido apenas como função agrícola, passando a ser entendido também como um lugar de proximidade com o que é natural, com uma simplicidade, com paz, com qualidade de vida e retorno às tradições e costumes. Tal como refere António Pereira, as aldeias são hoje em dia, consideradas “espaços de lazer, de fruição temporária dos valores que se queriam eternos: tranquilidade, alimentação de qualidade, silêncio, etc” (PEREIRA, 2010: 9).

As áreas rurais apresentam-se, assim, caracterizadas por uma baixa densidade populacional, dependência económica das explorações relativas aos recursos naturais (agricultura, floresta etc.), relação estreita entre a comunidade residente (SILVA, 2009: 46). Estas áreas passam a ser vistas como um cenário de revalorização e revitalização da paisagem rural com base nos recursos patrimoniais que possuem materiais e imateriais (tradições orais, mitos e lendas, histórias passadas de geração em geração). Revalorizar e revitalizar pressupõem a reinterpretação por parte dos interessados de um património cultural intangível, cuja aposta económica deve passar pelo lazer e turismo (MARTINS; COSTA, 2009: 55-70). O desenvolvimento rural deve ser visto como um “prestador de serviços ambientais indispensáveis à qualidade de vida e à segurança” das populações



urbanas bem como um “suporte a uma comunidade de trabalho e inovação em diálogo com a sua Terra e a Terra” (ANDRESEN, 2007: 57).

Sendo o turismo uma atividade bastante importante para o desenvolvimento ao nível nacional, regional e local de um país na medida em que consegue gerar riqueza, emprego e um melhor aproveitamento das potencialidades locais, através dos vários segmentos de mercado e atividades complementares (MARTINS, 2011: 08), no caso do património rural quem conhece as especificidades do território são os agentes locais. São estes que devem encaminhar o território para o desenvolvimento da região, adotando estratégias eficazes, através de parcerias públicas e privadas.

Assim, os locais turísticos são caracterizados por recursos endógenos, que por si só, se distinguem de outros locais, tornando esse local único. A tipicidade de uma região é importante para a etnografia e cultura da mesma, mas sozinha não gera riqueza para a região. Contudo, o turismo é a ferramenta, na opinião de alguns, que pode produzir essa riqueza, com essa mesma tipicidade, tendo como pressuposto a sua rendibilidade económica (CUNHA, 1997: 283). Segundo Hélder Marques e José Alberto Rio Fernandes, “os novos desafios da ruralidade passam agora pela sua requalificação paisagística, pela capacidade em propiciar níveis de conforto semelhantes ao urbano, pela possibilidade endógena de multifacetar rendimentos, valorizando capacidades competitivas, transformando o tradicional em fonte de rendimento” (2001: 353-354).

Cada vez mais, existe uma exigência na preservação dos lugares rurais, sendo promovidos como lugares singulares e únicos, cujas experiências serão exclusivamente daquele momento, daquelas pessoas, irrepetíveis. Os visitantes são sensíveis a novidades existentes num destino, tanto no sentido de novas experiências como de novas atrações. Deste modo, os destinos rurais procuram criar experiências à medida de cada turista, que se desviam dos enquadramentos das experiências tradicionais. Estas, quanto mais renováveis forem, maior o seu poder para atrair novamente visitantes que já lá estiveram no passado. Se um destino proporcionar uma oferta alargada e diferenciada, terá de saber como captar visitantes de forma regular, tendo em conta que cada nova visita será abordada com uma nova atração (MARTINS, 2011: 22-23).

Cada vez mais, existe uma aposta nas dinâmicas de desenvolvimento do setor agroflorestal que, juntamente com sinergias entre política agrícola e o ambiente, fazem com que as áreas interiores predominantemente rurais consigam um espaço de



internacionalização, sem necessidade de passar pelas grandes metrópoles (FIGUEIREDO, 2001: 16).

Ao nível europeu, em 1991, foi criada uma política comunitária denominada por LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – cujo objetivo era o desenvolvimento de zonas rurais através da preservação da identidade. Este fundo dirigia-se aos agentes rurais (Estado e entidades privadas) no sentido de valorizarem as potencialidades do seu próprio território, colaborando para o desenvolvimento económico, social e cultural da região. Para tal, estes agentes rurais deveriam, junto da sua população, sensibilizar a mesma para os valores da sua região, nomeadamente a riqueza do património, das tradições, das atividades artesanais, da gastronomia, etc., inculcando-lhes a preservação e valorização desses valores, bem como o diálogo entre habitantes e visitantes. Foram desenvolvidas três etapas: Leader I, Leader II e Leader+ (www.leader.pt, acedido a 25Fev12). Estes programas contribuíram para a dinamização das atividades turísticas em território rural através do aumento do número de unidades de alojamento, de infraestruturas, empresas de animação turística, bem como iniciativas a nível associativo, cultural, gastronómico ou desportivo que foram aprovadas e subsidiadas pelo LEADER.

A nível local, este programa organiza-se em parcerias, denominadas por Grupo de Ação Local (GAL), ou seja, agentes locais que têm por base conhecer, identificar e solucionar problemas territoriais, aplicando a melhor estratégia para o desenvolvimento da região e sua comunidade (MIN. AGRICULTURA, 2010: 1).

Nas últimas décadas do séc. XX têm surgido novas perspetivas territoriais a nível regional, nomeadamente em áreas de menor densidade populacional. Uma destas novas perspetivas diz respeito ao Turismo em Espaço Rural (TER), estando este relacionado com a transformação de habitações de particulares em unidades de alojamento rural (MIN. AGRICULTURA, 2010: 1). Assim, o espaço rural tem vindo a ser usufruído por diferentes atores sociais: é utilizado pelos agricultores, pelos rurais, pelos turistas e pelos urbanos, cada um à sua maneira e seu interesse. É ainda um objeto de apropriação na medida em que, num mesmo espaço, se inter-relacionam, em simultâneo, várias atividades e vários atores, sendo objecto de transformação permanente (GONÇALVES, 1988: 295). Desta forma, podemos afirmar que o turismo vai-se introduzindo em lugares que, de outra forma, não seriam desenvolvidos e não



teriam o investimento para se promoverem como territórios turísticos (MARTINS, 2011; 17).

A atividade turística leva também a um movimento de rendimentos das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, através das despesas realizadas pelos turistas e visitantes no local de destino como, por exemplo, no alojamento, nos restaurantes, nas lojas de recordações, nos museus, entre outros. Na modalidade de turismo de natureza ou ecoturismo, o fenómeno da sazonalidade não se aplica tanto como no turismo balnear ou sol e praia, apresentando um número de procura turística mais equilibrado ao longo de todo o ano. É ainda uma modalidade que prevê menos urbanização, menos construções e infraestruturas (rodoviárias, saneamento, etc.), contribuindo assim, para uma diminuição de possíveis impactos ambientais negativos (MARTINS; COSTA, 2009: 58). Todo o desenvolvimento e inovações provenientes da atividade turística, além de gerarem lucro para o investidor, devem contemplar principalmente a população local, de forma a contribuir para o desenvolvimento da própria localidade.

Contudo, a satisfação das necessidades dos turistas não deve prejudicar as gerações futuras do destino turístico. O turismo colabora no aumento dos padrões de qualidade de vida e expectativas das comunidades locais visto que, ao se criarem condições de acolhimento (acessibilidades, infraestruturas, sinalética, entre outras) que sejam adequadas aos turistas, também serão usufruídas pelas respetivas populações (MARTINS, 2011: 17). Estas devem beneficiar das atividades que possam surgir devido à atividade turística, bem como adequar-se aos processos de mudança que daí provirem. Os produtos agropecuários, agroalimentares e artesanais são apelativos para o consumo turístico e, assim sendo, devem ter uma melhor qualidade na sua produção (CUNHA, 1997: 283-284). É necessário ainda sensibilizar tanto os produtores locais como toda a comunidade, para o facto de o turismo trazer-lhes benefícios, escoando os seus produtos e recebendo um valor por isso. Desta forma, o turismo contribui para a dinamização da produção local.

Podemos também dizer que há um papel atenuador sob o ponto de vista dos desequilíbrios regionais devido a haver uma distribuição mais equitativa do nível de vida entre as regiões desenvolvidas e menos desenvolvidas. Contudo, cada região tem uma realidade própria e o seu desenvolvimento vai ser sempre em função da sua



necessidade. Este deverá ser sempre um desenvolvimento integrado sendo criadas atividades que sejam compatíveis com o turismo, pois este é o setor estratégico de desenvolvimento para a região (CUNHA, 1997: 283-284).

No turismo, os empregos existentes são dirigidos a uma mão de obra que pode ser pouco ou muito qualificada. Teoricamente, uma região que queira desenvolver o turismo necessita de mão de obra qualificada. Se não a tiver nessa região, acabará por importá-la de outra. Se uma região tem muita mão de obra qualificada é uma região que tem vantagens competitivas, o que pode levar a ser uma área de atração para empresas se fixarem e desenvolverem aí o seu negócio. Por outro lado, o turismo estimula a construção de infraestruturas. Estas devem ser feitas de acordo com um planeamento turístico, pois, como já foi referido, por outras palavras, a preservação da ruralidade de uma região é a essência da atração turística. Segundo Licínio Cunha “algumas componentes da oferta melhoraram significativamente nos últimos anos, como é o caso do golfe, das pousadas ou do turismo no espaço rural, e criaram-se infraestruturas que favorecem o desenvolvimento mais equilibrado do turismo...” (CUNHA, 1997: 100). Desde a data de publicação deste livro até aos dias de hoje, é possível afirmar que novas componentes da oferta turística foram surgindo como é o caso do turismo cinegético, de natureza, city-breaks, de negócios ou de experiências.

Contudo, não podemos esquecer que também o desenvolvimento regional traz aspetos negativos consigo. Existem ameaças ao nível ambiental e sociocultural, o congestionamento em pequenas vilas do país, a falta de resposta dos agricultores que nem sempre, aceitam positivamente a mudança, a insuficiência de formação qualificada, o mau planeamento feito no passado que se reflete atualmente, devido a muitas Câmaras Municipais não terem uma visão futurista e de inovação face ao desenvolvimento do concelho por via do turismo ou a relação entre privados e públicos.

Em suma, os investidores devem apostar no desenvolvimento de uma região, acautelando a sua sustentabilidade, ou seja, não matando o que a caracteriza: a paisagem, o meio ambiental e social. Ao promover uma área rural, é importante perspetivar a possibilidade de criação de novos recursos, para além da inventariação e recuperação do património existente. É importante que cada região mantenha a sua identidade e a sua originalidade, pois são estas características que diferenciam uma região de outra: são sempre genuínas e únicas e são a chave para um destino atrativo e



competitivo. Contudo, este conjunto de recomendações nem sempre funciona no território.

1.1.4. A Relação de Turismo e Património como fator de desenvolvimento sustentável

Não obstante ao fato do conceito de sustentabilidade ser já utilizado na década de 60, o mesmo ganha importância quando é abordado no relatório de Brundtland, em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CUNHA, 1997: 197). A Organização Mundial de Turismo (OMT) adotou este conceito em todos os estudos de planeamento e desenvolvimento turístico. Neste sentido, definiu turismo sustentável como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões recetoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (NETZ, 2003: 24).

Um turismo sustentável é aquele que tem, no seu desenvolvimento, a garantia de que os recursos de que depende se mantêm ou se valorizam. Para tal, é preciso ter em conta três princípios fundamentais de sustentabilidade: 1) sustentabilidade ecológica, que garante que o plano de desenvolvimento em análise é compatível com a conservação dos processos biológicos indispensáveis, a biodiversidade e os recursos biológicos; 2) sustentabilidade social e cultural, que assegura que, o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre os seus próprios destinos. É compatível com a cultura e os valores das comunidades atingidas, mantendo e fortalecendo a identidade das mesmas; 3) a sustentabilidade económica, que assegura o desenvolvimento economicamente eficaz garantindo a utilização dos recursos pelas gerações futuras. (CUNHA, 1997: 197). Estes três princípios estão interligados entre si, no sentido em que cada um vai condicionar os outros.

Teoricamente, o turismo em espaço rural está em sintonia com um turismo sustentável já que defende a maximização dos benefícios da atividade turística com a minimização de impactos negativos que possa provocar e ainda tem por princípio sustentar social e culturalmente a comunidade.



O turismo em espaço rural tem em conta os objetivos da Carta de Turismo Sustentável, adotada em 1995 pela Conferência Mundial do Turismo Sustentável: “1) conservação e valorização do património; 2) desenvolvimento social e económico; 3) preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais; 4) gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística” (www.icnb.pt, acedido a 01Mai12). Para tal, as políticas locais/regionais deverão prever um planeamento rigoroso nomeadamente: 1) medidas de conservação da área natural; 2) delimitar a capacidade carga para que não haja um aproveitamento excessivo dos recursos existentes (nomeadamente ao nível ambiental); 3) construção de edifícios em pequena escala e com materiais existentes na região; 4) participação da comunidade local na atividade turística sob a forma de emprego e como guias que conhecem melhor que ninguém o território onde se inserem (NETZ, 2003: 67).

A atividade turística relaciona-se diretamente com os recursos naturais, sociais e culturais de uma região, pois, se por um lado necessita dessa base para poder existir turismo, por outro, predispõe o favorecimento dos mesmos através dos objetivos turísticos que lhes assegure o seu equilíbrio (SILVA, 2009: 49). Desta forma, a atividade turística deve ter como base a sustentabilidade de modo a que os recursos possam ser mantidos em longo prazo. Esta atividade deve ser economicamente viável, indo de acordo com os interesses das comunidades locais e integrando-se sempre no ambiente natural, cultural e humano do destino.

Os turistas são ainda sensíveis aos valores históricos e à autenticidade e participação da comunidade visto que, procuram um contacto o mais “natural” (ou que assumem ser mais próximo do quotidiano, de uma encenação) possível com o local a visitar (MARTINS; COSTA, 2009: 61). É então necessário que se procure manter, recuperar, valorizar e melhorar os recursos existentes numa perspetiva de médio-longo prazo, para que o turismo se possa instalar e usufruir desse legado. Sustentavelmente, o turismo contribui para o “reviver” do legado de valores e bens histórico-culturais e ecológicos deixados por gerações anteriores.

1.1.5. Os Impactos do Turismo

O turismo gera uma variedade de impactos, positivos e negativos, quer ao nível ambiental quer ao nível do património construído pelo Homem. Tais impactos



necessitam de uma gestão eficiente e apropriada gerida pelo município, enquanto entidade de poder público, mas também com responsabilidade por parte de associações, empresas privadas e da própria população local. Todos juntos, como aconselham os programas de execução turística, devem planejar o desenvolvimento da atividade turística de forma adequada, para que não interfira negativamente nos valores intrínsecos do meio envolvente (natural/construído). Assim, conseguirão minimizar e abrandar os impactos negativos, evidenciando os positivos (FIGUEIRA, 2008: 1924).

A atividade turística influencia e é influenciada pela maior parte das atividades económicas existentes. O turismo satisfaz um conjunto de necessidades humanas: “intelectual, física, psicológica, cultural, social e profissional mediante o desenvolvimento de novas atividades e a renovação das existentes e, por isso, poucas atividades humanas se encontram em tão estreita ligação com o processo de transformação e desenvolvimento das sociedades modernas como o turismo” (CUNHA, 2006: 311). Contudo, para se conhecerem as características específicas desta atividade, deve-se ter em conta a existência de outras que permitam a satisfação das necessidades do turista, a difícil separação entre as atividades produtivas do turismo e as que não são da área turística, e ainda, a contribuição direta de indicadores como a hospitalidade ou a segurança nos destinos turísticos (*Ibidem*: 312).

O turismo contribui para a contabilidade nacional através da conta da produção turísticas, da balança de pagamentos turísticos⁹, do quadro das relações interindustriais, das contas do setor público e da formação bruta de capital fixo. É uma atividade que fomenta estratégias de desenvolvimento de um dado território, ajuda no crescimento de setores produtivos, tanto na produção como na geração de emprego, influencia taxas de câmbio e circulação de moedas, contribui para o ordenamento territorial através do desenvolvimento regional e para os movimentos demográficos. De forma correta, pode proteger e ajudar na preservação dos recursos naturais e humanos. Para além de todos estes indicadores, o turismo responde ainda a necessidades sociais, culturais e políticas. A nível nacional, dependendo do grau de desenvolvimento económico e do patamar em que esse país se encontra como país emissor ou recetor de turismo, a atividade turística

⁹ Balança de Pagamentos Turísticos: “a balança de pagamentos regista todas as trocas de renda nacional originadas pelas reações com o exterior nas quais se incluem as trocas originadas pelas viagens cujo registo se designa por balança turísticas...registra as trocas de renda nacional em consequência das viagens entre dois países” (CUNHA, 2006: 375).



tem um papel prioritário. Cada vez mais, nos países desenvolvidos, o turismo integra as políticas macroeconómicas nomeadamente pela criação de emprego (direto e indireto), pelo aumento do produto interno bruto (PIB) e pela atenuação das assimetrias regionais, reconhecendo e aproveitando melhor as potencialidades de cada local (*Ibidem*: 326-337).

A nível regional, é necessário que os recursos endógenos existentes, ao nível dos recursos naturais, humanos, históricos, etnográficos ou culturais, tenham vocação turística, que dizer, ao ser um potencial turístico, inicia-se um processo de transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas (origem do turista) para as regiões menos desenvolvidas (comunidade local). Criam-se infraestruturas e equipamentos sociais usufruídos tanto por quem visita, como pela própria comunidade local: vias de comunicação, rede de saneamento, serviços públicos, estabelecimentos bancários, etc. Com um interesse crescente sobre os produtos locais e típicos de uma região, há a necessidade de dinamizar e modernizar a produção local, com uma maior qualidade, nomeadamente nas produções agrícolas e pecuárias. Aos edifícios abandonados existentes numa região, o turismo aproveita-os para implementar novos usos turísticos (*Ibidem*: 391-393).

O turismo, nomeadamente o turismo em espaço rural, contribui para o desenvolvimento local a vários níveis: ajuda na divulgação da região, no crescimento económico do comércio e serviços locais (já que os turistas consomem no destino e ao consumir deixam divisas), promove o escoamento do artesanato e dos produtos regionais, gera postos de trabalho embora seja em número reduzido, contribui para a preservação do património natural, construído e cultural, combate a desertificação e promove o intercâmbio entre culturas diferentes (SILVA, 2009: 145). Contudo, o turismo contribui, também, para não deixar cair no esquecimento as tradições rurais visto que os turistas procuram o contacto com as tradições antigas, os hábitos e costumes que, no seu dia a dia, não existem.

Não obstante, ao turismo podem estar ligados impactos menos positivos que, devem ser vigiados para que se consiga travar o crescimento dos mesmos. Se o turismo for mal planeado poderá provocar: alterações estruturais económicas, sociais e ambientais, saturação ou sobrecarga da área turística, diminuição da qualidade do serviço turístico, destruição de valores tradicionais e culturais, destruição de identidades



culturais através do choque cultural e hábitos distintos dos turistas, tensões sociais ou a descaracterização de uma região. (CUNHA, 2006: 394- 395). Poderão existir também impactos negativos ao nível do ambiente: poluição das águas através da má gestão dos esgotos; poluição do ar e sonora devido ao excessivo de veículos no local; congestionamento de veículos e pessoas nas áreas naturais; poluição do terreno através do lixo deixado pelos visitantes; perturbação da vida selvagem pela prática inadequada do turismo (NETZ, 2004: 105).

Tendo em conta todos os pressupostos teóricos e programáticos, vejamos como este corpo de ideias e projetos têm a sua aplicabilidade num espaço específico e em torno do estudo de caso que seleccionámos. Este será o propósito das próximas páginas.



Capítulo II: Caracterização de Ponte de Lima

2.1. Enquadramento Territorial

2.1.1. *O Vale do Lima*

O Vale do Lima, por si só, não é um espaço administrativo, mas um designativo de desenvolvimento turístico (CENTER, 2011: 3). Localiza-se numa das oito sub-regiões (NUTS III) que integram a região do Norte do país: a sub-região Minho-Lima. Juntamente com as sub-regiões do Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, a região Norte constitui 24% do território de Portugal continental (www.ccdr-n.pt, acedido a 16Mar12).

A região do Vale do Lima é composta pelos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez e, segundo dados do INE, abrange uma área total de 1.268,40 km² (2005: 24). Com uma população residente de 167.131 habitantes, o concelho de Ponte da Barca é o menos populoso do Vale do Lima, com 12.061 habitantes e o concelho de Viana do Castelo, o mais populoso com 88.725 habitantes (2011b: 53).

O Vale do Lima consta de duas identidades territoriais: de um lado, uma zona urbana existente no centro do concelho de Viana do Castelo e, do outro lado, uma zona rural e agrícola, que abrange a maior parte do seu território, cobrindo todos os concelhos do Vale do Lima.

São atrativos, como a rica paisagem, o seu património arquitetónico, natural, cultural e etnográfico, a gastronomia variável e um artesanato utilitário e festivo, ainda com bastante tradição, que fazem do Vale do Lima detentor de uma identidade ímpar (CENTER, 2011: 3).



2.1.2. *Ponte de Lima*

O município de Ponte de Lima pertence à Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) NUT III Minho-Lima, localizada no Noroeste de Portugal Continental, numa área total de 2.218,80 km² (INE, 2011a: 33). Fazem parte ainda os municípios de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Valença, Monção, Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Viana do Castelo.

É limitado a Sul pelo concelho de Barcelos, a Este pelos concelhos de Vila Verde e Ponte da Barca, a Oeste pelos concelhos de Viana do Castelo e Caminha e a Norte, pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez.

Composto por 51 freguesias abrange uma área total de 320,30km² (INE, 2011a: 33) para uma população residente de 43.498 habitantes, segundo o último censo de 2011 (INE, 2011b: 53). São elas Anais, Arca, Arcos, Arcozelo, Ardegão, Bárrio, Beiral do Lima, Bertlandos, Boalhosa, Brandara, Cabaços, Cabração, Calheiros, Calvelo, Cepões, Correlhã, Estorãos, Facha, Feitosa, Fojo Lobal, Fontão, Fornelos, Freixo, Friastelas, Gaifar, Gandra, Gemieira, Gondufe, Labruja, Labrujó, Mato, Moreira do Lima, Navió, Poiães, Ponte de Lima, Queijada, Rebordões de Santa Maria, Rebordões de Souto, Refóios do Lima, Rendufe, Ribeira, Sá, Sandiães, Santa Comba, Santa Cruz do Lima, Seara, Serdedelo, Vilar das Almas, Vilar do Monte, Vitorino de Donas e Vitorino de Piães (www.valimardigital.pt, acedido a 30Mar12).

É considerado um município de tipologia média¹⁰, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP) de 2010 (CARVALHO [et al], 2012: 21).

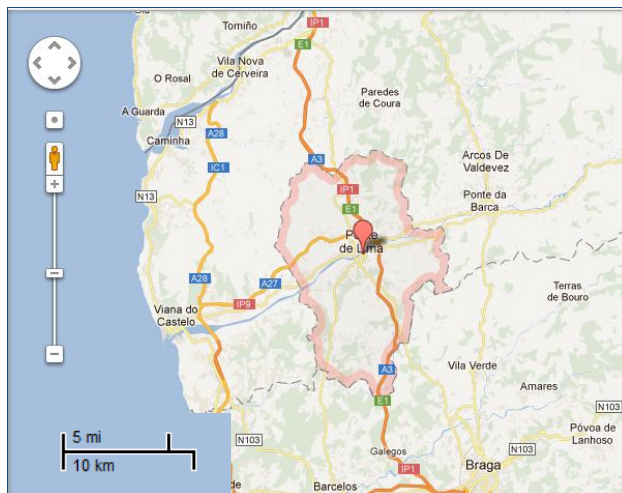
2.1.3. *Acessibilidades*

O concelho de Ponte de Lima é provido de uma boa via rodoviária com rápido acesso às cidades de Viana do Castelo, Braga ou Porto. Salientam-se primeiramente as autoestradas A3, do Porto a Valença e A27 que une o litoral ao interior, desde Viana do Castelo até Arcos de Valdevez. A A28 também é um dos eixos principais de acesso

¹⁰ Tipologias de Municípios: pequenos, com população menor ou igual a 20.000 habitantes; médios, de 20.000 até 100.000 habitantes; grandes, com população maior que 100.000 habitantes. Cf. Anuário Estatístico dos Municípios Portugueses 2010 (2012). Consultado a 02Março 2012. Disponível em <http://pt.calameo.com/read/0003249816b2f96adb5b6>

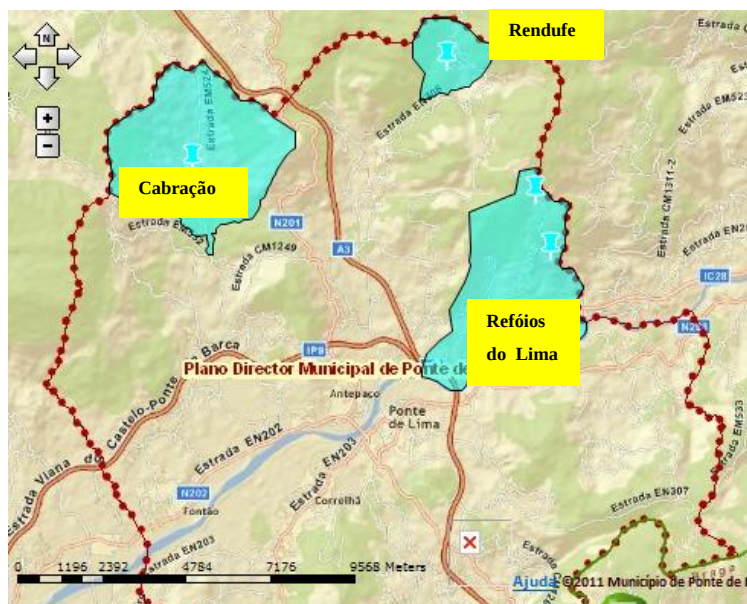


rodoviários que liga o Porto a Viana do Castelo, pelo litoral. Podemos ter uma noção mais precisa observando o mapa nº 1:



Mapa 1 Concelho de Ponte e Lima. Fonte: <http://maps.google.com>, acedido a 20Jan12

Relativamente às freguesias em causa (veja-se introdução) e observando o mapa nº 2, verifica-se que Cabração e Rendufe localizam-se a Norte do concelho e Refóios do Lima a Nordeste, sendo as três freguesias limítrofes concelhios. Do centro da vila, as vias rodoviárias que dão acesso à freguesia da Cabração são a estrada nacional EN201 e a estrada municipal EM524; para Rendufe, a estrada nacional EN201 e a EN306; para Refóios do Lima, a EN202 e a EM523. Em cada freguesia está assinalada no mapa seguinte a localização de cada casa-abrigo que serão tratadas neste trabalho.



Mapa 2 Localização das Freguesias de Cabração, Rendufe e Refóios de Lima. Elaboração: Gilda Rodrigues. Fonte: <http://maps.google.com>, acedido a 20Jan12.

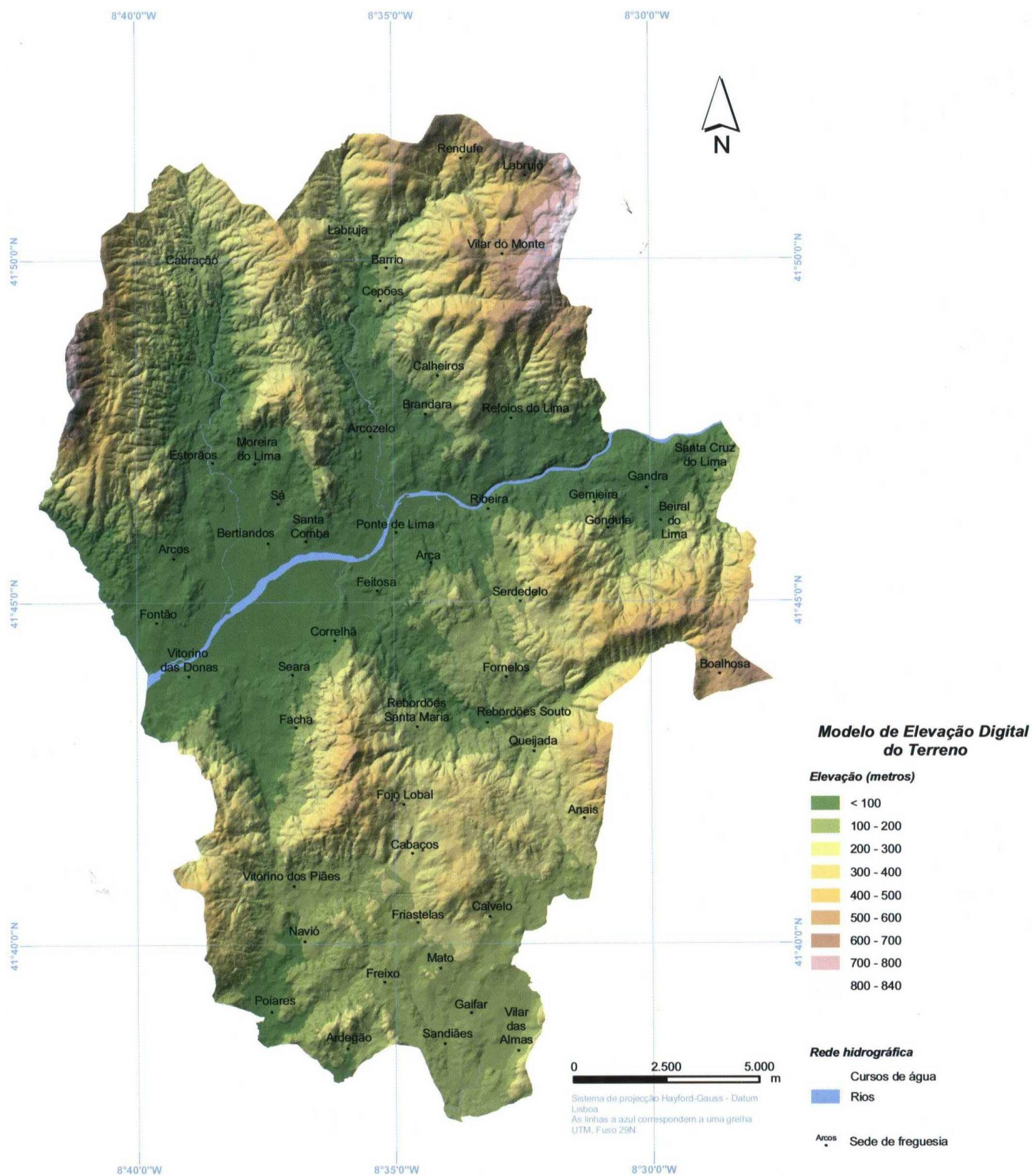


2.2. Quadro Geomorfológico e Climático

Na sua hidrografia destaca-se o rio que dá nome à vila, o rio Lima, cuja nascente é em Espanha, na zona de Monte Talariño e a foz, na capital de distrito. A área total da bacia do Lima é de 2470 km² dos quais 1220 km² dizem respeito ao território nacional. Percorre 41 km em território espanhol e, a partir das serras do Gerês e Peneda, mais 67 km em território nacional, até desaguar ao Oceano Atlântico (INE, 2011a: 44). Os seus afluentes principais são constituídos pelos rios Estorãos, Labruja e Trovela (ALONSO, 2008: 59).

No que diz respeito à sua morfologia (ver mapa 3), a Norte do concelho, o relevo é bastante montanhoso, atingindo os 800 metros de altitude na serra d'Arga, a Noroeste, sendo esta a serra com maior representatividade, seguindo a serra da Cumieira, localizada a Nordeste e a Leste, o monte de Travanca. A Sul do concelho destacam-se as serras da Paradela (462 metros de altitude) e da Nora (577 metros de altitude) e S. Veríssimo (PINA, 1990: 69-71). Ponte de Lima é ainda envolvida pelas serras do Formigoso, da Miranda e do Monte S. Miguel da Facha (ALMEIDA, 2007: 349).

Nas áreas cuja altitude média ronda os 100 metros, a morfologia é dominada pelo brávia, isto é, por espaços de património público ou privado que não têm nenhum tipo de cuidado/manutenção, em simultâneo com áreas graníticas. Nas de baixa altitude predomina uma agricultura tradicional inserida em pequenas leiras. (PINA, 1990: 66).



Mapa 3 Modelo de Elevação Digital do Terreno do Concelho de Ponte de Lima. Fonte: Alonso (2008: 22).



Sendo a região do Minho, a mais pluviosa do país, Ponte de Lima é caracterizada por um clima de influência marítima. Contudo, nas áreas mais elevadas, nomeadamente próximas das Serras de Arga e Cabração, existem diversas variações climáticas ao longo do ano. À medida que a altitude aumenta, a temperatura média baixa e a precipitação aumenta (RODRIGUES [et al], 2010: 29).

Tendo como base os anos 1983-2001¹¹, Ponte de Lima é caracterizada por uma temperatura média anual de 15,1°C, sendo a média máxima de 20,8°C e a média mínima de 9,5°C. As temperaturas mais elevadas registam-se nos meses de julho e agosto, sendo de dezembro a fevereiro registadas as temperaturas mais baixas. A amplitude térmica ronda os 11,3°C e a média anual de humidade relativa é de 80,5%. Em média, a precipitação no concelho é maior no período de dezembro a fevereiro, ocorrendo cerca de 40,1% de precipitação anual nesta altura do ano, enquanto, entre junho e agosto registam-se os valores mais baixos (7,4%) (ALONSO, 2008: 25-28). Nas áreas mais elevadas é registada uma maior precipitação (ver mapa 3). Acima dos 400m de altitude a precipitação média anual ronda os 2000 e os 2400 mm enquanto, acima dos 600m de altitude os valores ultrapassam os 2400 mm (*Ibidem*: 29).

2.3. Enquadramento Económico-Social

2.3.1. O Setor Primário

No que respeito à agricultura limiana, tradicionalmente é caracterizada por uma policultura intensiva e do tipo familiar, de regadio e baixo grau de especialização produtiva, sendo os principais cultivos a vinha, o milho e o grão. Em termos pecuários, destaca-se a criação de gado bovino de leite e carne e animais de quinteiro (PINA, 1990: 71). A criação de gado, nomeadamente bovino, é de bastante importância no sentido em que servia de força de trabalho agrícola e produção de estrume, bem como, ao ser vendido, tinha grande valor comparativamente com outros animais, trazendo mais receitas para a família. Já o consumo familiar era raro (CAMPELO, 2007: 178). Nas comunidades de montanha, o gado equino de raça garrana tinha bastante importância,

¹¹ Dados fornecidos através da estação meteorológica associada à Estação de Avisos da Direção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, localizada em Arcozelo, Ponte de Lima



premançando em “regime de liberdade”, mesmo sendo de proprietários diferentes. Os cavalos convivem atualmente, livremente pela montanha, podendo ser reconhecidos pelos donos através de marcas específicas (*Ibidem*: 184).

É entre os 50 e os 100 metros de altitude que se desenvolve uma melhor agricultura, caracterizada por “solos de profundidade variável, mas permeáveis e fáceis de trabalhar” (PINA, 1990: 71). Entre os 100 e os 500 metros de altitude dá-se lugar ao bravio, composto por eucaliptos, pinheiros e carvalhos e ainda por tojo, giestas, silvas e juncos. Em altitudes superiores a 500 metros, a paisagem transforma-se em baldio, rochas e penedos (*Ibidem*: 72). Segundo Clara Saraiva, os campos de milho, bastante numerosos na paisagem minhota, são geridos segundo “o sistema do campo-prado, isto é, o campo cultivado na primavera... colhido no fim do verão, e que, passando a prado na época do inverno, fornece pasto ou erva para corte que sustenta o gado” (1994: 174). O milho é o cereal que ganha cada vez mais importância, nomeadamente em termos de alimento de inverno, quer para os animais, quer ao nível do fabrico do pão/broa (CAMPELO, 2007: 180).

A vinha é um dos setores agrícolas com mais importância no concelho, remontando a sua prática ao tempo da ocupação romana (ALONSO, 2008: 204). Desde sempre foi motivo de convívio entre toda a família e alguns vizinhos. A paisagem da Ribeira Lima é caracterizada pela existência de ramadas de vinha, delimitando campos e caminhos (CAMPELO, 2007: 189), encontrando-se em plena Região Demarcada dos Vinhos Verdes (RDVV), desde 1906, altura em que foi demarcada, tendo sido somente regulamentada após 1926 (ALONSO, 2008: 204).

O desinteresse e conseqüente abandono da agricultura foram compensados por uma profissionalização do setor e por uma crescente importância dos setores secundários e terciários (www.cm-pontedelima.pt, a) acedido a 01Abr12). Em 1973, o setor primário integrava mais de 30% da população ativa em Portugal. Em 2001, essa população rondava os 9% (SILVA, 2009: 37).

O envelhecimento dos proprietários das explorações agrícolas e a falta de população nova na agricultura contribuem para o abandono de alguns campos de cultivo, simultaneamente ao aumento do plurirrendimento e à pluriatividade no contexto familiar. Assim, a família passa a receber rendimento de outras atividades económicas, diminuindo o interesse na agricultura (MARQUES; MARTINS, 1995: 212). Segundo os



mesmos autores “a reestruturação vitícola e o turismo em espaço rural são, atualmente, as duas principais componentes da revitalização das áreas rurais da Ribeira-Lima” (*Ibidem*: 212).

2.3.2. O Setor Secundário

A indústria extrativa é de realçar pelas suas áreas graníticas de grande importância na economia local, na medida em que existem várias pedreiras ao longo das serras limianas, de onde provém a extração do granito, areias e argilas. No geral, esta indústria é constituída por pequenas empresas. A prova disso, remonta ao domínio romano (via miliar de Braga a Astorga, ponte romana), à evidência das igrejas e conventos que, ao longo dos séculos, foram construídos um pouco por toda a Ribeira Lima, bem como os vários solares e casas apalaçadas (PINA, 1990: 71). É uma indústria que tem crescido de forma constante nos últimos anos ao nível da extração da pedra, da cantaria e da transformação (ALONSO, 2008: 104).

Outras indústrias transformadoras que podem ser salientadas são pequenas unidades do setor das cerâmicas, metalúrgicas, do têxtil e calçado. É no ramo da indústria têxtil e de vestuário que se verifica um número expressivo de PMES¹² na região do Minho/Lima, evidenciadas no mercado pela qualidade existente nos seus produtos fabricados. No setor da indústria metalúrgica, a maior parte destas empresas concentra a sua na produção de artigos de serralharia, metálicos e de maquinaria para a indústria têxtil e agrícola (MONTEIRO [et ai.], 2002: 108).

O município tem vindo a desenvolver polos industriais, como é o caso dos Polos Industriais da Gemieira, Queijada, Refóios e S. Martino da Gandra, como forma de incentivo para atrair mais empresas ao concelho, nomeadamente do ramo Automóvel e Agroalimentar (com base nos recursos da região) (www.valimardigital.pt, a) acedido a 01Abr2012; www.cm-pontedelima.pt, b) acedido a 01Abr12). Por toda a região do Alto Minho, tem-se vindo a assistir à criação de polos industriais, no sentido de “revitalizar economicamente a região valorizando a sua posição geográfica de grande proximidade à Galiza” (MONTEIRO [et ai.], 2002: 109). Para tal, os municípios oferecem um conjunto de facilidades, de forma a, que os empresários fixem na região a sua empresa,

¹² Pequenas e Médias Empresas



contribuindo assim para uma dinamização empresarial e para o aumento do emprego (*Ibidem*: 110).

2.3.3. O Setor Terciário

O desenvolvimento económico deu-se consideravelmente no setor dos serviços que, atualmente detém uma percentagem elevada do total do emprego gerado no município de Ponte de Lima. A maior parte desse emprego é distribuída pelas atividades da banca, seguros, hotelaria, restauração e construção civil, no âmbito das quais houve um aumento de criação de novas empresas. (www.cm-pontedelima.pt, c) acedido a 01Abr12). A par do comércio tradicional existente no concelho, seguindo o que acontece por outros concelhos do distrito de Viana do Castelo, é importante destacar as feiras e mercados existentes, que mantêm uma forte tradição cultural e se tornaram num meio de aquisição de produtos de consumo (MONTEIRO [et ai.], 2002: 123).

No que se refere ao setor turístico, o concelho oferece infraestruturas complementares à hotelaria e à restauração como é o caso do Campo de Golfe, o Centro Hípico de Calvelo, o Centro Equestre de Ponte de Lima e o Clube Náutico. Este último trouxe para o concelho uma atividade que até então não era muito usual, nomeadamente a prática dos desportos náuticos, aproveitando o recurso mais conhecido: o rio Lima (www.valimardigital.pt, b) acedido a 01Abr2012).

No campo da oferta hoteleira, Ponte de Lima destaca-se como berço do turismo de habitação, com vários solares e casas apalaçadas, seculares, que oferecem um serviço de grande qualidade a quem o procura. Também as unidades de turismo no espaço rural são de grande número no concelho. Atualmente, e segundo o portal oficial da câmara municipal, estão contabilizadas três unidades hoteleiras, duas de 3 estrelas e uma de 4 estrelas, cinco residenciais e, ainda, vinte e cinco estabelecimentos de TH e de TER. Não, obstante, a própria câmara é detentora de quinze estabelecimentos de alojamento turístico onde estão incluídos um albergue, o Albergue de Peregrinos (referente ao Caminho de Santiago), cinco *bungalows*, sete casas-abrigo e um parque de campismo (www.cm-pontedelima.pt, d) acedido a 01Abr12). Mais recentemente, foi inaugurado o primeiro hotel de 5 estrelas (<https://www.carmosboutiquehotel.com>, acedido a 06Jun2012).



No setor educacional, tem-se assistido a uma requalificação das infraestruturas escolares, relacionadas com o processo de reorganização da rede escolar nacional, iniciado em 2004, nomeadamente no 1º Ciclo. No concelho, estão previstos doze centros escolares até 2013 e, por consequência, o encerramento de escolas primárias. “Em média cada Centro Educativo, tem capacidade para acolher 200 alunos do 1º ciclo e 100 alunos do ensino pré-primário“ (www.cm-pontedelima.pt, e) acedido a 01Abr12).

Se por um lado estes centros escolares trazem pontos menos positivos, como é o caso das freguesias mais distantes e com menor número de crianças, em que, a rede de transporte escolar não é justificável economicamente (somente para dois ou três alunos), por outro, oferecem atividades a tempo inteiro. Para os mais desfavorecidos, o município apoia essas famílias na alimentação, livros e material escolar (www.cm-pontedelima.pt, f) acedido a 01Abr12). Num total de 43498 habitantes, 5126 correspondem à faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade (ver tabela 1). Para estes, Ponte de Lima oferece ao nível do 3º Ciclo, a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima e dois estabelecimentos de ensino superior: a Escola Superior Agrária de Ponte de Lima do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Universidade Fernando Pessoa (www.cm-pontedelima.pt, g) acedido a 01Abr12).

2.3.4. A População

A região Minho-Lima é caracterizada por um povoamento disperso por diferentes razões. Se por um lado, devido a um relevo acidentado que, promove o isolamento de aldeias, sobretudo as de montanha, por outro uma economia tradicional agrícola, baseada no cultivo de policultura intensiva e de subsistência. Nas áreas próximas aos vales do rio Lima existe uma maior permanência de população desenvolvendo-se áreas nos troços das principais vias rodoviárias. À medida que a paisagem se torna mais acidentada (nomeadamente as freguesias localizadas nas encostas das serras de Arga, Padela, Antela e Formigoso), o número de habitantes (maioritariamente idosos) é menor e mais disperso na paisagem (MONTEIRO [et ai.], 2002: 218).

Conforme o gráfico nº1 demonstra, assiste-se ao longo dos últimos seis anos a uma diminuição contínua do número de habitantes no concelho, tendo perdido um total de 1169 habitantes desde 2006 até 2011.



Existe uma série de fatores que propiciam a diminuição da população. É uma tendência global a nível nacional que vem desde o séc. XX, sustentada, para além da grande taxa de emigração, pela redução gradual da população jovem, consequência da diminuição da fecundidade, bem como do aumento do envelhecimento populacional e da esperança média de vida (RODRIGUES, 2006: 297). Realça-se ainda a grande influência da emigração verificada ao longo do séc. XX, inserida “nos padrões tradicionais de ocupação do território, que se caracterizavam por uma dispersão do povoamento com tendência para a localização dos aglomerados na meia encosta, situação que se altera, com a implantação das casas de emigrantes em áreas de melhor aptidão agrícola e estrategicamente localizadas em função dos acessos às vias principais” (MONTEIRO [et ai.], 2002: 41).

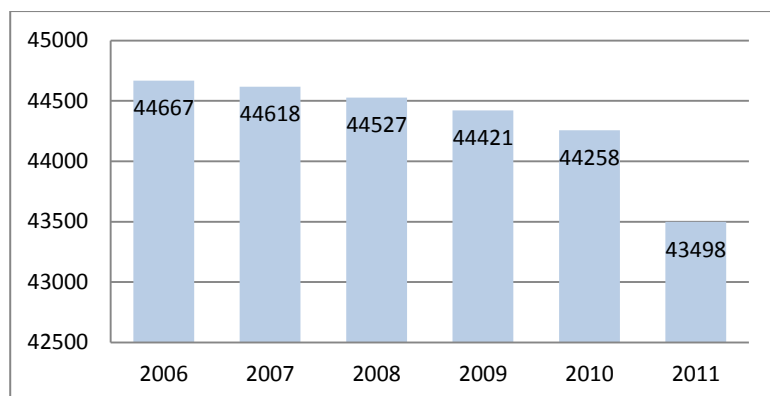


Gráfico 1 População residente do concelho de Ponte de Lima. Elaboração: Gilda Rodrigues a partir da fonte: AFMP, 2010: 291 & INE, 2011: 53

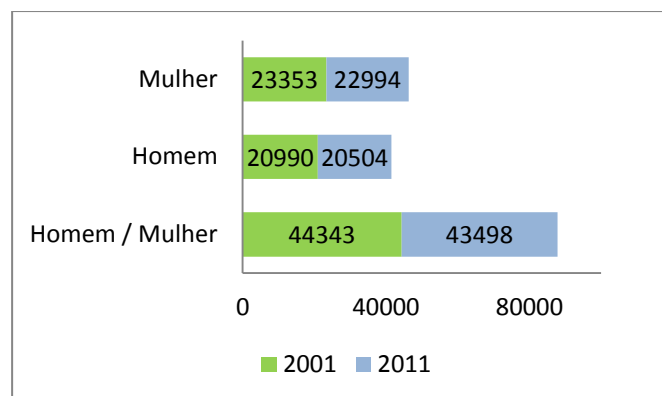


Gráfico 2 População Residente por sexo, do Concelho de Ponte de Lima. Elaboração: Gilda Rodrigues a partir da fonte: INE, 2011b: 53 & INE, 2002:107.

Comparando os últimos dois censos, nota-se uma diminuição da população residente de menos 845 indivíduos, nomeadamente 486 homens e 358 mulheres (ver gráfico nº2). Esta análise dos últimos anos comprova as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) que, prevê que a população residente irá diminuir até 2050 por todo o território nacional e, em simultâneo, aumentará o índice de envelhecimento, devido ao decréscimo da população jovem (com idade inferior a 15 anos) e aumento da população idosa (população com 65 ou mais anos de idade). Também a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) irá sofrer uma redução significativa (INE, 2005: 4-8).

Outros dados que confirmam estas projeções dizem respeito à faixa etária da população. Na região Minho-Lima, cujo número total de população residente em 2011 é de 244.836 habitantes, verifica-se que mais da metade do total enquadra-se na faixa



etária dos 25 aos 64 anos de idade seguidos pela faixa etária dos 65 ou mais anos (ver tabela nº1). O mesmo acontece no município de Ponte de Lima e respetivas freguesias em estudo. Outro fator revela que as mulheres se encontram em maior número, tanto ao nível da região, como do concelho e freguesias referenciadas.

Zona	Total			0 - 14 Anos			15 - 24 Anos			25 - 64 Anos			65 Ou mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
NUT III Minho-Lima	244836	114352	130484	32519	16638	15881	25672	13039	12633	129814	61909	67905	56831	22766	34065
Ponte de Lima (concelho)	43498	20504	22994	6736	3414	3322	5126	2621	2505	22986	11006	11980	8650	3463	5187
Das freguesias em estudo:															
Cabração	118	51	67	8	6	2	7	3	4	44	19	25	59	23	36
Ponte de Lima (freguesia)	2871	1294	1577	459	231	228	311	166	145	1514	692	822	587	205	382
Refóios do Lima	2169	1006	1163	310	168	142	220	108	112	1081	511	570	558	219	339
Rendufe	184	86	98	12	7	5	21	11	10	86	41	45	65	27	38

Tabela 1 População Residente, segundo grupos etários e sexo. Elaboração por: Gilda Rodrigues. Fonte: INE, Censos - Resultados Provisórios 2011. [Em linha]. Formato XLS. Disponível em www.ine.pt¹³

A freguesia de Ponte de Lima é a que possui mais habitantes, sendo Refóios do Lima, a quarta freguesia com maior população residente. À exceção da freguesia sede-concelhia, todas as outras encontram-se localizadas em áreas mais rurais, de montanha, sendo caracterizadas por povoamentos (lugares) mais dispersos na paisagem. Contudo, Refóios do Lima destaca-se das outras devido à passagem na freguesia de uma estrada nacional, a EN202, que parece ter facilitado a fixação de população no seguimento dessa via rodoviária. O mesmo aconteceu com outras freguesias do concelho, como a Correlhã ou Arcozelo, que beneficiando das estradas nacionais aí existentes e da proximidade com a sede concelhia, assinalam um aumento de população e, consequentemente, de atividades económicas.

¹³ Dados de Freguesias. In Censos - Resultados provisórios – 2011. Formato XLS. Acedido a 14 de Março de 2012. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2



Nas freguesias da Cabração e Rendufe, são os mais velhos que prevalecem, sendo muito reduzido o número de crianças até aos 14 anos e de jovens até aos 24 anos, por serem espaços rurais mais isolados o que contribui, como já referido, para a perda de população jovem em busca de novas oportunidades de vida e emprego.

Não obstante, existem novos agentes sociais e económicos que procuram interferir no espaço rural, através da terciarização de serviços via turismo rural e de natureza, bem como ao nível da atividade industrial como a exploração de recursos hídricos ou energéticos, pedreiras e até mesmo, ao nível da conservação da natureza. Desta forma, verifica-se, cada vez mais, uma transformação de uma organização agrícola para uma organização baseada no setor terciário e secundário (ALONSO, 2008: 241-242; 262).

2.4. Enquadramento Patrimonial

Encontramos uma variedade de recursos naturais, culturais, monumentais e etnográficos que são potencialidades para o crescimento e desenvolvimento do turismo. São recursos que têm sido analisados como elementos de identidade do povo limiano e, por isso, têm interesse para os turistas, pessoas urbanas em geral, que querem descobrir e relacionar-se no meio rural.

É de bastante importância os responsáveis territoriais conhecerem a opinião dos turistas acerca dos recursos turísticos existentes, na medida em que poderão definir as melhores estratégias para o território, de acordo com as preferências da procura. Não obstante, pretendem conciliar duas vertentes: a conservação de todos esses recursos, ao mesmo tempo em que criam rentabilidade económica (VAREIRO [et al], 2010: 3).

Desde o período romano que a centralidade e acessos de Ponte de Lima são considerados importantes, já que foi passagem de uma via militar romana, ligando Braga a Astorga, tendo sido construída a ponte romana com cerca de 10 arcos. (atualmente com o leito do rio desviado e estando em seco). Na Idade Média, a vila de Ponte de Lima não diminuiu de importância já que era uma das portas de entrada do “emergente Condado Portucalense e posteriormente, do novo Reino de Portugal”, confluindo várias estradas secundárias na ponte do rio Lima (ALMEIDA, 2007: 351). Posteriormente, foi construída a ponte medieval, com os seus 16 arcos grandes e 14



estreitos (BRITO, 2003: 32). Foi ainda a primeira ligação fluvial desde a foz do rio Lima até à Galiza (PINA, 1990: 75). Denominada por “*Vila de Ponte*”, D. Teresa emitiu o 1º foral, em 1125. Ao longo dos séculos, Ponte de Lima vai evoluindo, como pólo comercial na região onde se insere. No reinado de D. Pedro I inicia-se a construção da muralha, tendo sido terminada em 1370 (*Ibidem*: 76). Passa assim a ser uma área amuralhada “com cerca de 600 metros de perímetro, 10 torres, 2 cubelos e 5 portas” (CENTER, 2011:6).

Esta breve evocação do período medieval aponta para as grandes transformações ao nível da economia local que acontecem nos séculos XV e XVI, com o florescer das atividades dos setores secundário e terciário. Contudo, segundo as sínteses conhecidas, no séc. XVIII há uma estagnação da mesma que se prolonga praticamente até à segunda metade do século XX (PINA, 1990: 137).

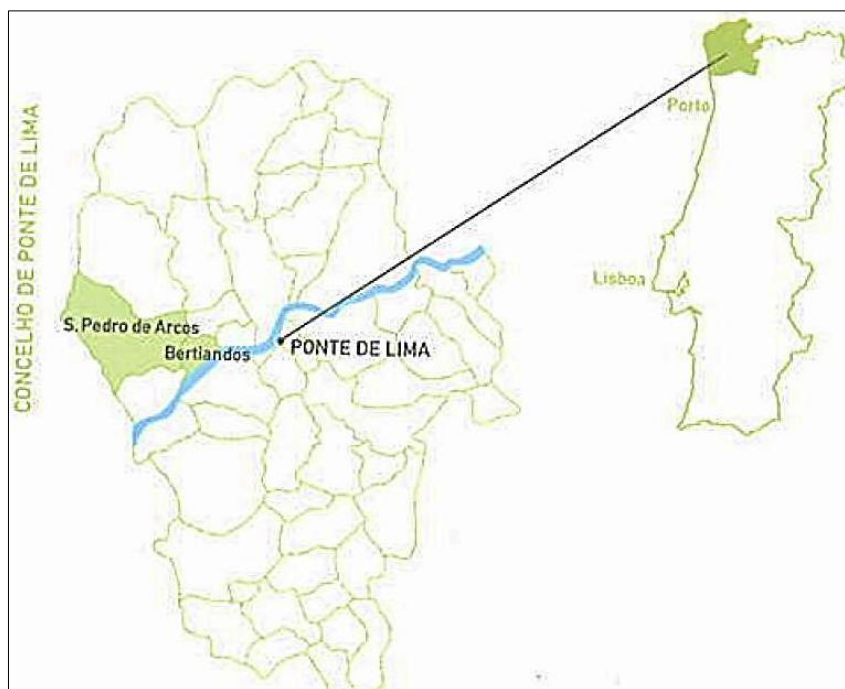
2.4.1. Recursos Naturais

Como já referido neste trabalho, as áreas de montanha foram, ao longo das últimas décadas, pretexto de abandono pela sociedade, a mesma que, a partir da década de 90, promove o interesse por essas mesmas áreas para fins de lazer, desportivos e turísticos. Desta forma, os recursos ambientais constituem um “património geomorfológico” quando adquirem importância por parte da sociedade por características como a singularidade, a beleza, a grandiosidade, entre outras. Esta desenvolve uma “preocupação pelos valores patrimoniais e pela sua preservação” juntamente com o desenvolvimento socio-económico e com uma maior sensibilização a nível legislativo para as questões ambientais (CUNHA; VIEIRA, 2002: 16-17).

A par de valores como a biodiversidade, a cultura e a tradição da sociedade local, estes espaços tornam-se territórios de procura e consumo turístico através do contacto com a natureza, a contemplação da paisagem e a participação em atividades ao ar livre como o montanhismo, percursos pedestres, BTT, ornitologia, etc.. Ao aliarmos esta participação às atividades de alojamento do turismo em espaço rural ou do turismo de natureza, como iremos verificar no capítulo seguinte, contribuímos para um desenvolvimento integrado de várias atividades de forma equilibrada. Contudo, este desenvolvimento deverá ser controlado, minimizando os possíveis desequilíbrios que deles possam surgir no ecossistema e na população da região (*Ibidem*: 27).



2.4.1.1. A Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertíandós e S. Pedro d'Arcos (APPLBSPA)



Mapa 4 Localização da APPLBSPA. Fonte C.M. Ponte de Lima s/d: 3.

Denominada de Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertíandós e S. Pedro d'Arcos desde 2000, desenvolve-se numa área de 346 ha., e abarca as freguesias de S. Pedro d'Arcos, Bertíandós, Sá, Moreira de Lima, Fontão e Estorãos. Localiza-se a cerca de 4 km do centro de Ponte de Lima e detém uma elevada biodiversidade que lhe conferem um interesse paisagístico (RODRIGUES [et al], 2010: 21-22). Esta área minifundiária é caracterizada por ser dispersa fragmentada na paisagem, com cerca de 300 proprietários privados (aproximadamente, 65 ha são propriedade do Município) (*Ibidem*: 27).

Classificada como Zona Húmida Continental, salientam-se lagoas de água doce, temporárias ou sazonais e lagos em vales de cheia, características raras na região minhota (CENTER, 2011: 22).

Ao nível biológico, a flora da área protegida conta com 508 espécies diferentes. Em termos faunísticos e tendo em conta os residentes, os migradores e os nidificantes, salientam-se os grupos dos vertebrados com 218 espécies, as aves com 144 espécies, os



mamíferos com 41 espécies, os anfíbios com 13 espécies e os répteis com 11 espécies (*Ibidem*: 38-44).



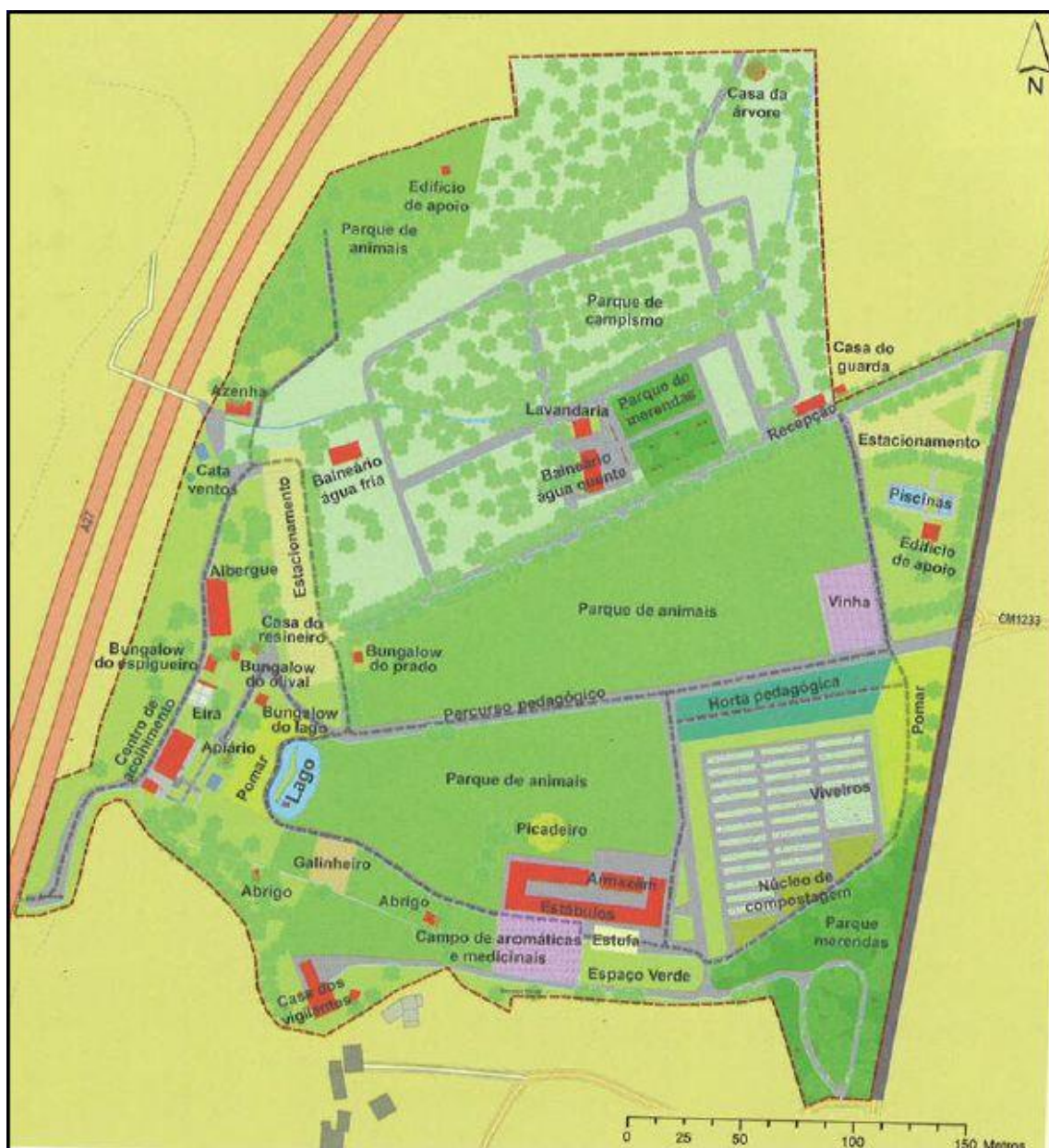
Imagem 1 Poupa. Fonte C.M. Ponte de Lima s/d: 18.

Não obstante a sua biodiversidade, a área protegida promove a conservação e valorização tanto dos recursos naturais como humanos, com o auxílio da atividade turística e pedagógica que tem sido desenvolvida. Para tal, foi construído com o apoio da câmara municipal e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, infra-estruturas de apoio tanto ao acolhimento como ao serviço educativo.

Ao nível pedagógico, a área protegida tem ao dispor dos visitantes o Centro de Interpretação Ambiental, cujo público que o visita é maioritariamente constituído pelo público escolar. É composta por quatro partes: um auditório, a mediateca, a sala polivalente (onde inclui a receção) e a administração. Oferece ainda *workshops* diversos, tanto para turistas como para a própria população local/escolar (*Ibidem*: 85-86).

Outro equipamento de bastante relevo é a Quinta de Pentieiros, uma exploração agropecuária e florestal, que foi adquirida pela câmara municipal. Esta intervém na recuperação de património construído já existente e na criação de novos edifícios: equipamentos associados ao alojamento, ao recreio e ao lazer, bem como à demonstração e experimentação de técnicas e culturas agropecuárias e florestais (praticadas na Quinta Pedagógica). Assim, a Quinta de Pentieiros, ao nível do alojamento, é composta por um parque de campismo, um albergue e cinco bungalows. Os outros equipamentos dizem respeito à Quinta Pedagógica, o Centro de Acolhimento e a Azenha. (*Ibidem*: 91-92).

Salienta-se destes equipamentos, a Quinta Pedagógica que, como o seu nome indica, visa dar a conhecer ao público menos familiarizado, como é composto o dia a dia da vida rural, promovendo uma proximidade com as várias atividades de uma exploração agrícola.



Mapa 5 Quinta de Pentieiros. Fonte: RODRIGUES, G; PEREIRA, S; ALONSO, J. M. & VIEIRA, O. (2010: 93).

Esta quinta está dividida em dois núcleos: o núcleo de produção vegetal, onde se insere a horta pedagógica, campo de plantas aromáticas e medicinais, pomares, estufa e viveiros; o núcleo de produção animal, que inclui área de pastagem, galinheiro, apiário, lago artificial, picadeiro e estábulos e vacariças para gado bovino, ovino, caprino e equino (*Ibidem*: 98-101).

Ao nível das atividades complementares ao alojamento, a Área Protegida fornece atividades associadas à Quinta Pedagógica, nomeadamente cinco percursos pedestres circulares de pequena rota e com uma extensão total de 25 km, atividades



equestres, visitas guiadas pela área protegida, aluguer de bicicletas e atividades de desporto e aventura. Foram ainda criadas três rotas histórico-culturais devidamente assinaladas, com o objetivo dos turistas conhecerem as freguesias por onde a área protegida se desenvolve, divulgando e dinamizando as mesmas (*Ibidem*: 86-88).

2.4.1.2. *Projetos Municipais:*

O concelho de Ponte de Lima é um espaço de oportunidades, baseado, sobretudo nas seguintes valências: a valorização dos recursos naturais e rurais existentes; o investimento com qualidade e sustentabilidade nas práticas do turismo rural e de natureza; a valorização do ensino através de ações de educação ambiental e cívica; a aposta nas energias renováveis; a aposta em projetos de desenvolvimento rural e local (ALONSO, 2008: 278).

Conhecendo este tipo de oportunidades, e no seguimento da reunião com o Vereador da Cultura¹⁴, foram revelados alguns projetos que a câmara de Ponte de Lima tem vindo a apostar nos últimos tempos, como forma de divulgação do concelho de um modo geral e também a um público específico (dependente da iniciativa em causa). Um deles é o “Trail da Serra d’Arga”. Estando prevista a segunda prova em outubro de 2012, este corredor ecológico faz a ligação da serra d’Arga pelos concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Ponte de Lima e é composta por provas de maratona (42km), trail (21km) e mini trail / marcha (21km).

Outro projeto com o apoio da câmara é o da “Aldeia Turística do Núcleo Rural de Cerquido”, cujo objetivo é a recuperação de edifícios habitacionais existentes no local, em avançado estado de degradação, para habitações turísticas de qualidade. Em simultâneo, serão construídas infraestruturas complementares, como um restaurante e uma piscina. A câmara municipal já adquiriu algumas casas e outros proprietários privados também investiram no Cerquido. Contudo, atualmente este projeto está estagnado, pois aguarda pela aprovação de candidatura a fundos comunitários; só com este apoio é possível avançar com o respetivo projeto.

¹⁴ Dr. Franclim Sousa



Imagem 2 Núcleo Rural de Cerquido I. Fonte: Gilda Rodrigues. Tirada a 11Dez11



Imagem 3 Núcleo Rural de Cerquido II. Fonte: Gilda Rodrigues. Tirada a 11Dez11



Imagem 4 Núcleo Rural de Cerquido III. Fonte: Gilda Rodrigues. Tirada a 11Dez11

Não menos importante encontra-se em projecto a recuperação do “Açude do rio Lima”, a jusante da frente ribeirinha de Ponte de Lima, de forma a elevar o nível do caudal, contribuindo assim para práticas de actividades como a canoagem, o remo, a pesca, bem como contribuindo para a valorização das margens. Neste campo, a “Ecovia do Lima” também tem dado o seu contributo de valorização da envolvente do rio Lima. Aliás, existe uma rede de ecovias que cortam, o concelho limiano, todas finalizadas, sendo trilhos de fácil acesso e com um contacto ímpar com a natureza.

Existem ainda dois projetos de interesse turísticoambiental: o “Corredor ecológico da serra d’Arga” que iria ligar a Peneda-Gerês ao Vale do Lima, à APPLBSPA, à Área de Paisagem Protegida do Corno de Bico e à Serra d’Arga. Contudo, é um projeto de difícil consenso, nomeadamente em termos de investimento já que todos os concelhos envolvidos devem estar de acordo tanto com o projeto como com os valores a desembolsar. Porém, nem todos os concelhos têm neste momento, capital para investir neste tipo de projeto, daí, ser de difícil consenso. O outro projeto diz respeito à “Rota dos Moinhos”. Para já, trata-se apenas de uma ideia, já que, pela grande dificuldade em se identificar os proprietários dos moinhos (na sua maioria consortes herdados de geração em geração) a câmara fica sem hipótese de recuperar este património, propriedade de privados, nomeadamente os moinhos que poderiam eventualmente ter interesse de aquisição por parte do município.

Nota-se um interesse por parte da autarquia em querer acrescentar, à oferta turística, um conjunto de iniciativas voltadas para a vertente da Natureza, a sua fruição em simultâneo com a sua preservação.



2.4.2. Recursos Históricos

De igual importância, Ponte de Lima é rica em património histórico, onde se inclui as vertentes do património arqueológico, religioso, militar e civil. Na vertente do património construído religioso, são registadas por todo o concelho várias igrejas e capelas românicas, grande parte datadas do séc.XII (BRITO, 2003: 37). Na vila, destaca-se a Igreja Matriz, de 1425, construída por ordem de D. João I (CENTER, 2011:17). Classificada como Monumento Nacional, a Igreja Matriz de Ponte de Lima é caracterizada por vários estilos arquitetónicos ao longo dos séculos, destacando-se o românico, o gótico e o neoclássico. No lado "além da ponte", forma como os limianos costumam chamar ao outro lado da margem do rio Lima, encontra-se a capela do Anjo da Guarda, datada do séc. XIV e de estilo gótico, tendo sofrido alterações no séc. XVIII está também classificada como Monumento Nacional desde 1978 (ALMEIDA, 2007: 353).

Na vertente do património civil destacam-se as suas famosas casas apalaçadas brasonadas e solares seculares espalhados por todo o concelho. Salienta-se com igual importância, a ponte sobre o rio Lima, de origem românica prolongada no tempo medieval (séc XIV) como complemento das obras de fortificação da vila (CENTER, 2011:16). Atualmente é uma ponte pedonal que serve como passagem e como espaço de fruição de uma paisagem natural, do rio Lima e do contacto com a Natureza através do principal recurso natural: o próprio rio (ALMEIDA, 2007: 351-353). Das cinco torres existentes do tempo da amuralhada vila, realça-se a Torre da Cadeia Velha, representando aqui o património militar, onde, como o seu nome indica, foi aí instalada a cadeia da Correição da Comarca, a mando do rei D. Manuel I (*Ibidem*: 17). Atualmente é neste edifício que se encontra instalado o Posto de Turismo de Ponte de Lima, bem como um espaço reservado a exposições.

A nível de mediação artístico-cultural, destacam-se alguns edifícios mais emblemáticos quer ao nível da sua construção, quer ao nível da sua função. Primeiramente, o Teatro Diogo Bernardes, cujas obras iniciaram-se em 1893. Após uma época de abandono (entre 1980 e 1999) o teatro foi recuperado preservando a traça original, estando atualmente em funcionamento (*Ibidem*, 364-365). Posteriormente, os museus de Arte Sacra, museu Rural e museu do Brinquedo.



O museu de Arte Sacra é denominado por Museu dos Terceiros. Este é constituído pelos edifícios religiosos da igreja do Convento de Santo António (datada de 1481) e da igreja da Ordem Terceira de São Francisco (datada de 1624) e respetivas



Imagem 5 Fachada do Museu dos Terceiros. Fonte: <http://www.museudosterceiros.com>

dependências (REIS, 2000: 154). Criado em 1975 tem a finalidade de “promover a divulgação artística e cultural”. Em 1978 criou-se o Instituto Limiano cuja missão era a de “prestar particular atenção às ciências humanas, e fomentar o interesse por todos os valores artísticos, nomeadamente prover à

organização e conservação do Museu dos Terceiros, quer quanto aos imóveis quer quanto ao recheio próprio ou aí recolhido para ser guardado ou exposto” (ALMEIDA, 2008: 14). Atualmente, a gestão deste museu é feita em parceria entre o Instituto Limiano e a Câmara Municipal através de um protocolo celebrado em 2002.

O museu Rural de Ponte de Lima encontra-se localizado na outra margem do rio. Tendo sido inaugurado em 2001, visa dar a conhecer, observando e aprendendo as técnicas e os hábitos do tradicional mundo agrário minhoto, nomeadamente às gerações mais novas (ALMEIDA, 2007: 373).

Por fim, o mais recente museu do concelho é museu do Brinquedo Português, inaugurado a 09 de junho de 2012. Aqui é possível conhecer, aprender e relembrar “o fabrico do brinquedo português desde os finais do século XIX até 1986 – data de adesão de Portugal à CEE - Comunidade Económica Europeia” (www.cm-pontedelima.pt¹⁵ g), acedida a 20Jul12).

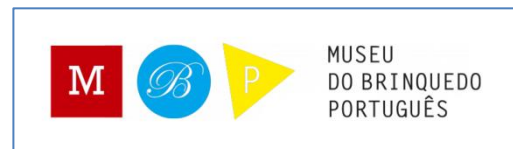


Imagem 6 Logo do Museu do Brinquedo Português. Fonte: www.cm-pontedelima.pt

¹⁵ <http://www.cm-pontedelima.pt/noticia.php?id=1199>, acedida a 20 de julho de 2012.



2.4.3. Recursos Gastronómicos

Este património cultural é uma das atrações que levam o nome de Ponte de Lima a ser reconhecido nacionalmente e ao movimento de um número elevado de visitantes todos os fins de semana ao concelho.

O seu prato de eleição é o “Sarrabulho”, composto por carnes de vaca, porco, galinha e sangue de porco (BRITO, 2003: 48-49). Nos costumes da vida agrícola rural, quando se tinha a possibilidade de se criar um porco, o dia da sua matança era motivo de festa para toda a família e vizinhos, sendo o dia em que se aproveitava o sangue fresco para a preparação do sarrabulho (BRITO; VALE, 2011: 24). O porco seria a principal fonte de subsistência familiar, no sentido em que, todas as partes do animal seriam aproveitadas para alimentação da família. A matança do animal era feita nos meses de novembro e dezembro (*Ibidem*: 37).

Para acompanhamento deste prato tão típico, o vinho verde é o melhor aliado. Juntamente com a gastronomia, o vinho verde contribui para a promoção do concelho, sendo uma marca reconhecida (*Ibidem*: 61).

2.4.4. Recursos Artesanais

O artesanato é identificado como algo confeccionado à mão, tradicional, com matérias-primas próprias de uma região, de saber herdado e transmitido geracionalmente. Assim, é algo enraizado, rico numa identidade própria e que transforma essas matérias-primas em algo com valor e utilidade (CAMPELO, 2007: 207).

É de realçar a grande variedade de artesanato no Alto Minho, em particular no concelho de Ponte de Lima. Os trabalhos mais comuns dizem respeito à arte da tecelagem manual na elaboração de cobertas, e toalhas de mesa, bordados e rendas em colchas ou toalhas, a cestaria (de verga ou vime), a latoaria (lanternas, candeeiros), a tanoaria (pipos, balseiros, baldes) e a tamancaria, ao nível da produção de tamancos e socas (*Ibidem*: 223).



Imagem 7 Peça de cantaria.
Fonte: www.artesminho.com.

Também a cantaria tem grande importância no concelho, cuja matéria-prima é o granito, proveniente da Serra d’Arga. Estes produtos tradicionais são bastante



procurados pelos visitantes, que apreciam e se interessam pelos valores culturais e artísticos da região minhota.



Imagem 8 Bordado em Linho.
Fonte: www.artesminho.com.

Em 1998, após um curso de formação através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, criou-se a Associação Tecebordalinho, na freguesia de Refóios de Lima. O seu objetivo estava relacionado com a atividade artesanal, e que consistia em aplicarem os conhecimentos adquiridos de uma atividade com tradição, evitando assim a possível extinção do ofício ligado ao linho (<http://www.artesminho.com/>, acedido a 18Mar12).

Em termos económicos, o Turismo não é um setor que age sozinho, pois depende de vários outros setores para se desenvolver. Neste sentido, existem outras áreas que, segundo Licínio Cunha “fornecem bens e serviços aos equipamentos ou estabelecimentos que cosntituem o setor produtivo turístico dando origem à criação de novos empregos” (1997: 264), ou seja, a empregos induzidos. Aqui se inserem os empregos em torno do artesanato: para além da ajuda ao rendimento do artífice, proporciona, indiretamente, produtos (as peças de artesanato) que podem ser consumidos turisticamente.

É este artesanato turístico que leva a uma “industrialização do artesanato” que, para sobreviver, “fudamenta-se agora em sentidos, formas, materiais e simbólicas claramente desligadas dos usos para que foram criados. Por vezes, no entanto, foi esta transformação que possibilitou a sua sobrevivência” (CAMPELO, 2007: 208).

Como forma de preservar este património cultural, seria importante que os responsáveis culturais, políticos e económicos, promovessem e divulgassem, de forma sustentada estes produtos, aliados a uma produção junto do artesão de forma tradicional mas conseguindo rentabilidade económica. A transmissão do fazer e do saber às gerações mais novas deve também ser motivada como forma de preservar e valorizar a produção artesanal (*Ibidem*: 208).



2.4.5. Festas, Feiras e Romarias

A tradição das festas, feiras e romarias é cartão de visita em todos os concelhos do Alto Minho, estando a maior parte delas, relacionadas à solenidade de um santo. Segundo Francisco Sampaio, as definições de cada um destes conceitos pode clarificar a abordagem “festa – meio de expressão religiosa da comunidade; Feira – lugar de troca, de mercado de compra, de medida e do preço; Romaria – lugar de peregrinação” (SAMPAIO, 2004: 25).

No concelho de Ponte de Lima é obrigatório falar-se primeiramente na feira quinzenal de Ponte de Lima. Já no século XIV era importante face às existentes no resto da sua região e, desde esse tempo, era realizada quinzenalmente. Muito bem conotada, era visitada por pessoas



Imagem 10 Feira de Ponte de Lima. Fonte: Gilda Rodrigues - Tirada a 02/08/2010

que vinham da Galiza, que, como refere Virgínia Rau citada por Maria Helena Pina, “traziam suas bestas e mercadorias e levando muito sal e outras coisas” (1990: 121). Grande número de pessoas dos concelhos limítrofes atravessavam as serras com o seu gado, ouro, linho, bordados, ovos, legumes, etc., para irem à “feira de Ponte” vender e comprar (*Ibidem*: 121). Esta feira é considerada a mais antiga feira do país que remota ao tempo de D. Teresa, mãe do primeiro rei de Portugal e, depois da feira de Barcelos, é a maior da região do Minho em termos económicos (BRITO, 2003: 19).



Imagem 9 Iluminações das Feiras Novas. Fonte: Gilda Rodrigues – Tirada a 11/09/2010

Para além da feira quinzenal e, tendo em conta o que acontece um pouco por toda a região minhota, centenas de festas e romarias populares promovem a região e movimentam muitos visitantes, recheadas de música folclórica, trajes tradicionais, missas e procissões (CENTER, 2011: 26). A maior festa do



concelho denomina-se por Feiras Novas, em honra a N^a Sr^a das Dores e, realiza-se desde 2010, no segundo fim de semana de setembro, contudo, foram criadas em 1826 pelo rei D. Pedro IV e, representam o encerramento das romarias do Alto Minho e das colheitas agrícolas (BRITO, 2003: 21).

Outra festividade, não menos importante na tradição limiana há já vários séculos, é a “Vaca das Cordas”, festa realizada na véspera do *Corpus Christi*. A tradição consiste na utilização de uma vaca brava que é levada até ao largo da Igreja Matriz, onde, por volta das 18h00, é conduzida a dar três voltas ao redor da igreja. Presa por cordas, passa pelas ruas da vila, onde alguns habitantes mais corajosos a enfrentam, levando por vezes a alguns sustos, correrias e pegas (VIEIRA, 1998: 21). Esta tradição



Imagem 11 Vaca das Cordas. Fonte: Gilda Rodrigues – Tirada a 22/06/2011

terá origens pagãs, se se admitir que na atual igreja matriz se ergueu outrora, um templo dedicado a uma deusa pagã, representada por uma vaca. Quando a vila foi convertida ao Cristianismo, como forma de manifestarem a derrota pagã, utilizaram uma vaca e, com cordas amarradas, deram três voltas ao templo, seguindo pelas ruas até à morte, mantendo-se a tradição até aos nossos dias (BRITO, 2003: 20).



Capítulo III: As Modalidades de Turismo

3.1. O Turismo no Espaço Rural

Em Portugal, desde a década de 60 do século passado que, se inicia um crescente despovoamento no meio rural, fruto de um êxodo rural e agrícola, diminuindo o número de habitantes nos locais mais rurais e mais isolados. Este fenómeno contribuiu para o abandono da paisagem agrícola e das tradições culturais rurais (FIGUEIREDO; KASTENHOLZ, 2008: 1967). São estas tradições, de paisagem natural com intervenção humana, de valor intrínseco que, atualmente motivam visitantes a se deslocarem até ao campo e nele permanecerem hospedados, podendo por momentos, contemplar o único, o nostálgico, o idílico que é a ruralidade e a natureza num todo.

No livro Enoturismo e Turismo em Espaço Rural, Eduardo Gonçalves afirma que “o acolhimento personalizado, o contacto com a Natureza, com as populações e o seu ethos matricial enquanto herança cultural torna hoje este segmento de turismo uma atividade económica de relevo que, amiúde, contribui para colmatar insuficiências e depressões do setor agrícola e bem assim para o desenvolvimento regional integrado” (GONÇALVES, 2008: 181). O mesmo é mencionado por Elisabete Figueiredo e Elisabeth Kastenholtz, “idealmente o turismo rural deve ser desenvolvido em áreas rurais e ser funcionalmente rural, de escala rural, de carácter tradicional e ainda de crescimento sustentável, controlado pelas populações locais” (2008: 1966). Enfim, o Turismo no Espaço Rural (TER) é nada mais que uma atividade que, não sendo um turismo de quinta ou herdade, se integra em várias modalidades de turismo como o Ecoturismo, o Turismo Cultural, Desportivo, Religioso, Ambiental, de Aventura, Equestre, Cinegético, de Saúde ou Gastronómico.

Cada vez mais, as pessoas procuram o campo para encontrar calma e repouso, algo que não deparam nas grandes urbes devido ao *stress* de vida aí gerado. Assim, com este novo fator de desenvolvimento turístico, encontra-se no TER a ferramenta de valorização do meio rural e de reequilíbrio económico e social do mesmo (CUNHA,



1997). Com o retrocesso na agricultura portuguesa, houve a necessidade de se desenvolver estratégias para reinventar o mundo rural. O turismo é uma das apostas do governo português como se confirma pela quantidade de projetos que têm sido criados desde 2007, início do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), através de fundos da Comissão Europeia. Até ao final do segundo trimestre de 2012 foram apoiadas 7606 empresas ao nível geral do financiamento QREN, para as várias áreas de atividade, não conhecendo, contudo, a fatia correspondente à atividade do setor do turismo (QREN, 2012: 9). Outra alternativa para investimentos de empresas turísticas passa pela linha de crédito bonificado, criadas pelo Turismo de Portugal e os bancos portugueses, através da iniciativa “PME Investe III”. O seu objetivo prevê agilizar o acesso ao crédito, apoiando todo o tipo de empresas do setor turístico (www.turismodeportugal.pt, acedido a 23Ago12).

Começa então a haver uma preocupação com o património arquitetónico e uma valorização da casa típica minhota, tanto de lavoura como de solar, ao mesmo tempo em que se questiona o facto de as aldeias e vilas do interior do país não serem propriamente sinónimo de antigo e velho. Outro aspeto de salientar é o facto do agricultor vitícola se adaptar a novas estratégias comerciais para escoar, entre outros exemplos, o seu vinho. O interesse dos consumidores por vinhos de qualidade e de produção limitada, faz com que os produtores arranjem uma marca própria e produzam o seu vinho na sua exploração, em oposição às produções das cooperativas agrícolas. Por último, também a hospitalidade das gentes minhotas levou a que as famílias se interessassem em abrir as portas das suas casas a turistas (MARQUES; MARTINS, 1995: 213-214).

Neste sentido, em 1978 foi criado o primeiro decreto regulamentar referente aos meios complementares de alojamento turístico, onde, pela primeira vez, se mencionou no art.41 capítulo III, que os alojamentos particulares suscetíveis de serem utilizados pelos turistas eram, designadamente, “quartos particulares, moradias e apartamentos”¹⁶. Em 1983 foram consideradas de utilidade turística as casas afetas a Turismo de Habitação (TH), segundo o art.3 do decreto-lei nº43 de 5 de dezembro¹⁷. Segundo o

¹⁶ Art.41. Capítulo III do Decreto Regulamentar nº14/78 de 12 de maio. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1978/05/10901/00010006.pdf>

¹⁷ Decreto-lei nº42/83 de 5 de dezembro. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licenciamentoeutilidadeturistica/declaracaodeutilidadeturistica/Anexos/DL%20423-83%205Fev.pdf>



art.1 do decreto-lei nº 251/84 de 25 de julho¹⁸. “A denominação «turismo de habitação» designa uma modalidade especial de atividade turística que consiste na exploração de quartos existentes em casas, isoladas ou inserida em núcleos habitacionais, que sirvam simultaneamente de residência aos respetivos donos”. A evolução do TER leva à criação do decreto-lei nº 256/86 de 27 de agosto¹⁹ que, para além da tipologia TH que já tinha sido regulamentada em 1984, acresce também as tipologias de Turismo Rural (TR) e Agroturismo (AT). Desta forma, o TER passa a ser constituído por três modalidades de alojamento que se definem da seguinte forma: o Turismo de Habitação é aplicado em edifícios antigos de grande valor arquitetónico e histórico, que evidenciam uma determinada época como solares e casas apalaçadas, equipadas com mobiliário e decoração de qualidade e requinte; o Turismo Rural é aplicado em edifícios com características rurais e de lavoura, inseridos no meio rural; o Agroturismo é característico em edifícios de habitação ou complementares a uma exploração agrícola e onde o hóspede tem a possibilidade de participar nas explorações agrícolas da propriedade, como forma de animação turística (arts.2-4. DL 256/86). Para os alojamentos de TH, foi também considerado como Turismo de Casas Antigas (TCA), sempre que, os edifícios fossem “classificados como de valor internacional, nacional, regional ou local e outros que, pela sua época, valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam considerados como casas antigas pela Direção-Geral do Turismo (DGT), ouvido o Instituto Português do Património Cultural” (art.1, DR nº5/87 de 14Jan²⁰). Com as candidaturas e aprovações aos fundos comunitários europeus, iniciou-se um crescimento tanto de unidades TER, como do número de camas.

Em 1997 é criado o decreto-lei nº 197/97 de 16 de fevereiro²¹ onde são estabelecidos os tipos de empreendimentos turísticos: estabelecimentos hoteleiros, meios complementares de alojamento turístico, parques de campismo públicos e conjuntos turísticos (art.1).

¹⁸ Decreto-lei nº 251/84 de 25 de julho. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1984/07/17100/22632267.pdf>

¹⁹ Decreto-lei nº 256/86 de 27 de agosto. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1986/08/19600/22202222.pdf>

²⁰ Decreto Regulamento nº 5/87 de 14 de janeiro. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1987/01/01100/01780179.pdf>

²¹ Decreto-lei nº 164/97 de 16 de fevereiro. Disponível em <http://www.dre.pt/pdfgratis/1997/07/152A00.PDF>



Em 2002, o decreto-lei nº 54/02 de 11 de março vem reunir estas e outras modalidades de alojamento que, entretanto foram legisladas, definindo quais os empreendimentos de turismo em espaço rural (integrados nos meios complementares de alojamento turístico). Para além das já referidas modalidades, segundo as alíneas d), e), f) e g) do nº 3 do art.2 são considerados empreendimentos TER: o Turismo de Aldeia (TA), Casas de Campo (CC), Hotéis Rurais (HR) e Parques de Campismo Rurais (PCR), sendo obrigatório que todos prestem serviço de alojamento e animação mediante remuneração, localizados em áreas rurais, ligadas à agricultura, ambiente e paisagem rural. (DL 54/02 de 11 de março).

Esta síntese da evolução dos conceitos procura demonstrar como as políticas turísticas consideravam que o TER impulsiona o meio rural, na medida em que os seus proprietários, na maioria, profissionais fora da área agrícola, recorreram aos créditos fornecidos pela comunidade europeia, estes serviram de apoio financeiro à revalorização do património construído degradado com potencial turístico, renovando esses mesmos edifícios e transformando-os em alojamento turístico (MARQUES; MARTINS, 1995: 212).

Atualmente, o decreto-lei que se encontra em vigor é o nº39/2008 de 07 de março, cuja principal alteração face ao anterior (DL nº 54/2002 de 11 de março) diz respeito à classificação dos empreendimentos turísticos. No quadro das medidas do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa — SIMPLEX 2007 – o governo de então optou por diminuir as tipologias de um modo geral e, dentro das tipologias de TER, adotou os “empreendimentos de turismo de habitação” e os “empreendimentos de turismo no espaço rural” (art.4 DL nº39/2008 de 07 de março). Os primeiros englobam somente a modalidade de TH. Os segundos, englobam as modalidades de CC, AT e HR (*Ibidem*, arts.7-18: 1444).

Se, outrora, os alojamentos de TH deveriam se localizar em áreas rurais, neste novo decreto-lei, podem se localizar em lugares urbanos ou rurais (*Ibidem*, art.17). No que diz respeito ao TER, o art.18, do mesmo decreto-lei, refere que o estabelecimento deve localizar-se em áreas rurais (*Ibidem*, art.18). Segundo o art.18 do decreto-lei nº228/09 de 14 de setembro²² que introduz alterações ao decreto-lei nº39/08 de 7 de

²² Decreto-lei nº228/09 de 14 de setembro. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/17800/0628706306.pdf>



março, vem clarificar a natureza dos empreendimentos de turismo no espaço rural, estes “devem preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente” (art.18).

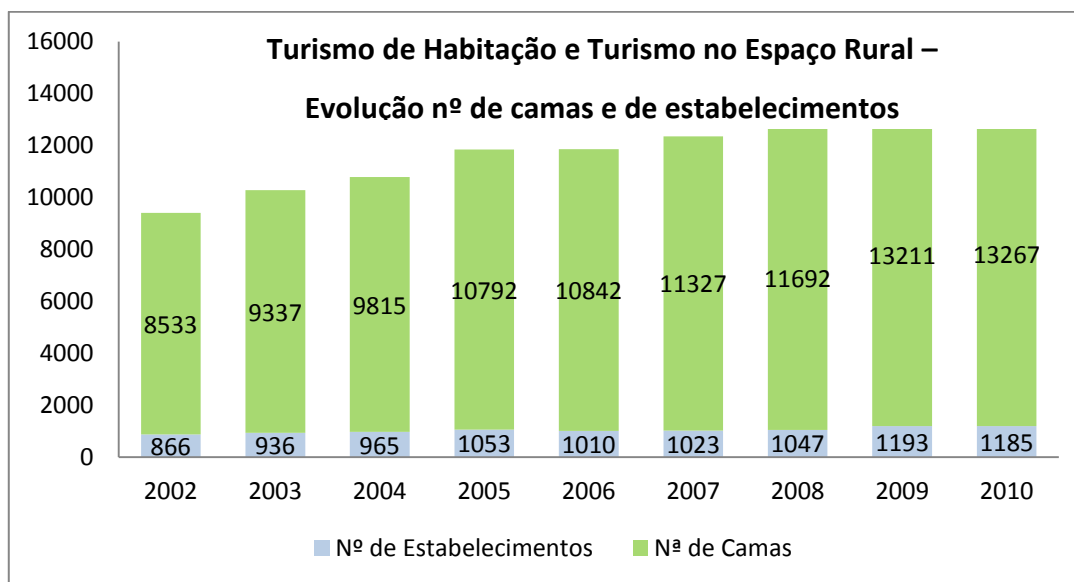


Gráfico 3 Dados referentes ao Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural. Elaboração: Gilda Rodrigues.
Fonte: Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, 2011: 19. [Em linha] Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt>

No gráfico nº 3, observa-se a evolução do número de estabelecimentos e do número de camas das modalidades turismo de habitação e turismo no espaço rural, entre o período de 2002 a 2010. Em ambos os indicadores, há, no geral, uma evolução positiva. No que se refere ao número de estabelecimentos, verifica-se em duas épocas, um ligeiro retrocesso: entre 2005 e 2006 e, posteriormente, entre 2009 e 2010. Relativamente ao número de camas, a evolução é sempre positiva, podendo-se afirmar que em nove anos, houve um crescimento de 4734 camas em todo o país.

Já no gráfico nº4, apresentam-se as várias modalidades de alojamento existentes entre turismo de habitação e turismo no espaço rural, tendo em conta o mesmo intervalo de tempo. É de realçar que a modalidade “outros” diz respeito ao nº de estabelecimentos das modalidades de turismo rural e turismo de aldeia que, com a legislação em vigor, foram extintas do turismo no espaço rural e, à data da última atualização dos dados do Turismo de Portugal, ainda não tinham sido reconvertidas para a alteração de tipologia,



de acordo com a respetiva legislação. Observando o gráfico, verifica-se que juntas, estas modalidades detêm o maior número de unidades de alojamento: 429 unidades em 2010.

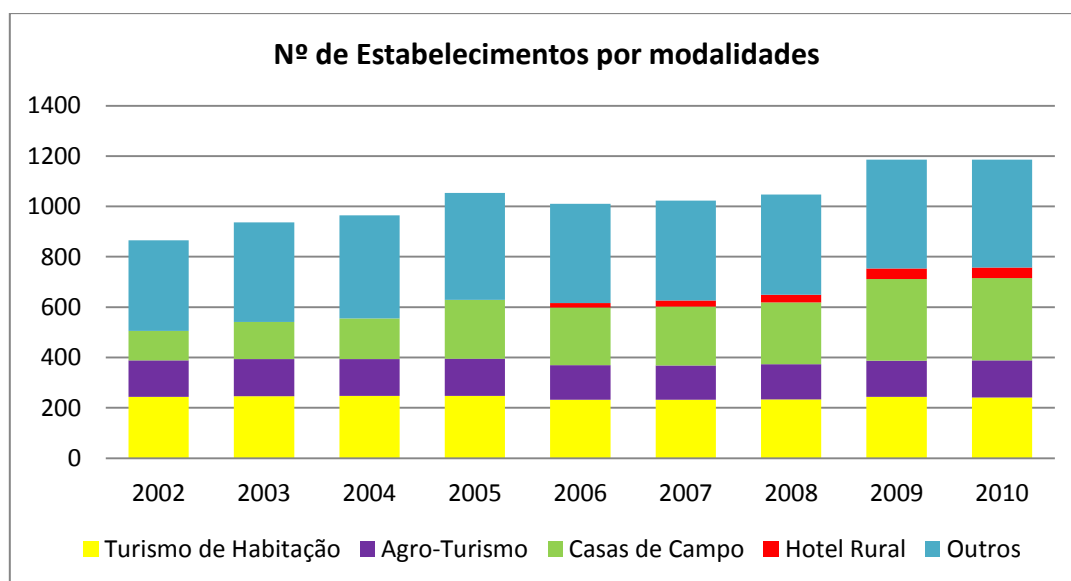


Gráfico 4 N° de Estabelecimentos por modalidades. Elaboração: Gilda Rodrigues. Fonte: Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, 2011: 32. [Em linha] Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt>

Todas as modalidades, em geral, apresentam um crescimento favorável sendo de destacar as casas de campo, principalmente desde 2006, que têm vindo a aumentar de forma constante, sendo contabilizadas 327 unidades em 2010. O turismo de habitação e o agroturismo mantêm-se em valores aproximados desde o primeiro ano, existindo, em 2010, 241 casas de turismo de habitação e 147 casas de agroturismo.

No que diz respeito à modalidade hotel rural, nota-se que é pouco significativa. Não havendo dados disponíveis até 2006, em 2010 o nº de estabelecimentos desta modalidade era de 42.

Ao observar-se o gráfico nº 5, tendo em conta a análise já feita do nº 4, coloca-se a hipótese de que embora houvesse, desde 2002, um número razoável de estabelecimentos de casas de campo, o número de camas era reduzido, enquanto, ao comparar-se com os estabelecimentos de hotel rural, embora sejam poucos, abrange um maior número de camas, fruto da própria tipologia de alojamento que possibilita uma maior capacidade máxima, comparativamente com as outras modalidades.

As outras modalidades têm um número de camas muito semelhante, podendo-se dizer que o número máximo de camas das restantes modalidades será aproximado.

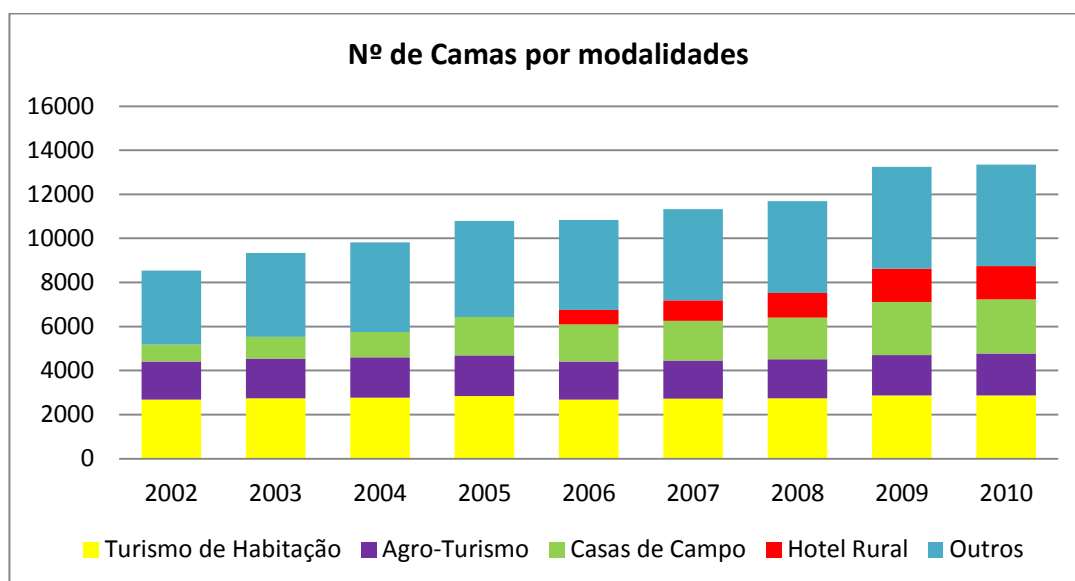


Gráfico 5 Nº de Camas por modalidades. Elaboração: Gilda Rodrigues. Fonte: Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, 2011: 33. [Em linha] Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt>

Também no número de camas, as modalidades turismo rural e turismo de aldeia (denominadas como “outros”) representam a maior fatia, com 4600 camas em 2010, seguido do turismo de habitação, com 2869 e das casas de campo, com 2460.

O hotel rural comparativamente com o agroturismo, tem um total de camas de 1508 para 42 estabelecimentos. Já o agroturismo, totaliza 1907 camas para um total de 147 unidades de alojamento, ou seja, com quase menos 100 unidades, dispõe de um maior número de camas, aproximando-se dos valores do agroturismo e proporcionando uma maior taxa de ocupação.

3.2. O Turismo de Natureza

Atualmente, nota-se uma mudança por parte da procura relativamente ao destino turístico: ao em vez do produto “sol e praia”, sucede-se um produto cada vez mais afinado e exigente, contra umas férias em massa e sem qualidade para uma alternativa mais sensível às questões ambientais e de valorização da natureza, integrando o essencial para uma estadia, mas com qualidade.

Com o objetivo de desenvolver um turismo mais indicado para as áreas protegidas, foi criada a designação de Turismo de Natureza (TN), pela Resolução do Conselho de Ministros nº112/98 de 25 de agosto, juntamente com o Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNTN). Esta é aplicada em toda a Rede Nacional de Áreas



Protegidas no sentido de valorizar o património natural e cultural e assinalar as potencialidades desses mesmos locais. A atividade turística dentro de áreas protegidas assenta nos seguintes objetivos: ser ecologicamente sustentável, ser cultural e socialmente sustentável, contribuir positivamente para o desenvolvimento económico local, e ainda ”revitalizar as atividades ligadas às economias tradicionais, como agricultura e pesca, e favorecer a criação do plurirrendimento e da pluriatividade²³”. Contudo, só a 16 de fevereiro de 1999 é que foi publicado o decreto-lei nº 47/99 com a noção, competências e especificidades do Turismo de Natureza. É neste decreto que as tipologias de hospedagem são apresentadas. São elas: casas-abrigo, centros de acolhimento e casas-retiro. Destes três tipos de hospedagem, a que daremos mais destaque é às casas-abrigo, visto ser praticado em edifícios do Estado, o que acontece com as escolas primárias apresentadas neste trabalho. Segundo o artigo nº 7 do mesmo decreto-lei “designa-se por casas-abrigo o serviço de hospedagem prestado a turistas em casas recuperadas a partir do património do Estado cuja função original foi desativada, que sejam ou não utilizadas como habitação própria do seu proprietário, possuidor ou legítimo detentor²⁴”.

Atualmente, e segundo art.20 do DL nº39/2008 de 07 de março, o Turismo de Natureza é reconhecido pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e integra o Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos, organizado pelo Turismo de Portugal, I. P.. Assim, há uma relação óbvia entre ambiente e o setor do turismo, visto que é no meio ambiente que se encontram os recursos naturais e construídos, recursos estes que o turismo irá utilizar para realizar as suas atividades.

²³ Resolução do Conselho de Ministros nº112/98 de 25 de agosto, pág 4348.

²⁴ Art. nº7 do Decreto-lei nº 47/99 de 16 de fevereiro, pág. 807.



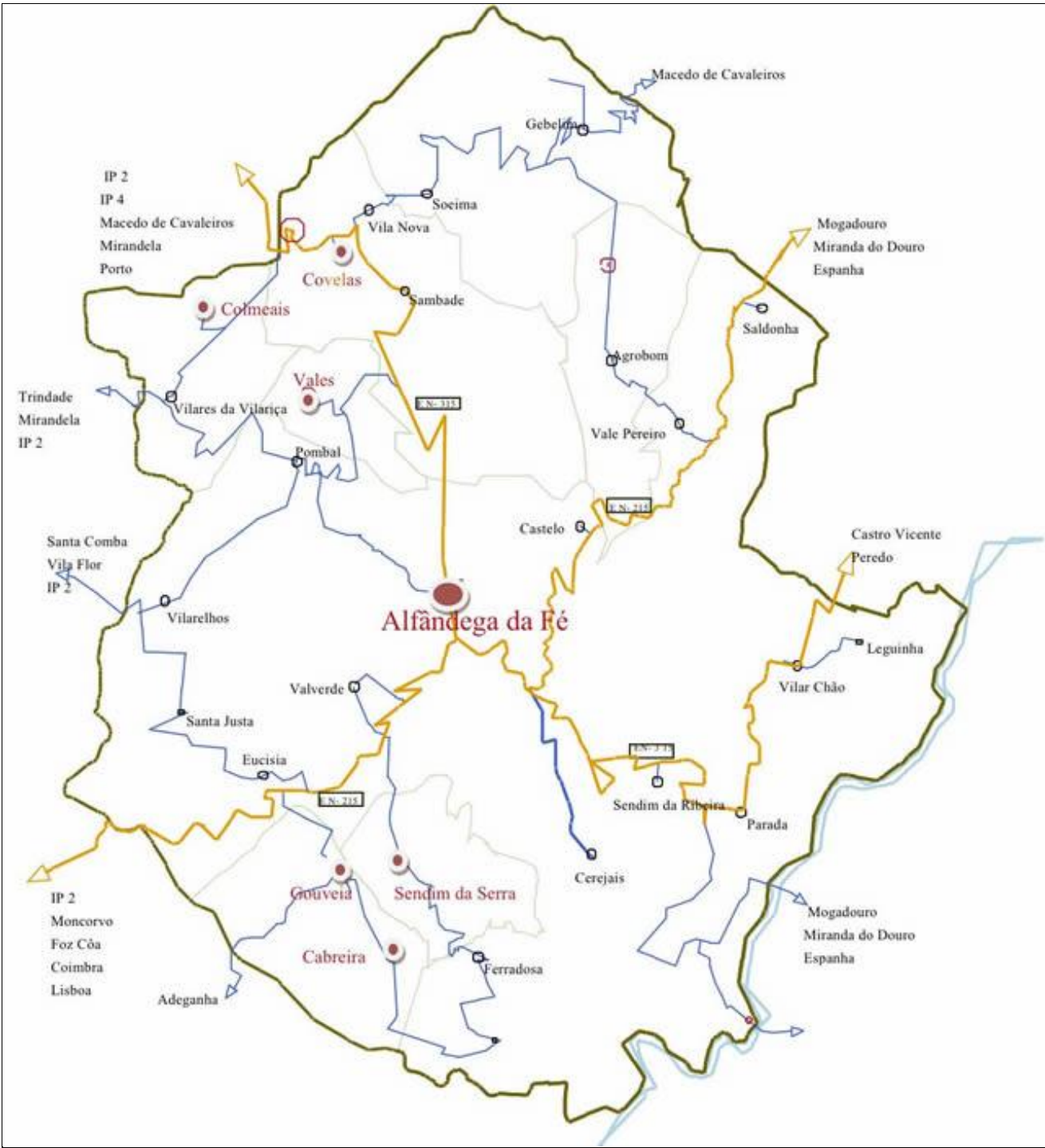
Capítulo IV: O Alojamento Turístico

4.1. O Exemplo do Concelho de Alfândega da Fé

Damos como exemplo no país o concelho de Alfândega da Fé que, tendo como objetivo atenuar a desertificação do interior, apostou na atividade turística para desenvolver junto de seis edifícios de escolas primárias espalhados na área concelhia, unidades de alojamento rural. Todas as escolas primárias que tivessem menos de 5 alunos foram desativadas pela Câmara, tendo-se centralizado os alunos das freguesias no polo escolar concelhio (www.cafeportugal.net, acedido a 28Dez11). Desta forma, transformaram os edifícios e adaptaram-nos ao novo uso, estando caracterizados por um ambiente confortável, rústico e, ao mesmo tempo, moderno. Em todas é realçado o contacto em primeira mão do hóspede com o ambiente, os habitantes locais e suas tradições (www.mapaventura.pt, acedido a 05Jan12).

Esta iniciativa iniciou-se em 2004, tendo sido nesta altura que ficaram prontas as primeiras unidades de alojamento rural. O seu investimento foi de 500 mil euros, tendo tido apoio de Fundos Europeus em 60% do total (www.cafeportugal.net, acedido a 05Jan12).

Desde março de 2011, seis unidades de alojamento rural passaram a ser exploradas pela empresa Mapaventura, após ter estado a concurso público. A sétima unidade (Alojamento Rural de Felgueiras) foi vendida a um privado (www.cafeportugal.net, acedido a 05Jan12). Os restantes Alojamentos Rurais localizam-se nas aldeias de Sendim da Serra, Gouveia, Vales, Covelas, Cabreira e Colmeais, como se pode verificar no mapa nº 1 (www.mapaventura.pt, acedido a 05Jan12).



Mapa 6 Localização dos alojamentos rurais de Alfândega da Fé. Fonte: <http://www.mapaventura.pt/alojamento/>, acedido a 14ago12.

Desde a abertura ao público até à exploração da empresa Mapaventura, estes alojamentos eram explorados pela empresa Hotel & Spa, detentora tanto das escolas como do Hotel & Spa Alfândega da Fé 4****. Contudo e, segundo a Presidente da



Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Nunes, os hóspedes que reservavam estadia nas escolas não estavam integrados em pacotes turísticos com outras actividades na região, como acontecia com os hóspedes que ficavam alojados no Hotel, deixando de haver uma relação tão próxima com a região envolvente. Com a passagem da exploração à empresa Mapaventura, houve uma aproximação de quem visita a região à comunidade que, segundo Berta Nunes “têm a possibilidade de na própria aldeia poderem comer numa casa particular, poderem vivenciar o pastoreio das ovelhas ou passear de burro” (www.cm-alfandegadafe.pt, acedido a 05Jan12).

Na tabela nº 3, encontram-se alguns indicadores referentes a cada unidade de alojamento rural.

	Escola da Cabreira	Escola da Colmeais	Escola da Covelas	Escola da Gouveia	Escola da Sendim da Serra	Escola da Vales
Capacidade	4 + 2 Crianças	2 + 2 Crianças	4 + 2 Crianças	12	8	4 + 2 Crianças
Nº de Quartos	2	1	2	2 Camaratas	3	2
Wc	1	1	1	2	2	1
Cozinha Equipada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de Estar com TV	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Barbecue	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Roupa de cama e de banho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Aquecimento/Ar Condicionado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 2 Características dos alojamentos em escolas primárias no Concelho de Alfândega da Fé. Elaborado por Gilda Rodrigues.
Fonte: <http://www.mapaventura.pt/alojamento>, acedido a 05jan12.

É de salientar que não foram encontrados indicadores relativamente às taxas de ocupação, sazonalidade e grau de satisfação dos clientes por estes alojamentos, não se conhecendo estudos sobre estes dados.



4.2. As casas-abrigo do concelho de Ponte de Lima

Entrando, em definitivo, no estudo de caso, procurou-se reunir informação que caracterizasse a evolução da utilização das escolas reconvertidas em espaços de turismo. Como se constatou que não existiam relatórios disponíveis (vd introdução, fontes), de forma a conhecer melhor a reutilização de edifícios de escolas primárias para usos diferentes do inicial, foi realizado um pequeno questionário ao Vereador da Cultura²⁵ e ao responsável da Divisão de Manutenção²⁶ da câmara municipal, bem como à responsável pela APLBSPA²⁷. Desse questionário resultou uma série de informações que são utilizadas neste subcapítulo.

Se, inicialmente, estas escolas foram construídas tendo em conta o número elevado de crianças em idade escolar no ensino básico (a maioria datam do Plano Centenário do Estado Novo), com o passar do tempo, fatores sociais como a diminuição da taxa de natalidade, a emigração e o êxodo rural, conduziram ao encerramento destas mesmas escolas primárias, ficando por muito tempo, sujeitas ao abandono.

Na década de 90, com a criação dos centros escolares a nível nacional, o uso original (o ensino) deixou de fazer sentido, visto que estes centros escolares visavam a integração de crianças de várias freguesias num espaço comum, disponibilizando melhores equipamentos e uma melhor estrutura para a prática do ensino. Assim, e por serem propriedade da câmara municipal, esta decide recuperar alguns edifícios escolares para novos usos: juntas de freguesias, espaços associativos, etc.

Num universo de 59 escolas primárias, houve a necessidade de se encontrar novas soluções de aproveitamento desses espaços, à medida que os centros escolares iam sendo construídos. Essas iam ficar abandonadas e, com o tempo, acabariam por se degradar, passando uma imagem negativa do concelho. Desta forma, a câmara encontrou cinco vertentes de aproveitamento do espaço: a) sedes de juntas de freguesia; b) associações culturais; c) habitação social para apoio a famílias carenciadas; d) criação de albergues de montanha, como forma de alojamento turístico denominada por casas-abrigo; d) alienação da escola primária através de concurso público.

²⁵ Dr. Franclim Sousa

²⁶ Eng. João Pinto

²⁷ Eng^a. Sandra Pereira



Ao nível do distrito de Viana do Castelo, entre 2005 e 2010, cento e setenta e sete escolas primárias foram encerradas. Atualmente, metade destes edifícios já foram reconvertidos em novas funcionalidades, bastante ligadas a associações e clubes (FERNANDES, 2012: 19). No município limiano, muitas escolas foram reconvertidas em casas de habitação social e também em unidades de alojamento turístico, como veremos. Contudo, ainda três escolas primárias resistem ao encerramento, estando a lecionar. São elas as escolas primárias das freguesias de Cabaços, Poiares e Rebordões-Souto, graças, sobretudo, a manterem o número mínimo de alunos por escola primária e às associações de pais e juntas de freguesias que procuram manter em funcionamento a escola primária, que outrora, eles próprios frequentaram.

No entanto, e segundo o reordenamento da rede educativa do concelho de Ponte de Lima, entre 2007/2013, existirão 12 centros escolares que abarcarão o ensino pré-escolar e 1º ciclo básico (LIMA, 2012: 8). Está em finalização o centro escolar das Lagoas, que abrangerá a comunidade escolar do 1º ciclo das freguesias de Sá, Moreira, Fontão, Santa Comba, Bertandos e S. Pedro d'Arcos, entrando em funcionamento no ano letivo de 2012/2013. Nestas freguesias, os edifícios escolares existentes deixarão de funcionar pela via do ensino, sendo dado um novo destino que será articulado sempre com a junta de freguesia, de acordo com as necessidades da própria freguesia. A câmara municipal efetua um protocolo com a junta de freguesia para a utilização da escola na nova função. A partir daí, toda a manutenção é feita pela segunda instituição.

A título de exemplo, a escola primária de Outrelo I está em processo de concurso público para habitação social, a de Xisto-Anais é sede de uma associação de caçadores e de um grupo desportivo, as de Paço e Gondufe são sedes de várias associações, as de Bárrio e Gemieira sedes de juntas de freguesias, e a de Ardegão foi transformada numa casa mortuária.

No caso deste concelho minhoto, houve a necessidade de se encontrar uma nova utilização para os edifícios escolares desativados. Não obstante, a necessidade de proporcionar aos turistas, que visitam a APLBSPA e o concelho de Ponte de Lima, um alojamento para eventuais estadias mais longas, havia também o interesse de revitalizar freguesias mais afastadas do centro do município, localizadas em áreas rurais de montanha. Por aí existirem escolas primárias há muito encerradas, recuperaram-se



alguns desses edifícios para fins turísticos, contribuindo desta forma para a revitalização da aldeia.

	RENDUFE	CABRAÇÃO	S. MAMEDE	VACARIÇA	VILAR DO MONTE
Freguesia de Localização	Rendufe	Cabração	Refóios do Lima	Refóios do Lima	Vilar do Monte
Data de Conversão em Alojamento	2009	2007	2009	2011	2011
Tipologia de Alojamento	Casa-abrigo	Casa-abrigo	Casa-abrigo	Albergue	Casa-abrigo
Nº de apartamentos	2	1	2	1	1
Capacidade	3 + 3	10	5 + 5	30	6
Nº de Quartos	2	3	3	3	2
Wc	2	1	2	2	1
Cozinha Equipada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de Estar com TV	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Barbecue	Não	Não	Não	Não	Sim
Roupa de cama e de banho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Aquecimento / Ar Condicionado	Sim	Sim	Sim	Sim	Recuperador de calor
Tipo de Investimento	Município	Município + FEOGA	Município	Município	Não identificado
Valor do Investimento	87 116,91€ + IVA	96 473,00€ + IVA	150 664,09€ + IVA	92 000,00€ + IVA	Não identificado

Tabela 3 Características dos alojamentos. Elaborado por Gilda Rodrigues. Fonte: APLBSPA / C.M. de Ponte de Lima

Em 2007, surge a primeira escola primária recuperada para alojamento turístico, na modalidade de casa-abrigo (tipologia de Turismo de Natureza): a Casa da Cabração, situada na freguesia de igual nome. A partir daí, outras escolas primárias têm sido recuperadas, havendo, atualmente, cinco unidades de alojamento em edifícios escolares. Todas foram recuperadas com investimento da própria câmara municipal, tendo, no caso da Cabração, recebido ainda contributo do fundo europeu FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola). Tendo em conta a informação fornecida pelos responsáveis da APLBSPA e da Câmara Municipal de Ponte de Lima, a casa-abrigo com maior investimento foi a de S. Mamede (ver imagem nº15), ultrapassando os



150.000,00 euros de investimento camarário. É também uma das que mais procura possui por parte dos turistas. Em termos de capacidade, a casa-abrigo da Vacariça abrange um maior número de turistas, pois o nº de camas que possui é de 30.

4.2.1. Um percurso pelo passado dos edifícios

Para aceder a informações referentes à construção dos edifícios escolares aqui em estudo, recorri ao Arquivo Municipal de Ponte de Lima, onde pude confrontar-me com documentos oficiais.

Como já referido, a construção destes edifícios escolares datam do tempo do Estado Novo. A exceção é a escola da Vacariça cuja construção foi aprovada em 1988, com um orçamento de 6.625.000\$00²⁸.

Os restantes edifícios foram sofrendo obras ao longo das décadas, sempre sob a tutela do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias.



Imagem 12 Fachada Principal Escola da Cabração. Fonte: Arquivo Municipal de Ponte de Lima



Imagem 13 Fachada Principal Escola da Cabração. Fonte: Gilda Rodrigues. Tirada a 12Ago11.

Um dos edifícios mais antigos, é a escola da Cabração, cuja existência de documentos refere a necessidade de obras em 1958, desconhecendo-se a data de construção. Em 1966, foi aprovado projeto de alargamento do logradouro, tendo sido terminada a obra em janeiro de 1967. A área existente da escola era inicialmente de 540m² pretendendo aumentar mais 660m², totalizando uma área de 1200m². No mesmo ano foram feitas obras de aproveitamento na armação do telhado de madeira e o

²⁸ ARQUIVO MUNICIPAL: COTA OP-CX-104-10.



levantamento do soalho do chão, bastante degradados pelo caruncho, levantamento e limpeza das telhas, e ainda, a construção de fossa-tipo e poço absorvente²⁹. Mais tarde, em 1975, foi solicitada reparação do telhado, dos vidros na porta de entrada e de arranhos nas portas da casa de banho³⁰.

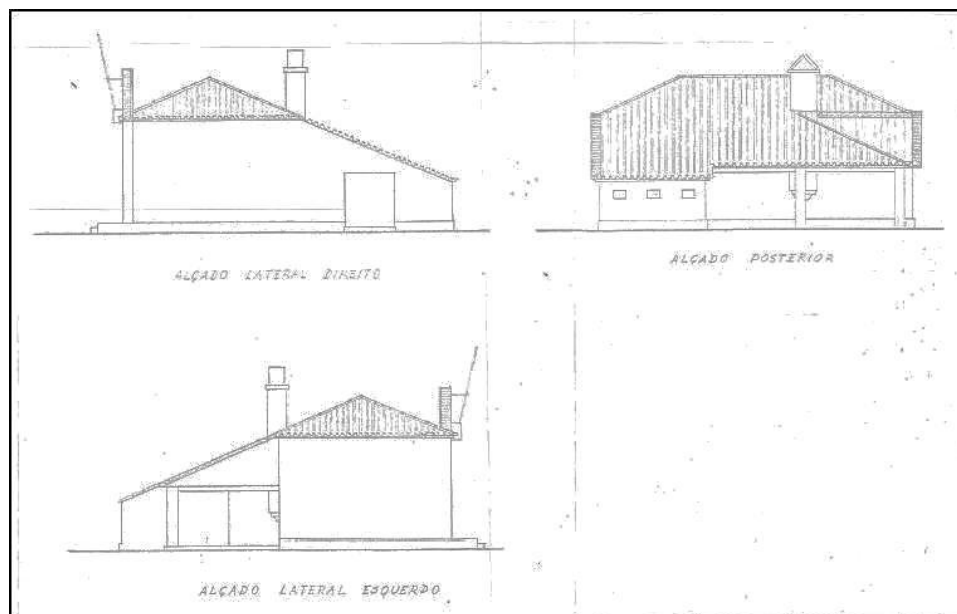


Imagem 14 Esboço das Obras de Aproveitamento da Escola da Cabração. Fonte: Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Outra escola que se destaca é a escola de S. Mamede, na freguesia de Refóios do Lima. A entrega das chaves deste edifício misto, do Plano dos Centenários, deu-se a 16 de novembro de 1963. Existem registos de alunos até ao ano letivo de 2001/2002, data em que foi desativado o ensino primário³¹.

Não menos importante é a escola primária de Rendufe. Há registos de 1958/59 referentes à necessidade da construção de um edifício escolar para ensino misto, na localidade de Casal de Pedro. Aqui, o ensino primário era lecionado num edifício particular, de condições precárias. Em 1966, este local contava com 84 crianças de ambos os sexos. Em 1967, através de um acordo com o pároco da freguesia, as aulas passam a ser lecionados no salão paroquial, a título gratuito e transitório (segundo consentimento do Bispo Auxiliar de Braga). Em 1970, um terreno particular é

²⁹ ARQUIVO MUNICIPAL: COTA OP-CX-23-8.

³⁰ ARQUIVO MUNICIPAL: COTA OP-CX-23-8.

³¹ ARQUIVO MUNICIPAL: COTA OP-CX-106-2.



expropriado pela Câmara Municipal e inicia-se a construção do novo edifício descolar. Contudo, só em abril de 1976 é que é feita a entrega das duas chaves das salas de aula³².

4.2.2. As atuais casas-abrigo

A nível da promoção e divulgação deste tipo de alojamento, o meio mais utilizado é a *Internet*, através dos *sites* do Município de Ponte de Lima e do Serviço da Área Protegida, bem como através de brochuras, filmes de divulgação e meios de comunicação social. As atividades complementares ao alojamento serão referidas no subcapítulo seguinte.

O sistema de reservas é feito diretamente na Área Protegida (Quinta de Pentieiros, Parque de Campismo ou Centro de Interpretação), via telefone, fax, *e-mail* e, diretamente no *site* da APLBSPA. No ato da reserva, é necessário o pagamento de pelo menos 50% do valor previsto para o alojamento, através de transferência bancária. O restante valor é pago no momento da estadia na receção do Parque de Campismo, onde também se poderão levantar as chaves do alojamento. Esta receção funciona 24 horas por dia. O *check-in* é, por norma, a partir das 16h00 e o *check-out* até às 12h00 do dia de saída. As informações sobre preços e características das casas encontram-se no *site* oficial.

O tarifário do alojamento está dividido em duas épocas: a época alta, que se refere ao período de 01 de julho a 30 de setembro e também às épocas especiais de: Passagem de Ano; Carnaval; Páscoa e Vaca das Cordas (festividade associada ao feriado do Corpo de Deus); a época baixa que se refere à restante época do ano. Existe ainda tarifa especial para o período das festas do concelho (as festas a N^a Sr^a das Dores: Feiras Novas). Ao fim de semana e feriados, a reserva é no mínimo de duas noites de estadia.

Sempre que se confirma uma reserva é solicitada uma equipa de limpeza que se desloca ao alojamento e procede à preparação do mesmo, tendo em conta o número de hóspedes previstos e também o número de noites. Após o *check-out* é feita uma nova limpeza ao alojamento.

³² ARQUIVO MUNICIPAL – COTA OP-CX-106-2.



Em cada casa-abrigo existe um “livro de opinião”, bem como na Receção do Parque de Campismo, onde o turista pode deixar o seu comentário sobre a estadia, condições, equipamento, sugestões, etc. Apesar disso, não existe especificamente um inquérito da área protegida que seja dirigido ao cliente, com questões concretas, de forma a gerar uma análise mais pormenorizada. Contudo, existe um breve inquérito do município, dirigido aos vários serviços da câmara municipal e que tem o intuito de dar a conhecer a qualidade em cada um desses serviços municipais. Este inquérito denomina-se por “Inquérito de Qualidade aos Serviços de Cultura e Educação Ambiental” e pode ser acedido por qualquer cidadão através do *site* da câmara municipal de Ponte de Lima.

Baseando nos dados fornecidos pela Eng^a Sandra Pereira, responsável da APLBSPA, foi elaborado o gráfico nº 8, no sentido de se analisar a quantidade de hóspedes que frequentaram as casas-abrigos no ano de 2011. Verifica-se que este tipo de alojamento é afetado por uma intensa sazonalidade, concentrando-se os picos da procura nos meses de julho e agosto, seguindo-se os meses de maio, junho e outubro. Os meses de inverno têm uma procura mais baixa, mas destaca-se a Casa do Cuco que recebeu hóspedes em todos os meses da época baixa. Esta foi a primeira casa-abrigo criada, recuperada de um edifício já existente no local, e é a única que se localiza dentro dos limites da área protegida. Todas as outras se encontram fora dos limites da área protegida mas estão igualmente, integradas na tipologia de Turismo de Natureza sob a gestão da área protegida (RODRIGUES [*et al*], 2010: 91).

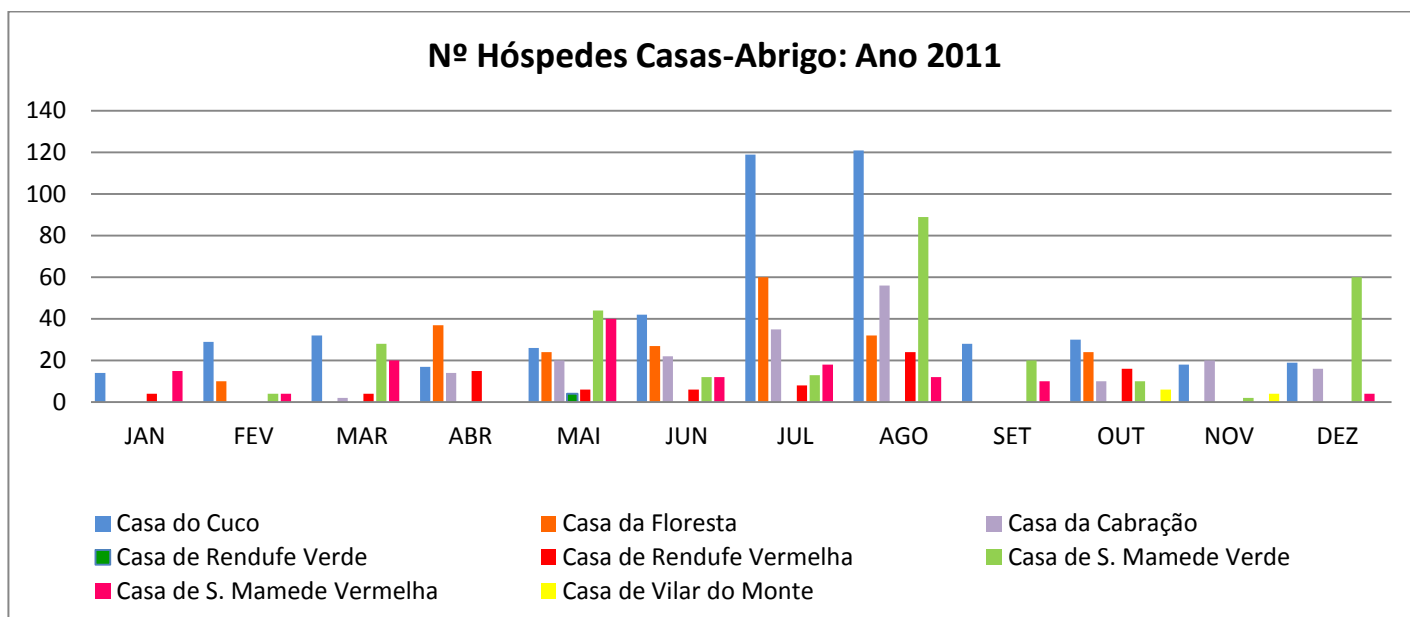


Gráfico 6 Nº Hóspedes das Casas-Abrigo no ano de 2011. Elaborado por: Gilda Rodrigues. Fonte: APLBSPA

As casas com maior procura são a do Cuco, de S. Mamede Verde, da Cabração e da Floresta. A casa com menor procura é a Casa de Rendufe (verde e vermelha). Tal facto poderá estar relacionado com a sua localização, mais escondida na paisagem e com acesso mais condicionado, não possuindo também uma vista desafogada para a paisagem serrana, característica existente em outras casas-abrigo como a de S. Mamede, ou da Cabração.

É de salientar ainda que, a casa de Vilar do Monte abriu ao público no mês de setembro de 2011, por isso, só existirem dados a partir de outubro.

Mais uma casa-abrigo entrou em funcionamento em novembro de 2011, não estando neste gráfico representada: é a casa-abrigo de Labrujó, um edifício devoluto da



Imagem 15 Exterior da casa-abrigo de S. Mamede. Foto de Gilda Rodrigues, 21set11

freguesia de igual nome. Esta casa-abrigo é um exemplo de outro tipo de património que pode ser recuperado para os mesmos fins turísticos, estando integrada num núcelo rural serrano e com uma localização privilegiada, proporcionando uma contemplação da paisagem e sensação de calma, paz e tranquilidade. Os espaços, onde estes edifícios



se inserem, podem proporcionar este tipo de sensações que são, muitas vezes, por si só, motivos de procura para uma estadia longe da cidade e do *stress* que esta provoca. De pequenas dimensões, tem capacidade para duas pessoas, sendo a escolha acertada para um momento a dois.

Ao todo, a APLBSPA detém doze casas-abrigo, sendo que as de Rendufe e S. Mamede são contabilizadas como sendo duas casas geminadas em cada, pois os edifícios escolares são do tipo de duas salas e, com a readaptação funcional para alojamento, foram divididas em dois espaços com entradas independentes (localizadas nas extremidades do edifício) em cada uma das casas: as Casas de Rendufe Verde e Vermelha e as Casas de S. Mamede Verde e Vermelha.



Imagem 16 Casa-abrigo de Labrujô. Fonte: <http://www.lagoas.cm-pontedelima.pt>, acedido a 25abr2012.

No que diz respeito a outras formas de alojamento existentes na área protegida destaca-se o albergue da Vacariça, construído num edifício recuperado de uma antiga escola primária. Foi inaugurado em novembro de 2011 e conta com capacidade de alojamento para trinta pessoas. Os quartos são compostos por duas camaratas independentes (masculina e feminina) bem como balneários independentes.



Imagem 17 Camarata Albergue da Vacariça. Foto de Gilda Rodrigues, 21set11

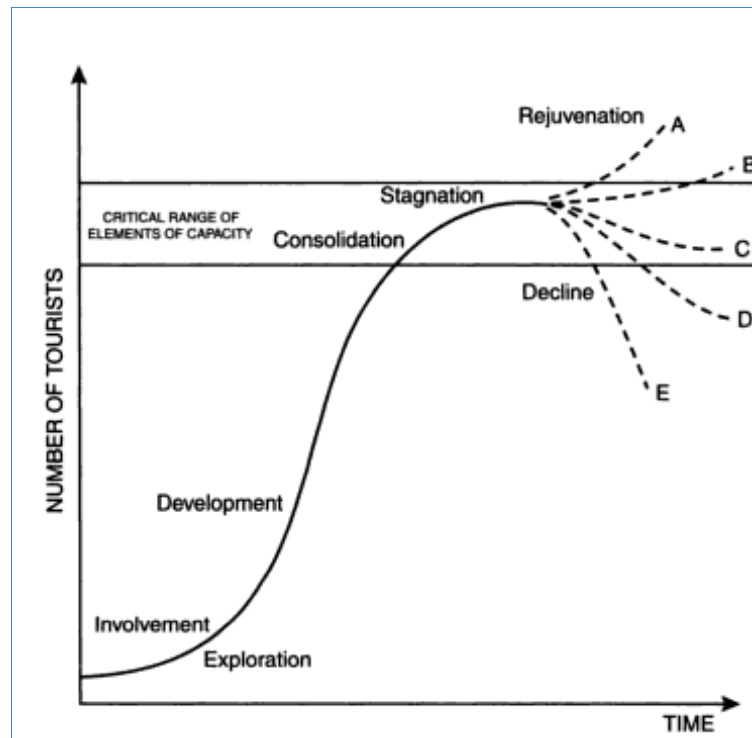


Gráfico 7 Modelo de desenvolvimento dos lugares turísticos. Fonte: BUTLER, 2006: 5

Segundo o modelo de desenvolvimento dos lugares turísticos de Butler, poder-se-á considerar que, a área protegida aqui em estudo, encontra-se num grau de “envolvimento”, à medida que o número de visitantes aumenta e assume alguma regularidade no destino. Começam a ser criadas facilidades para os visitantes e, o seu contacto com os habitantes locais é elevado. À medida que a procura aumenta progressivamente, desenvolve-se algumas medidas de *marketing*, de forma a atrair turistas, iniciando-se assim uma área de mercado (BUTLER, 2006: 5-6). Esta é uma fase em que o destino ainda é pouco conhecido a nível nacional e, por isso, a procura turística não exerce qualquer pressão para se verificar um destino massificado nos próximos anos.

É um local tranquilo, de contacto direto com a natureza e com grande potencial turístico, reconhecido quer pelos habitantes quer pelas entidades públicas: a Câmara Municipal na gestão da própria área protegida. Estes reconhecem que, promover toda a área ao mesmo tempo em que aumentam o número de alojamento turístico, através da recuperação de edifícios escolares transformados em unidades de turismo de natureza, é uma aposta ganha, desde que não interfira na preservação do habitat e das espécies da área protegida.



4.3. Iniciativas de Promoção do Concelho

Como forma de dinamização do concelho ao longo de todo o ano e combatendo a sazonalidade, que caracteriza várias regiões nas épocas de menor procura turística, o município de Ponte de Lima, em parceria com entidades privadas, apostou na criação de diversos eventos (ver anexo IV) ao longo de fins de semana, como forma de combater essa sazonalidade e dar a conhecer os “saberes e sabores tradicionais”. Pretende ainda que seja uma forma de fidelizar o visitante, sendo este uma presença sistemática, retornando ao concelho em outras iniciativas seguintes. Estes eventos são desenvolvidos ao nível da gastronomia e vinhos, artesanato, cultura tradicional, música e tecnologia (<http://www.cm-pontedelima.pt> h), acedido a 23Jun12).



Imagem 18 Slogan Município. Fonte: <http://www.cm-pontedelima.pt/pesquisa.php>

Neste sentido, podemos afirmar que, esta é uma medida complementar ao património existente, que visa a valoriação do mesmo através de uma oferta diversificada.



Conclusão

Este trabalho teve como principal objetivo abordar a temática da valorização do património escolar na ótica do turismo, nomeadamente na reconversão de edifícios escolares primários para alojamento turístico. O campo de estudo desenvolveu-se em torno do concelho de Ponte de Lima, com destaque para as escolas primárias da Cabração, Rendufe, S. Mamede e Vacariça, todas localizadas em área rural e de montanha.

Os edifícios de escolas primárias fazem parte de um património escolar, em grande medida construído na época do Estado Novo. O seu papel foi muito importante para as populações locais, na medida em que, quando as freguesias possuíam um número elevado de crianças a frequentar o ensino primário, era o espaço de aprendizagem e brincadeira, contrapondo da vida agrícola e pastoril que existia fora da escola, ajudando os pais nas tarefas agrícolas. Sobre estes aspetos não aprofundámos as questões, mas conseguiu-se datar o processo construtivo.

Na década de 90 do século passado, grande parte destes edifícios foram sendo abandonados quer devido à queda demográfica e subsequente diminuição de alunos, quer devido à aplicação e desenvolvimento da reforma no ensino básico, com a criação dos novos centros escolares. Com base neste abandono, tentamos perceber em que medida tal património podia ser recuperado para fins turísticos, como ganhou outro valor, de forma a manter ou acrescentar valor patrimonial e como se integrou no contexto de património natural, através do turismo de natureza, visto que os edifícios escolares, aqui em estudo, estão integrados na APLBSPA.

Através da recolha de informação em várias entidades através de entrevistas, da recolha de dados estatísticos, legislativos, jornalísticos, cartográficos e bibliográficos pudemos verificar que existe um conjunto de fatores que contribuem para o encerramento de escolas primárias e seu abandono. Destacam-se, como se comprovou, a emigração e êxodo rural, a diminuição da natalidade e o aumento da população envelhecida, o abandono do setor primário agrícola, o desinteresse pela agricultura e desertificação das áreas de maior isolamento e mais distantes da sede concelhia.



Com o conhecimento de todos estes fatores, pudemos também demonstrar que, num universo de 59 escolas primárias desativadas, foram dadas novas soluções de aproveitamento destes espaços, por parte da autarquia, baseadas nos seguintes aproveitamentos: sedes de juntas de freguesia; associações culturais; habitação social, para apoio a famílias carenciadas; criação de albergues de montanha, como forma de alojamento turístico denominada por casas-abrigo; e por fim, alienação da escola primária através de concurso público.

Ao nível turístico, havia também o interesse em revitalizar freguesias mais afastadas do centro do município, localizadas em áreas rurais de montanha. Por aí existirem escolas primárias, há muito encerradas, recuperaram-se alguns desses edifícios para fins turísticos, contribuindo desta forma para a revitalização da aldeia com a presença de novos viajantes e uma nova modalidade de alojamento, as casas-abrigo, num concelho onde o turismo em espaço rural e o turismo de habitação reinam. O turismo contribuiu também para a proteção e valorização deste património escolar, do meio ambiente e cultural. Contudo, e tendo sido um dos objetivos deste trabalho perceber em que medida o investimento de uma nova patrimonialização interessou ou foi alheio às populações locais, detetamos que, de momento, não há nenhuma fixação populacional nas áreas mais remotas da sede concelhia, ou seja, ainda não se nota o desenvolvimento de serviços que fossem incentivados por esse turismo. Eventualmente, daqui a 3 ou 4 anos, talvez possa existir algum tipo de informação que possa ser positiva a este nível. Na ótica do turismo sustentável, deveremos encarar esta modalidade de alojamento, característica do turismo de natureza, como uma mais-valia para a população local, que possui uma sensibilidade de recetividade manifestada, quando veem com bons olhos a recuperação dos seus antigos edifícios escolares, onde estudaram, mesmo que transformados para um novo uso.

O projeto da reconversão deste património escolar num recurso turístico como o alojamento é, a nosso ver, uma boa aposta para qualquer território, na medida em que o abandono deste tipo de edifício (e de qualquer outro tipo de património material / imaterial) leva à sua morte. Este património está carregado de história de uma sociedade rural tradicional, tendo sido construído devido ao elevado número de crianças em idade escolar que aí habitavam. Por isso, são edifícios que representam uma fonte de pesquisa e preservação cultural da população local. Seja ao nível turístico ou social, pensamos



que o importante é a recuperação dos mesmos, devolvendo o traço original do edifício e dando-lhes um novo uso.

No que se refere às casas-abrigo, aqui em estudo, realça-se o interesse da autarquia em reconverter as escolas primárias desativadas em alojamento turístico para eventuais estadias mais longas e o interesse em revitalizar freguesias mais afastadas do centro da vila, bem como a sinergia desenvolvida com a APLBSPA, relativamente à gestão e sistema de reservas das casas-abrigo. Grande parte dos projetos municipais, a médio prazo, promove a valorização dos recursos naturais e rurais existentes. São exemplos o “Trail da Serra d’Arga”, a “Aldeia Turística do Núcleo Rural de Cerquido” e a recuperação do “Açude do rio Lima”.

Talvez que a integração deste património adaptado, cuja utilização está a dar os primeiros passos, beneficiasse de uma integração nos roteiros turísticos. Efetivamente, salientamos a ideia de que Ponte de Lima deve ser conhecida como um todo e não somente identificada com a sua gastronomia ou folclore. Existem outras ofertas que são uma mais-valia para o concelho. Para tal, é necessário divulgar mais o património existente nas freguesias e não só o que se localiza no centro da vila. Salientamos o Santuário do Senhor do Socorro, na Labruja e o Santuário da Boa Morte, na Correlhã, que se destacam no meio da paisagem pela sua dimensão e envolvimento. Salientamos ainda o Miradouro de Santo Ovídio ou o Miradouro da Vacariça, locais de contemplação para todo o vale do Lima, desde as Serras do Soajo e Amarela, a montante, até à foz do rio, a juzante.

Para além dos vários eventos que se realizam ao longo dos fins de semana, através da atual iniciativa “Ponte de Lima ConVida 2012” há a necessidade de se criar uma oferta concelhia de grande valor e qualidade. Quanto mais alargada e diversificada for essa oferta, maior contribuirá para a fixação dos turistas por maior número de dias. Projetos como a “Aldeia Turística do Núcleo Rural de Cerquido” são iniciativas que marcarão a diferença na oferta turística do concelho e servirão como atrativo. O suporte informativo sobre esta mesma oferta, a criação de percursos turísticos temáticos em toda a área concelhia e a sinalização turística nas principais redes rodoviárias, devem estar ao dispor do turista através de recursos *online* (*site* do município), bem como ao nível do posto de turismo existente no centro histórico.



Em termos conclusivos, parece-nos propositado finalizar este trabalho com um poema de Sebastião da Gama alusivo a Ponte de Lima por traduzir essa simbiose entre o homem e o ambiente, sendo este inspirador do primeiro:

“Não sei do que gosto mais: se das coisas, se das pessoas. Ou será que há uma harmonia tão grande entre umas e outras que torna as pessoas complemento da paisagem e a paisagem expressão das pessoas”.

Sebastião da Gama (1969) IN *O Segredo é Amar*.



Fontes Manuscritas e Impressas

Fontes Manuscritas:

Arquivo de Ponte de Lima:

Delegação de obras de construção de escolas primárias: freguesia de Refóios do Lima: COTA OP-CX-104-10.

Delegação para obras de construção de escolas primárias: núcleo escolar da Regueira, escola de 1 sala: COTA OP-CX-23-8.

Construção de um edifício escolar do núcleo de S. Mamede, freguesia de Refóios do Lima: COTA OP-CX-100-4.

Freguesia de Renfude: Construção de um edifício escolar: núcleo de Casal de Pedro: COTA OP-CX-106-2.

Fontes Impressas:

Referências Legislativas:

PORTUGAL. Resolução de Conselho de Ministros nº112/98 de 25 de Agosto de 1998. [Em linha]. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série B, nº 195, de 25 de Agosto de 1998, pp. 4348-4350. Disponível em http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/DDB3C45E-BCBC-4015-8643-DA7648D9707E/0/RCM_112_1998.pdf

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 39/08 de 07 de Março de 2008. [Em linha]. Ministério da Economia e da Inovação. **Lex:** DR I Série, nº 48, de 07 de Março de 2008. Lisboa: 1440-1456. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/2008/03/04800/0144001456.pdf>

PORTUGAL. Decreto Regulamentar nº14/78 de 12 de Maio. [Em linha]. Ministério do Comércio e Turismo. **Lex:** DR I Série, nº109, de 12 de Maio de 1978. Lisboa: 1-6. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1978/05/10901/00010006.pdf>

PORTUGAL. Decreto-Lei nº423/83 de 05 de Maio [Em linha]. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo. **Lex:** DR I Série, nº279, de 05 de Dezembro de 1983. Lisboa: 3961-3965. Disponível



em

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licencia-mento-e-utilidade-turistica/declaracao-de-utilidade-turistica/Anexos/DL%20423-83%205Fev.pdf>

PORTUGAL. Decreto-lei nº256/86 de 27 de Agosto [Em linha]. Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria do Estado do Turismo. **Lex:** DR I Série, nº 196, de 27 de Agosto de 1986. Lisboa: 2220-2222. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1986/08/19600/22202222.pdf>

PORTUGAL. Decreto Regulamento nº 5/87 de 14 de Janeiro [Em linha]. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série, nº11, de 14 de Janeiro de 1987. Lisboa. 178-179. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1987/01/01100/01780179.pdf>

PORTUGAL. Decreto-lei nº 164/97 de 16 de Fevereiro [Em linha]. Ministério da Economia. **Lex:** DR I-A Série, nº152, de 4 de Julho de 1997. Lisboa. 3263-3280. Disponível em <http://www.dre.pt/pdfgratis/1997/07/152A00.PDF>

PORTUGAL. Decreto-lei nº228/09 de 14 de Setembro. [Em linha]. Ministério da Economia e da Inovação. **Lex:** DR I Série, nº178 de 14 de Setembro de 2009. Lisboa. 6287-6306. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/17800/0628706306.pdf>

Referências INE:

INE (2002) - CENSOS 2001, Resultados Definitivos – Norte [Em linha]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa. ISBN 972-673-603-X. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=377623&PUBLICACOESmodo=2

INE (2005) – Caracterização da área de Fronteira: Norte de Portugal - Galiza. [Em linha]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa. ISBN 972-673-783-4. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=142989&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

INE (2005) – Projecções de População Residente, Portugal e NUTS III, 2000-2050 [Em linha]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa. Disponível em



http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=7035377&PUBLICACOESmodo=2

INE (2011a) – Anuário Estatístico de Região Norte 2010. [Em linha]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa. ISBN 978-989-25-0121-5. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=130330978&PUBLICACOESmodo=2

INE (2011b) – Censos 2011, Resultados Provisórios. [Em linha]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa. ISBN 978-989-25-0148-2. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2



Bibliografia

ALARCÃO, Adília (2009) – Sobre o Património ainda não foi tudo dito? [Em linha]. IN *Turismo e Património – Exedra*, N° Temático. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra. pp.9-16. ISSN 1646-9526. Disponível em <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/01-Adilia-Alarcao-16.pdf>

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (2007) – Ponte de Lima, Uma Vila Histórica do Minho. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN 978-972-8846-14-5

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (2008) – Catálogo do Museu dos Terceiros. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN 978-972-8846-21-3

ALONSO, Joaquim Mamede (2008) – As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN 978-972-8846-17-6

ANDRESEN, Teresa (2007) – A Terra e a Terra. A minha Terra e as Minhas Terras. IN. *Revista Vale e Mar*. Valimar ComUrb. Ponte de Lima, pp. 55 a 57.

BRITO, Maurício Pereira de (2003) – Roteiro Ponte de Lima, Tourist Guide. Maurício Pereira de Brito. Ponte de Lima. ISBN 972-9025-92-4

BRITO, Nuno Vieira; VALE, Ana Paula (2011) – Sarrabulho de Ponte de Lima: A Gastronomia da Tradição. Município de Ponte de Lima e Associação Concelhia das Feiras Novas. Ponte de Lima. ISBN 978-972-8846-35-0

BUTLER, Richard W. (2006) – The Tourism Area Life Cycle Vol.1: Applications and Modifications. Channel View Publications. ISBN 1-84541-025-4. Pp: 3-12.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA (s/d). Guia de Visita Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro d’Arcos. Ponte de Lima. ISBN 972-98467-9-0

CAMPELO, Álvaro (2007) – Património Imaterial de Ponte de Lima. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN 978-972-8846-12-1

CARVALHO, J., FERNANDES, J., CAMÕES P., JORGE, S. (2012) - Anuário Estatístico dos Municípios Portugueses 2010. [Em linha]. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Disponível em <http://pt.calameo.com/read/0003249816b2f96adb5b6>



CENTER (s/d) CENTER – Vale do Lima – Vale por si. Divulgação do Vale do Lima e dos seus Recursos Turísticos. [em linha]. ADRIL. Disponível em http://www.center.pt/PT/dossier_adril.pdf

CHOAY, Françoise (1999) - A Alegoria do Património. Lisboa. Edições 70 Lda.

CUNHA, L. & VIEIRA, A. (2002) – Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha: exemplos no Portugal Central. [Em linha]. IN *Cadernos de Geografia*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Geográficos. Centro de Estudos Geográficos. Coimbra. nº21/23-2002/04. pp: 15-28. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13792/1/2004_cad_geog_01.pdf

CUNHA, Licínio (1997) – Economia e Política do Turismo. MC Graw-Hill. Lisboa. ISBN: 972-8298-52-8.

CUNHA, Licínio (2006) – Economia e Política do Turismo. Editorial Verbo. Lisboa. ISBN: 972-22-2602-9

FERNANDES, Ana Peixoto (2012, 26 de março). Metade das 177 primárias que fecharam foram reconvertidas. IN *Jornal de Notícias*, p.19

FIGUEIRA, Victor (2008) – O Turismo, o Ambiente e as Áreas Protegidas. [Em linha]. IN *14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 04 a 06 de Julho de 2008*. Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Beja. Beja. pp. 1917-1947. Disponível em http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/N_tudo_2.pdf

FIGUEIREDO, António Manuel (2001, Julho) - Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social para Portugal [Em linha]. IN *Prospectiva e Planeamento*. Quartenaire. Faculdade de Economia do Porto. Porto. pp. 13-41. Disponível em http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1128/visao_espacial.pdf

FIGUEIREDO, Elisabete & KASTENHOLZ, Elisabeth (2008) – O Papel do Turismo no Desenvolvimento Rural em Portugal, a Importância da integração das visões dos visitantes e residentes. [Em linha]. IN *14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 04 a 06 de Julho de 2008*. Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Beja. Beja: 1963-1999. Disponível em http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/N_tudo_2.pdf



GAMA, Sebastião da (1969) – Obras de Sebastião da Gama IV - O Segredo é Amar. Edições Ática. Lisboa 3ª Edição pp24.

GONÇALVES, António Custódio (1988). Enracinement et mobilité: perspectives de maîtrise de l'espace social rural. IN *La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation*. Secção de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. pp. 295-302. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4155.pdf>

GONÇALVES, A.; ROMOALDO, P.C.; & COSTA, J. (2009) – A Gentes do Minho. [Em linha]. IN *Minho: Traços de Identidade*. Universidade do Minho. Braga. pp. 410-439. ISBN 978-972-8533-21-2. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17006/1/GENTES%20DO%20MINHO.pdf>

GONÇALVES, Eduardo (2008) – Turismo em Espaço Rural: das Ideias Percursoras à Institucionalização. Enoturismo e Turismo em Espaço Rural. Instituto Superior da Maia. Maia. ISBN: 978-972-9048-30-2.

IMP (2009) – Atlas Climático Ibérico: Temperatura do ar e Precipitação. [Em linha]. Instituto de Meteorologia de Portugal, I.P. Lisboa. ISBN: 978-84-7837-079-5. Disponível em http://www.meteo.pt/resources.www/docs_pontuais/ocorrencias/2011/atlas_clima_iberico.pdf

LIMA, Hélia (2012, 26 de janeiro). Ensino em Ponte de Lima: que futuro?. IN *Novo Panorama*, p.8

MARQUES, H., & FERNANDES, J. R. (2001) – Reestruturação dos Territórios: alguns exemplos de dinâmicas recentes. [Em linha]. IN F. Guichard, *Articulations des Territoires dans la Péninsule Ibérique - IVes Journées d'Études Nord du Portugal – Aquitaine*. Maison des Pays Ibériques. Bordeaux, pp. 349-359. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18475/2/reestruturacaoterritorios000080021.pdf>

MARQUES, H. & MARTINS, L. (1995) – Reestruturação Vitícola e Turismo no Espaço Rural da Ribeira Lima. [Em linha.] IN *VI Colóquio Ibérico de Geografia – Actas: A Península Ibérica – um espaço em mutação*. 1ª Edição. Volume I. Nº2. FLUP.



Porto. pp. 211-215. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20058/2/lpmartinsreestruturacao000084037.pdf>

MARTINS, Luís Saldanha (2011) – Turismo, Investigação e Formação - tendências e desafios em tempos de mudança. [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. ISBN: 978-972-8932-73-2. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9155.pdf>

MARTINS, N. & COSTA, C. (2009) – Património, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável: Parques temáticos vs. Parques patrimoniais. [Em linha]. In *Turismo e Património – Exedra*, Nº Temático. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra. pp.51-75. ISSN 1646-9526. Disponível em http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/04-nuno-martins_claudia-coosta-76.pdf

MIN. AGRICULTURA (2010) – Dinamização das Zonas Rurais. [Em linha]. PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. Lisboa. Maio 2010. Disponível em <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=1584>

MONTEIRO, Ana [et ai.] (2002) - Estudo sobre a organização macro-económica e territorial do Alto Minho: cenários e perspectivas [Em linha]. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Porto. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/21512/2/estudosobre000089246.pdf>

NETZ, Sandra (2003) – Guia do Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Organização Mundial de Turismo. Bookman. Porto Alegre. ISBN: 85-363-0173-2

PEIXOTO, Paulo (1998) - Os meios rurais e a descoberta do património. Comunicação apresentada na actividade “*Conversas à volta das estrelas*”. [Em linha]. Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas da FEUC. Souto Bom, Tondela. Policopiadas. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>

PEIXOTO, Paulo (2004) – O desaparecimento do mundo rural. [Em linha]. IN *A Questão Social no Novo Milénio*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004, pp. 01-24. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/PauloPeixoto.pdf>. Consultado 05 Janeiro 2012.

PEREIRA, António dos Santos (2010) – Património rural, ambiente e educação. [Em linha]. UBILETRAS. Revista online do Departamento de Letras da Universidade



da Beira Interior, (1) 2010: 1 a 18. Disponível em <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/2010/ubiletraspdf/Pereira-antonio-santos-patrimonio.pdf>

PINA, Maria Helena Mesquita (1990) – O Espaço Agrário de Ponte de Lima. [Em linha]. IN *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série, Vol. VI, Porto, 1990, pp. 65 a 148. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8396/2/1571.pdf>

QREN (2012) - Indicadores Conjunturais de Monitorização. Boletim Informativo QREN N°16. Comissão Técnica de Coordenação do QREN. ISSN: 2182-200X. Disponível em http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=408

REIS, António Matos (2000) – Ponte de Lima no Tempo e no Espaço. Câmara Municipal de Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN 972-96581-7-X

RODRIGUES, G; PEREIRA, S; ALONSO, J. M. & VIEIRA, O. (2010) – Área da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e D. Pedro de Arcos: Uma Escola de Ambiente, Natureza e Mundo Rural 2000-2010. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. Ponte de Lima. ISBN: 978-972-8846-33-6

RODRIGUES, Teresa (2006) – Demografia e Prospectiva: A região do Minho Lima (1801-2020). [em linha]. IN *Cadernos Vianenses*, 38. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Viana do Castelo. pp. 279-314. Disponível em <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081028145149.pdf>

SAMPAIO, Francisco (2004) – Subsídios para a Carta Gastronómica do Vale do Lima. EPRALIMA; CETURLIMA. Arcos de Valdevez. ISBN 972-99541-0-0

SARAIVA, Clara (1994) - Contrastes do Alto Minho: a ribeira e a serra. [em linha]. IN *Cadernos Vianenses*, 17. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Viana do Castelo. pp. 173-192. Disponível em <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20080808153644.pdf>

SILVA, Luís (2009) – Casas no Campo: Etnografia no Turismo Rural em Portugal. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa. ISBN 978-972-671-247-3

TURISMO DE PORTUGAL (2011) - Anuário das Estatísticas do Turismo 2010 [Em linha] Lisboa. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/oturismoem/Pages/OTurismoem.aspx>



VAREIRO, L.; RIBEIRO, J. C.; PARDELLAS DE BLAS, X. (2010) - As preferências dos turistas que visitam o Minho-Lima : uma análise com base nas preferências declaradas. [em linha]. IN *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 22. APDR. pp. 35-46. ISSN 1645-586X. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12014>

VIEIRA, Ovídio de Sousa (1998) – Correr Touros em Ponte de Lima: a Vaca das Cordas. Comissão Organizadora da Vada das Cordas. Ponte de Lima. ISBN 972-97819-0-7



Referências Eletrónicas

Berta Nunes, Presidenta da Câmara Municipal de Alfândega da Fé [em linha].
[Consultado em 28Dez11]. Disponível em [http://www.cm-](http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/374)

[alfandegadafe.pt/imprensa/374](http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/374)

Café Portugal [em linha]. [Consultado em 28Dez11]. Disponível em
http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=3883

Câmara Municipal de Ponte de Lima a); b); c). [em linha]. [Consultado em 01Abr12]. Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=00>

Câmara Municipal de Ponte de Lima d). [em linha]. [Consultado em 01Abr12].
Disponível em http://www.cm-pontedelima.pt/alojamentos.php?pageNum_alojamentos=1&totalRows_alojamentos=15&cat=5

Câmara Municipal de Ponte de Lima e). [em linha]. [Consultado em 01Abr12].
Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/noticia.php?id=1052>

Câmara Municipal de Ponte de Lima f). [em linha]. [Consultado em 01Abr12].
Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=0H>

Câmara Municipal de Ponte de Lima g). [em linha]. [Consultado em 23Jun12].
Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/evento.php?id=777>

Câmara Municipal de Ponte de Lima h). [em linha]. [Consultado em 20Jul12].
Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/noticia.php?id=1199>

Câmara Municipal de Ponte de Lima i) [em linha]. [Consultado em 31Mar12].
Disponível em <http://www.cm-pontedelima.pt/noticia.php?id=1097>

Carmo's Boutique Hotel. [em linha]. [Consultado a 06Jun12]. Disponível em
<https://www.carmosboutiquehotel.com/pt/carmos-boutique-hotel>

CCDRN [em linha]. [Consultado em 16Mar12]. Disponível em [http://www.ccdrn-](http://www.ccdrn.pt/pt/gca/?id=1516)
[n.pt/pt/gca/?id=1516](http://www.ccdrn.pt/pt/gca/?id=1516)

GOOGLE MAPS [em linha]. [Consultado em 20Jan12]. Disponível em
<http://maps.google.com/maps?hl=pt-PT&tab=wl>

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. [em linha].
[Consultado em 01Mai12]. Disponível em



<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Carta+Europeia+de+Turismo+Sustent%C3%A1vel/?res=1366x768>

LEADER [em linha]. [Consultado em 25Fev2012]. Disponível em http://www.leader.pt/leader2_plano_nac.htm

MapAventura [em linha]. [Consultado em 05Jan12]. Disponível em <http://www.mapaventura.pt/alojamento/>

MapAventura [em linha]. [Consultado em 05Jan12]. Disponível em www.mapaventura.pt/alojamento/gouveia/

Museu dos Terceiros [em linha]. [Consultado em 20Jul12]. Disponível em <http://www.museudosterceiros.com/noticia.php?id=366>

Ponte de Lima [em linha]. [Consultado em 02Jan12]. Disponível em <http://www.pontedelima.net/site/freguesias.html>

Programa Nacional de Turismo da Natureza [em linha]. [Consultado a 31Mar12]. Disponível em <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/?res=1024x768>

SIG Ponte de Lima [em linha]. [Consultado em 20Jan12]. Disponível em [http://sig.cm-pontedelima.pt/MuniSIGWeb93/\(S\(ywhxdp455rvj4lj0qbqmut45\)\)/MapView/SectionsViewer.aspx?id=40](http://sig.cm-pontedelima.pt/MuniSIGWeb93/(S(ywhxdp455rvj4lj0qbqmut45))/MapView/SectionsViewer.aspx?id=40)

TURISMO DE PORTUGAL [em linha]. [Consultado em 23Ago12]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/inovacaofinanceira/Pages/ProgramaPMEInvesteIII.aspx>

Valimar [em linha]. [Consultado em 30Mar12]. Disponível em http://www.valimardigital.pt/portal/page/portal/residentes/sobre_reg/reg_valimar/pl

Valimar [em linha]. [Consultado em 01Abr12]. Disponível em http://www.valimardigital.pt/portal/page/portal/residentes/sobre_reg/reg_valimar/pl/pl_eco



Anexos



Anexo I: Questões sobre o alojamento turístico em edifícios escolares primários no concelho de Ponte de Lima:

1. Como surgiu a ideia da recuperação das escolas primárias desativadas, em alojamento turístico?

2. Nº Total de Escolas Primárias no Concelho:

3. Nº Total de Desativadas:

4. Nº Total de recuperadas em alojamento:

5. Nº Total em projeto de transformação:

6. Sobre as Já Transformadas:

	RENDUFE	CABRAÇÃO	S. MAMEDE	VACARIÇA
Nº de Estrangeiros				
Nº de Nacionais				
Estada Média				
Sazonalidade				
Picos da Procura				
Qual a mais procurada?				
Faixa etária				
Categoria Profissional				

*Exemplo – Adões Bermudes, Plano do Centenário, Pós 25 Abril.



7. O investimento foi feito através de orçamento da câmara ou via fundos europeus? Quais?

8. Retorno Económico, existe?

9. Meios de Promoção:

10. Procura Turística:

	RENDUFE	CABRAÇÃO	S. MAMEDE	VACARIÇA
Nº de Estrangeiros				
Nº de Nacionais				
Estada Média				
Sazonalidade				
Picos da Procura				
Qual a mais procurada?				
Faixa etária				
Categoria Profissional				

11. Que tipo de atividades complementares existem para além do alojamento, de forma a “prender” o turista por mais tempo no concelho?

12. Fazem Inquéritos de satisfação ao turista?

13. Como se processa o sistema de reserva? – reserva; pagamento; entrega das chaves;

14. Manutenção e limpeza?



15. Relação entre o alojamento em edifícios escolares e o Turismo em Espaço Rural: possibilidade de serem concorrentes?

16. Face à proximidade da localização, existe algum tipo de estratégias/políticas entre a Área da Paisagem Protegida das Lagoas e a Área da Paisagem Protegida do Corno de Bico?

Inquérito de Qualidade aos Serviços de Cultura e Educação Ambiental

1 Identificação do Serviço Municipal		
Escolha um dos seguintes serviços para poder efectuar a sua avaliação.		
DEC ☐ Biblioteca ☐ Museu dos Têxteis ☐ Museu Rural ☐ Teatro Diogo Bernardes ☐ Torre da Cadeia Velha	Lagoa ☐ Alojamento ☐ Quinta do Penhasco ☐ Centro de Interpretação Ambiental	DEP ☐ Gabinete Têxtil

Legenda:
 DEC: Divisão de Educação e Cultura
 DEP: Divisão de Estudos e Planeamento
 Lagoa: Paisagem Protegida das Lagoas de Berlimda e S. Pedro de Arcoz

2 | Avaliação da Qualidade do Serviço

2.1. Como avalia o atendimento prestado?

☐ Muito Confuso ☐ Confuso ☐ Pouco Claro ☐ Claro ☐ Bastante Claro

2.2. Como avalia a postura e a apresentação dos funcionários?

☐ Muito Má ☐ Má ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Bastante Boa

2.3. Como avalia a qualidade dos temas das exposições / eventos?

☐ Muito Má ☐ Má ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Bastante Boa

2.4. Globalmente, como avalia este serviço do Município?

☐ Mau ☐ Pouco Satisfatório ☐ Satisfatório ☐ Bom ☐ Muito Bom

3 | Dê-lhe a sua Opinião

Sugestões, comentários, etc.

4 Dados do Município	
Concelho de Residência:	Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
Freguesia de Residência:	Idade:

Category	Value
Category 1	Value 1
Category 2	Value 2
Category 3	Value 3
Category 4	Value 4
Category 5	Value 5
Category 6	Value 6
Category 7	Value 7
Category 8	Value 8
Category 9	Value 9
Category 10	Value 10
Category 11	Value 11
Category 12	Value 12
Category 13	Value 13
Category 14	Value 14
Category 15	Value 15
Category 16	Value 16
Category 17	Value 17
Category 18	Value 18
Category 19	Value 19
Category 20	Value 20
Category 21	Value 21
Category 22	Value 22
Category 23	Value 23
Category 24	Value 24
Category 25	Value 25
Category 26	Value 26
Category 27	Value 27
Category 28	Value 28
Category 29	Value 29
Category 30	Value 30
Category 31	Value 31
Category 32	Value 32
Category 33	Value 33
Category 34	Value 34
Category 35	Value 35
Category 36	Value 36
Category 37	Value 37
Category 38	Value 38
Category 39	Value 39
Category 40	Value 40
Category 41	Value 41
Category 42	Value 42
Category 43	Value 43
Category 44	Value 44
Category 45	Value 45
Category 46	Value 46
Category 47	Value 47
Category 48	Value 48
Category 49	Value 49
Category 50	Value 50
Category 51	Value 51
Category 52	Value 52
Category 53	Value 53
Category 54	Value 54
Category 55	Value 55
Category 56	Value 56
Category 57	Value 57
Category 58	Value 58
Category 59	Value 59
Category 60	Value 60
Category 61	Value 61
Category 62	Value 62
Category 63	Value 63
Category 64	Value 64
Category 65	Value 65
Category 66	Value 66
Category 67	Value 67
Category 68	Value 68
Category 69	Value 69
Category 70	Value 70
Category 71	Value 71
Category 72	Value 72
Category 73	Value 73
Category 74	Value 74
Category 75	Value 75
Category 76	Value 76
Category 77	Value 77
Category 78	Value 78
Category 79	Value 79
Category 80	Value 80
Category 81	Value 81
Category 82	Value 82
Category 83	Value 83
Category 84	Value 84
Category 85	Value 85
Category 86	Value 86
Category 87	Value 87
Category 88	Value 88
Category 89	Value 89
Category 90	Value 90
Category 91	Value 91
Category 92	Value 92
Category 93	Value 93
Category 94	Value 94
Category 95	Value 95
Category 96	Value 96
Category 97	Value 97
Category 98	Value 98
Category 99	Value 99
Category 100	Value 100

Obrigado pela sua Colaboração!



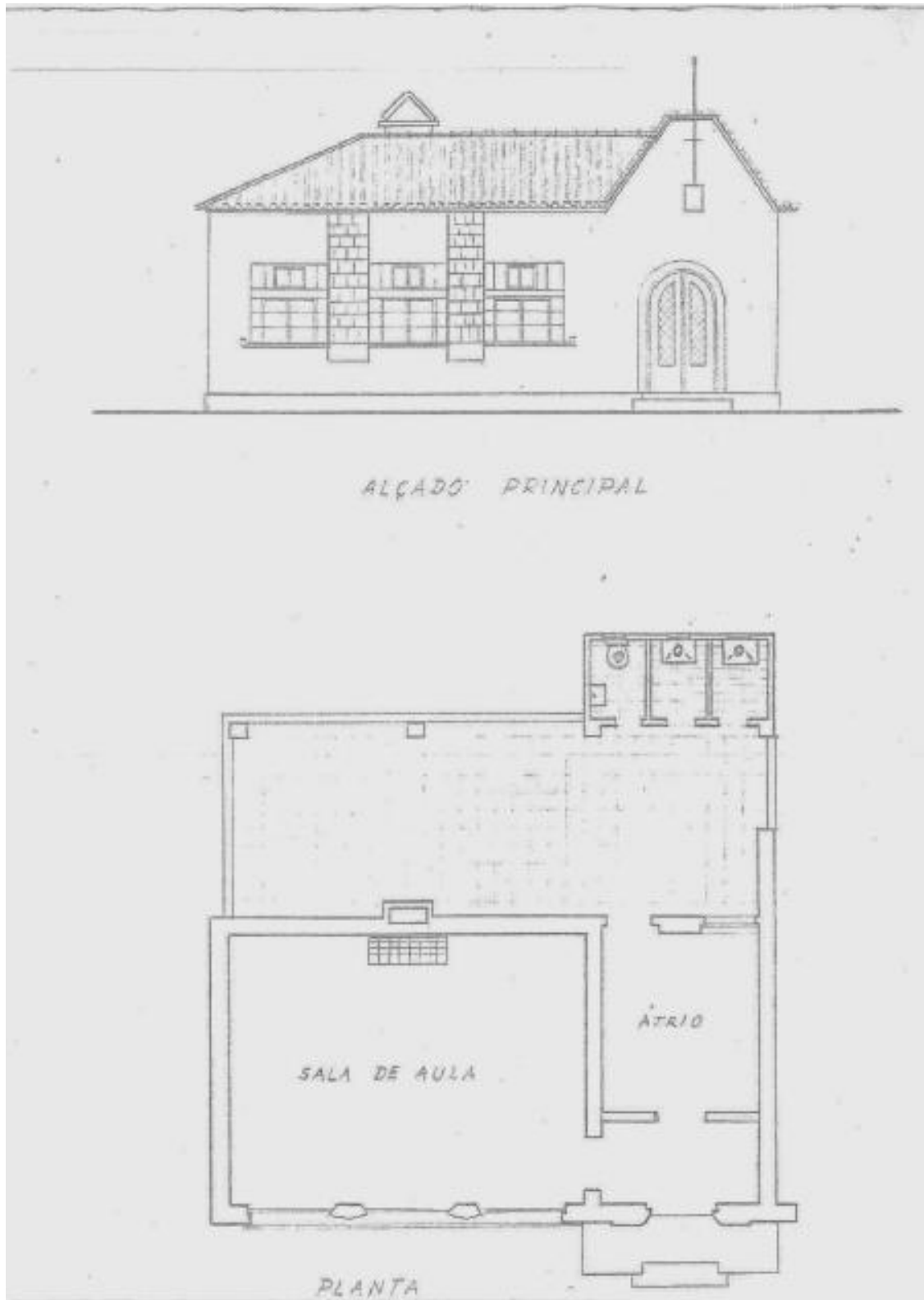
Anexo III: Escola da Cabração

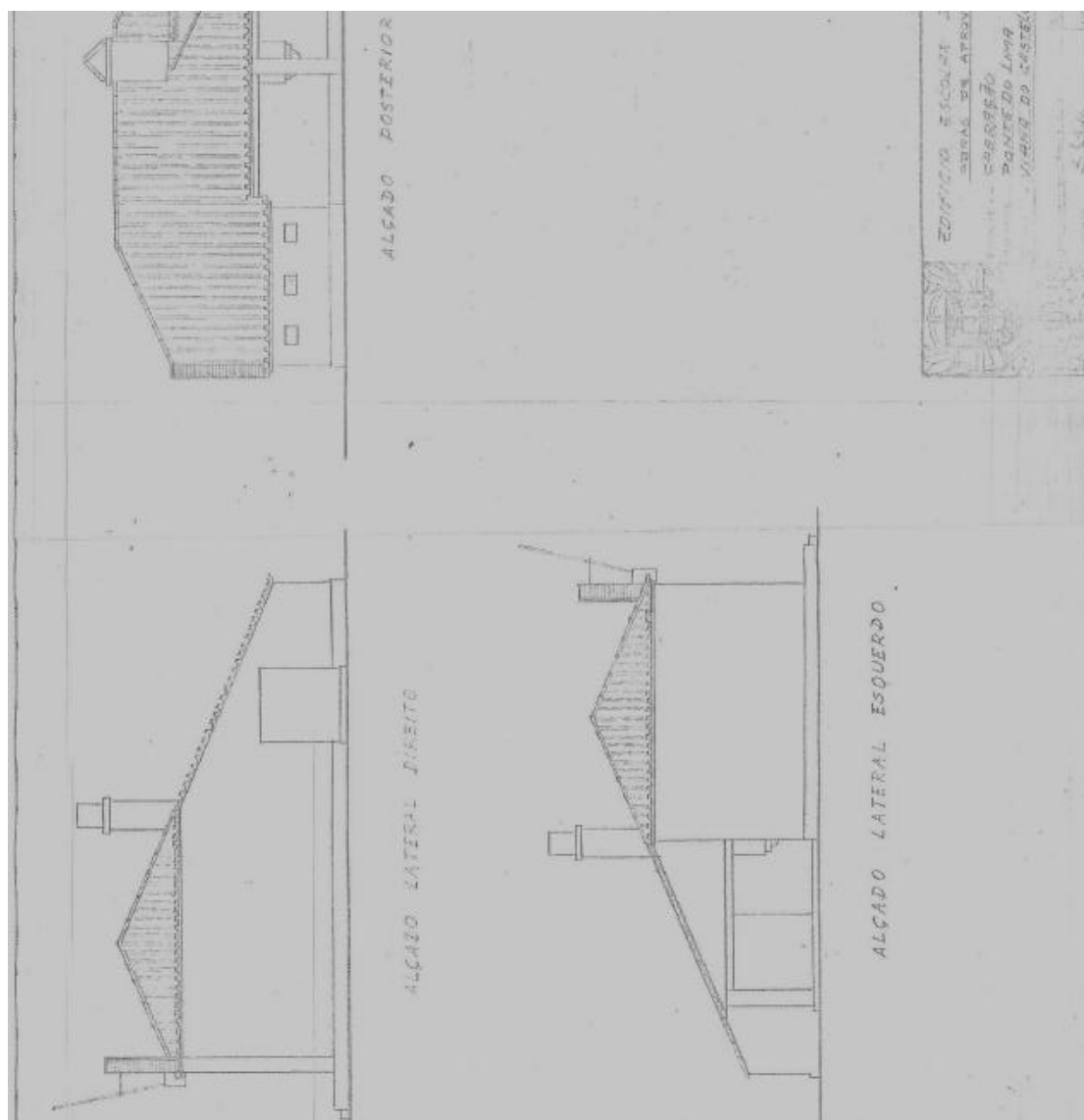
DISTRITO VIAHA DO CASTELO
CONCELHO PONTE DO LIMA
FREGUESIA CABRAÇÃO
NÚCLEO REGUEIRA

EDIFÍCIO ESCOLAR DE 1 SALA



FACHADA PRINCIPAL







Anexo IV: Cartazes dos Eventos de Ponte de Lima

em época baixa

PONTE DE LIMA EM ALTA 2012

VERDE NOIVOS · EXPOLIMA
28 E 29 JANEIRO

FEIRA DO PORCO E AS DELÍCIAS DO SARRABULHO · EXPOLIMA
3 A 5 FEVEREIRO

FEIRA DA ENERGIA · EXPOLIMA
10 A 12 FEVEREIRO

FEIRA DOS SALDOS · EXPOLIMA
18 A 21 FEVEREIRO

FIM DE SEMANA “SARRABULHO À MODA DE PONTE DE LIMA”
2 A 4 MARÇO

FIM DE SEMANA DO BACALHAU DE CEBOLADA
9 A 11 MARÇO

ARTESALIMA · LARGO DE CAMÕES
21 E 22 ABRIL



Ponte de Lima ConVida 2012

CONCURSO DE SALTOS INTERNACIONAL 2*
18 A 20 MAIO

FESTIVAL INTERNACIONAL DE JARDINS
25 MAIO A 31 OUTUBRO

VACA DAS CORDAS
6 JUNHO

FESTA DO VINHO VERDE
15 A 17 JUNHO

VI FEIRA DO CAVALO
21 A 24 JUNHO

FEIRA DE ARTESANATO
6 A 8 JULHO

FESTIVAL PERCURSOS DA MÚSICA
4 A 22 JULHO

IV FEIRA DE CAÇA, PESCA E LAZER
20 A 22 JULHO

FEIRA DO LIVRO
27 JULHO A 5 AGOSTO

FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE
2 AGOSTO

FESTIVAL EXPOLIMA
10 E 11 AGOSTO

FEIRA DOS PETISCOS
10 A 12 AGOSTO

FEIRAS NOVAS
7 A 10 SETEMBRO

